937ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos catorze dias do mês de 1 2 dezembro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos, reúne-se o Conselho Universitário, em sessão ordinária, na Sala do Conselho 3 4 Universitário, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a 5 presidência do M. Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas e com o 6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Hélio Nogueira da 7 Cruz, Vahan Agopyan, Marco Antonio Zago, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Telma Maria Tenório Zorn, Sandra Margarida Nitrini, Sérgio França 8 9 Adorno de Abreu, Antonio Magalhães Gomes Filho, Teresa Ancona Lopez, Reinaldo Guerreiro, Sylvio Barros Sawaya, Marcelo de Andrade Romero, 10 11 Mauro Wilton de Sousa, Maria Dora Genis Mourão, Lisete Regina Gomes 12 Arelaro, Rosângela Gavioli Prieto, Antonio Carlos Hernandes, Luiz Nunes de 13 Oliveira, Renato de Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de Toledo, José 14 Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato, Maria do Carmo Calijuri, Carlos 15 Alberto Ferreira Martins, José Otávio Costa Auler Júnior, Euclides Ayres de Castilho, Benedito Carlos Maciel, Marcos Felipe Silva de Sá, Fernando Rei 16 17 Ornellas, Ivano Gebhardt Rolf Gutz, Albérico Borges Ferreira da Silva, Antonio 18 Aprígio da Silva Curvelo, José Carlos Maldonado, Caetano Traina Junior, 19 Flávio Ulhoa Coelho, Pedro Alberto Morettin, Laerte Sodré Júnior, Fábio Luiz 20 Teixeira Gonçalves, Colombo Celso Gaeta Tassinari, Paulo Roberto dos Santos, Jorge Mancini Filho, Maria Inês Rocha Miritello Santoro, Rui Curi, Luiz 21 22 Roberto Giorgetti de Britto, Welington Braz Carvalho Delitti, Lucile Maria Floeter 23 Winter, Antonio Roque Dechen, Joaquim José de Camargo Engler, José Antônio Visintin, Leonardo José Richtzenhain, Isília Aparecida Silva, Maria 24 25 Helena Trench Ciampone, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Osvaldo Luiz 26 Bezzon, Teresa Lúcia Colussi Lamano, José Carlos Pereira, Luiz Fernando 27 Pegoraro, Rodney Garcia Rocha, Carlos de Paula Eduardo, Emma Otta, Vera 28 Silva Raad Bussab, Michel Michaelovitch de Mahigues, Belmiro Mendes de 29 Castro Filho, Sebastião de Sousa Almeida, Francisco de Assis Leone, Carlos 30 Eduardo Negrão, Maria Augusta Pedutti Dal'Molin Kiss, Sérgio de Albuguerque, 31 João Luis Callegari Lopes, Helena Ribeiro, Sueli Gandolfi Dallari, Paulo José 32 do Amaral Sobral, Elisabete Maria Macedo Viegas, Sigismundo Bialoskorski 33 Neto, Walter Belluzzo Júnior, Edson Roberto Leite, Luiz Gonzaga de Godoi Trigo, Nei Fernandes de Oliveira Júnior, Ignácio Maria Poveda Velasco, 34 35 Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Valdir José Barbanti, Maria Regina Torqueti Toloi, Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, Maria Hermínia 36 37 Tavares de Almeida, Renato Janine Ribeiro, Luiz Eugenio Garcez Leme, 38 Cláudia Maria Padovan, Mariana Aldrigui Carvalho, João Bosco Nunes 39 Romeiro, Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues, Paulo Dimas da Silveira 40 Tauyr, Dário Ferreira Sousa Neto, Gabriel Salles Barbério, Francisco de Melo 41 Viríssimo, Francisco Carvalho de Brito Cruz, Carime Thomazini André, José 42 Luiz Borges Andreoli, José Arana Varela, Leny Pereira Sant'Anna, Antenor 43 Cerello Júnior, João Guilherme Sabino Ometto, Amanda Guerra de Moraes 44 Rego Sousa, Sedi Hirano, José Oswaldo de Oliveira Neto, Danilo Eric dos 45 Santos, Rodrigo Souza Neves, Silas Cardoso de Souza, Marcello Ferreira dos 46 Santos, Alexandre Pariol Filho e André Luiz Orlandin, presente também, o Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas 47 ausências, sendo substituídos por seus suplentes, os Conselheiros: Ana Lúcia 48 49 Duarte Lanna, Marcelo Giordan Santos, Paulo Seleghim Junior, Giovanni Guido 50 Cerri, Tércio Ambrizzi, Marcos Egydio da Silva, Miguel Trefaut Urbano

51 Rodrigues, Douglas Emygdio de Faria, José Jorge Boueri Filho, Heleno Taveira 52 Torres, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Abram Szajman, Renan Theodoro 53 de Oliveira. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Maria Helena 54 Palucci Marziale, Domingos Sávio Giordani, Thiago de Faria e Silva, Camilo 55 Molino Guidoni, Felipe Martins Passero. Havendo número legal de 56 Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão, colocando em 57 discussão e votação as Atas das reuniões do Conselho Universitário realizadas 58 em 09.11 e 16.11.2010. Não havendo manifestação, as Atas são consideradas 59 aprovadas. Ato seguinte, o M. Reitor passa a palavra ao Secretário Geral para 60 apresentação dos novos membros. Prof. Dr. Rubens Beçak: "Representante de Congregação: Prof.ª Dr.ª Maria Helena Palucci Marziale (EERP), Prof. Dr. 61 62 João Luis Callegari Lopes (FCFRP) e Prof. Dr. Fábio Luiz Teixeira Gonçalves 63 (IAG). Representante dos Auxiliares de Ensino: Prof. João Bosco Nunes 64 Romeiro (EEL); Representante das Classes Trabalhadoras: Sr. José Luiz 65 Borges Andreoli, da Federação dos Empregados nas Empresas de Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Estado de São Paulo. 66 67 Representante dos Antigos Alunos: Prof. Dr. Sedi Hirano (FFLCH). 68 Representante de Congregação: (reconduzido) Prof. Dr. Francisco de Assis 69 Leone (FFCLRP)." M. Reitor: "Em nome da Universidade, damos boas-vindas 70 àqueles que estão voltando ao Conselho Universitário ou sentando-se nele 71 pela primeira vez. A seguir, o M. Reitor passa à Parte II - Ordem do Dia. 72 CADERNO I – ORÇAMENTO DA USP PARA 2011. Proposta de Orçamento 73 da USP para 2011, aprovada pela COP na reunião de 06.12.2010. Cons. 74 Joaquim José de Camargo Engler: "Antes de iniciar a apresentação da 75 proposta orçamentária, farei uma breve apresentação sobre a execução 76 orcamentária até o final do mês de novembro deste ano. Nesses 11 meses de 77 2010, a USP recebeu do Tesouro do Estado a importância de R\$ 3.077.685.164,00. Esse valor é bastante superior ao previsto pelo Governo do 78 79 Estado e Secretaria da Fazenda, que era de R\$ 2.623.377.520,00, como 80 também da estimativa do CRUESP, que era de R\$ 2.746.326.321,00. Em 81 termos relativos, o valor recebido nos 11 meses, é 17,32% superior à previsão 82 da Secretaria da Fazenda e 12,07% superior à estimativa do CRUESP. Em 83 relação ao exercício de 2009, o valor recebido nesses 11 meses é 17% acima 84 do recebido no ano passado. Em termos de execução orcamentária, durante 85 esses 11 meses houve um desembolso de R\$ 2,9 bilhões, dos quais R\$ 2,5 86 bilhões para Pessoal e R\$ 417 milhões para outros Custeios e Investimentos, 87 que podem ser desdobrados em R\$ 328 milhões para Custeio e R\$ 90 milhões 88 para Investimentos, ficando então uma disponibilidade, ao final desses 11 89 meses, de R\$ 181 milhões. Essa disponibilidade corresponde a cerca de 6%, 90 portanto um desembolso de 94%. Em termos relativos, a despesa com Pessoal 91 ficou na faixa de 79%, isso em termos do orcamento de 2010. Se for comparar 92 com o orçamento previsto para 2011, essa despesa de Pessoal, com todos os itens incluídos, é de 75,8%. Os outros Custeios ficaram com 11% e 93 94 investimentos com 3%. Em termos ainda da execução pelas Unidades da USP, 95 tivemos ao final desse período uma execução global de todas as Unidades da 96 Universidade de 68,8% do orçamento. Ou seja, devemos fechar o ano ainda 97 com um saldo de 31%. Em relação ao Programa da Política de Permanência 98 Estudantil, tivemos um desembolso de R\$ 15,6 milhões com moradia, R\$ 18,5 99 milhões com alimentação, R\$ 21.9 milhões com bolsas, R\$ 3.1 milhões com 100 creches, R\$ 8,7 milhões com saúde e R\$ 11,3 milhões na área de esporte. Em

101 termos relativos, essas despesas do programa corresponderam a 18,2% do 102 orçamento de custeio realizado nesses 11 meses. Vou passar agora à proposta 103 orçamentária. Vou resumir o documento que os senhores receberam com a 104 convocação do Conselho, mas apenas para situar o assunto, gostaria de 105 lembrar que esta proposta é feita com base nas Diretrizes Orçamentárias 106 aprovadas pelo Conselho Universitário na sua reunião de 16/11/2010 e com 107 base, também, na proposta orçamentária para o Estado de São Paulo para 108 2011, que está em exame na Assembleia Legislativa do Estado. Como já 109 mencionado na reunião anterior, o projeto de Lei Orçamentária do Estado orça 110 Estado em R\$ 140.673.564.343,00, dos quais 111 96.228.295.408,00 correspondem à arrecadação do ICMS, que é 68,41% da 112 Receita total do Estado ou 87.69% da Receita tributária. A quota do Estado. 113 75% dessa arrecadação corresponde a R\$ 72.171.221.556,00. Essa estimativa 114 foi elaborada pelo Governo do Estado considerando a arrecadação 115 efetivamente verificada até julho de 2010; as séries históricas dos últimos 3 116 anos; a projeção da arrecadação até dezembro de 2010; a projeção de uma 117 inflação anual de 4,5% em 2011; e o crescimento do PIB paulista de 4,5% ao 118 ano. Com base nas Diretrizes Orçamentárias do Estado, essa proposta 119 contempla o orçamento das universidades com 9,57% da arrecadação do 120 ICMS - Quota - Parte do Estado, acrescido também de 9,57% da transferência 121 da União correspondente à Lei Kandir. Com relação ao orçamento da USP, a 122 previsão para 2011 é de R\$ 3.936.167.611.00, dos quais R\$ 3.598.437.761.00 123 correspondem a transferências no Tesouro Estadual, incluindo a parcela da Lei 124 Kandir, R\$ 336.405.900,00 de Recursos Próprios e R\$ 1.323.950,00 em 125 Recursos Vinculados de Órgãos Federais. A parcela de R\$ 336.405..900,00 de 126 receita própria é uma estimativa que o Governo do Estado faz do valor que a 127 USP poderá receber no próximo ano decorrente das suas atividades, 128 atendimento ao SUS, doações, taxas administrativas de contratos, convênios, 129 aplicações financeiras, que estão discriminadas na página 3 do documento, 130 conforme a alínea 'a' Receita. A dotação do Tesouro de R\$ 3.598.437.761,00, 131 comparada com 2010 corresponde a um crescimento de 20,77%. A proposta 132 da distribuição desse orçamento de R\$ 3.598.437.761,00 é apresentada no 133 conjunto de tabelas incluída no documento aprovado pela COP. O primeiro 134 item, e já objeto de decisão desse colegiado, quando das discussões das 135 Diretrizes Orçamentária diz respeito à divisão entre os recursos para as duas 136 grandes alíneas: Pessoal e Outros Custeios e Investimentos. Para a alínea 137 Pessoal, estão sendo alocados R\$ 2.878.750.209.00. Este valor foi calculado 138 com base na atual situação da Universidade, na folha de pagamento vigente, 139 com estimativa para os 12 meses - a folha executada até outubro, mas 140 estimativa do último biênio - as inclusões de novas contratações, décimo 141 terceiro, férias, alterações em carreira, quinquênio, sexta parte, promoções, 142 bem como a Reserva de Ajuste para atendimento da política salarial, que é 143 decisão do CRUESP. Esta parcela de R\$ 2.878.750.209,00 corresponde a um 144 crescimento de 10,89% nas despesas já estimadas como comprometidas para 145 2009 e equivale a 80% da dotação orçamentária. Surgiram dúvidas nesse 146 período entre a reunião anterior e essa, sobre por que 80%. Esses 80% não é 147 uma decisão aleatória, é conseqüência de um cálculo. A CODAGE faz um 148 levantamento de todas as despesas com Pessoal, faz a atualização dela, 149 coloca um fator de correção para eventuais imprevistos e isso traz como 150 consequência aquele valor que corresponde a 79,94%. Esse valor não foi, a

priori, definido para ser 79,94%, foi consegüência dos cálculos dos compromissos com a alínea Pessoal no próximo exercício, considerando tudo aquilo que poderá ser incluído nessa dotação. Além disso, é incluída, também, a parcela de R\$ 2.305.866,00 para as despesas com precatórios cuja cobrança foi formalizada pela justica. Como consegüência dessa definição, desse valor para pessoal de R\$ 2,878.750.209,00, temos o disponível para outros custeios e investimentos que fica em R\$ 719.687.552,00, ou seja, 20% das Transferências do Tesouro do Estado. Ainda, embora repetindo o que já mencionei na reunião anterior, com relação à despesa para Pessoal, temos com as folhas de pagamento já definidas 2.791.321.240,00, isso corresponde a 77,57% do Orçamento. Temos uma reserva de ajuste para o exercício de 2011, adicional ao já disponível, de R\$ 85.123.103,00 que é mais 2,37%. Para o item Pessoal, temos, ainda, saldos do exercício de 2010. No exercício de 2010, temos um saldo na reserva de ajuste de R\$ 52.205.221,00, temos um saldo na reserva previdenciária não utilizada em 2010, que era de R\$ 104.302.514,00. Então esse saldo orçamentário de 2010 atinge R\$ 156.507.735,00. Além disso, tivemos uma suplementação do Orçamento do Estado de cerca de 12% dos quais R\$ 298.533.954,00 para ser exato, estão reservados para o item Pessoal. São recursos adicionais ao Orçamento de 2010 que não foram e não serão utilizados e passam para o próximo exercício. A reserva para a política salarial a ser definida pelo CRUESP em 2011 inclui os recursos do saldo de 2010 - dos R\$ 156 milhões; a reserva de ajuste de 2011 - R\$ 85.123.103,00, mais a suplementação dos R\$ 298.534.954.00, isso totaliza R\$ 540.164.792.00. Esse valor comparado com a despesa de Pessoal (com os R\$ 2.791.321.240,00) corresponde a um acréscimo na folha de 19.35%, ou seia, se o CRUESP decidir dar de acordo com o disponível na USP e não nas outras duas, que imagino que seja menor, estaríamos em 2011 executando um orçamento de Pessoal com 92,58% da dotação. Aqueles 80% são do recurso novo, que acrescido dos 19,35% permite chegar até a 92,58%, portanto não há aquela preocupação de que houve redução. Primeiro que não se reduziu de 85% para 80%. Esses 80% são conseqüência do cálculo da folha de pagamento atualizada para 2011. Temos, então, as despesas já comprometidas para 2011, ou seja, é a folha de pagamento vigente mais os acréscimos dessa folha decorrentes das possíveis contratações, sexta parte, quinquênios e outros acréscimos que ocorrem ao longo do ano. Leva a esses R\$ 2.791.321.240,00 que equivale a 77,57% da dotação. Há um detalhe, temos que nos preocupar pouco com o percentual. pois o percentual de 100% de uma dotação orçamentária pequena é muito menor do que um percentual de 50% de um grande orçamento. Então, por exemplo, mencionei a execução orçamentária até novembro, se comparada com o orçamento inicial previsto para 2010, dá 85%, comparada com o desembolso que se realizou, já dá 79%, comparada com o orçamento de 2011 dá 75%. Então, o crescimento da arrecadação do Estado permite que se tenha uma quantidade maior de recursos monetários para a USP e, evidentemente, uma menor porcentagem de participação relativa. A participação relativa não tem a importância que às vezes se dá a esse fator. Voltando a esse aspecto da reserva de ajuste, temos a reserva de ajuste nova que está na proposta (tabela A), que são R\$ 85.123.103,00, além disso, temos saldos da reserva de ajuste 2010 de R\$ 52.205.221.00, a reserva previdenciária não utilizada em 2010, que passa também para 2011, de R\$ 104 milhões, conjunto de R\$ 156 milhões -

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161 162

163 164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182 183

184

185

186

187

188

189

190

191 192

193

194

195

196

197

198

199

temos uma suplementação orçamentária de R\$ 28.500.000,00 recebida por Decreto no final de outubro e não utilizada que passa também. Esse conjunto de reservas de suplementação leva um valor de R\$ 540 milhões, que comparado com a despesa já prevista para pessoal, corresponde a um acréscimo de 19,35%. Se esse acréscimo fosse efetivado, atingiríamos uma execução orçamentária de pessoal de R\$ 3.331.000.000,00 que corresponde a 92,58%. Passando agora a Outros Custeios e Investimentos, temos uma dotação de R\$ 719.687.552,00 que equivalem aos 20% da dotação global. Na tabela A, temos uma comparação entre a distribuição geral dos recursos do Tesouro em 2010 e 2011 de acordo com as diversas alíneas e categorias de unidades e atividades. Nessa tabela A a dotação básica cresce 40,73% no conjunto. Temos acréscimos de novas atividades e novos órgãos, o que faz com que esse orçamento extrapole o parâmetro básico, que foi 40% adotado para esse item. Nos adicionais da Dotação Básica, temos também 40% para todos os itens, exceto para Manutenção Predial, que como mencionado na reunião passada, passou de R\$ 10,00 para R\$ 20,00 por metro quadrado, o que corresponderia a 100%. Temos, também, ainda um acréscimo de área construída em reação ao exercício anterior, por isso que dá os 101,99%. Como os equipamentos de segurança são vinculados à área para manutenção predial, este item também cresce 101,99%. Isso faz com que o conjunto de adicionais da dotação básica das Unidades cresça 65,16%. Continuando na tabela A, temos a Política de Apoio à Permanência Estudantil. Para bolsas, há uma dotação de R\$ 20.856.169,00, que corresponde a um crescimento de 35%. No item Moradia Estudantil, um crescimento de 83,75%. Esses valores da política de apoio estudantil são baseados na proposta recebida da Comissão que gerencia esse programa e, no conjunto, crescem 40.39%. Temos uma dotação nova para o Programa de Gestão Ambiental, que é uma dotação inicial, uma vez que o programa está na sua fase de elaboração e detalhamento. A coordenação nos propôs esse valor de R\$ 1 milhão e ao longo do ano ele será examinado e suplementado, se necessário. Os projetos especiais das Pró-Reitorias apresentam valores maiores em relação ao ano passado em função de novos programas e novas propostas. Como os senhores sabem, esse é o primeiro orçamento que os atuais Pró-Reitores apresentam. Em 2010 eles trabalharam com o orcamento proposto pelos seus antecessores, de forma que temos uma série de variações. No conjunto para os projetos especiais são R\$ 37.744.769,00. Nas reservas específicas, foi colocado um acréscimo de 35% com duas exceções: Manutenção de Animais para Ensino e Pesquisa, que é uma alínea recente e que nos anos anteriores teve que ser suplementada, pois estava em uma fase inicial e de avaliação. Esse valor é baseado na execução orçamentária dos dois últimos anos. E no item 2.6.7 - Reposição de Equipamentos de Laboratório, Informática e Audiovisual - eram apenas equipamentos portáteis de informática até o exercício passado. Agora, com uma proposta da Pró-Reitoria de Pesquisa, incluiu-se a reposição de equipamentos de laboratório e os recursos com audiovisual, proposto pela ECA, o que justifica que se tenha um valor mais elevado. Para fazer face a esse auto-seguro, são colocados R\$ 5 milhões. Nas atividades integradas temos, no conjunto, um crescimento de 36,51%. Elas participam com 10,9% do orçamento. Temos algumas propostas novas, no caso, por exemplo, do Programa de Obras, em que a COESF, após ouvir as Unidades, faz uma proposta abrangente com todas as solicitações recebidas,

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

incluindo os projetos iniciais. Temos um programa novo de reformulação da alimentação elétrica dos campi. Esse programa, elaborado pela equipe do Programa PURE, que envolve a Prefeitura da Capital e a COESF, visa uma mudança em todo o sistema de alimentação elétrica do campus e permitirá uma redução nas despesas com consumo de energia, pela mudança de tarifa, de 30% a 40% por ano. Desta forma, em aproximadamente 2 anos e meio, esse investimento estará recuperado com a redução que teremos na despesa anual com energia elétrica. Os demais itens foram feitos baseados nas propostas dos órgãos que administram esses programas. As atividades integradas são detalhadas na tabela G. Ainda com relação à dotação básica e seus reflexos e adicionais, deve-se lembrar que ela é função de uma série de parâmetros que constam da proposta orçamentária. O grande parâmetro da Dotação Básica é 60% da dotação para a carga didática de Graduação e 40% para a de Pós-Graduação. Isso faz com que aquelas Unidades que ampliaram o número de alunos, aquelas que têm cursos novos e que nova turma será recepcionada, enquanto não se concluir a primeira turma, o número de alunos previstos para esse curso, cada ano, com a nova turma que entra, é considerada na proposta orçamentária. Na Dotação Básica, o maior crescimento é de 55,17% para a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, que está recebendo novas turmas e o menor é de 32,4% para o IO, e uma série de variações conforme a carga didática que as Unidades têm. No caso das disciplinas com curso noturno, adotou-se ponderação de 50% acima da carga diurna. Isso leva a uma média de 40%. Para o Desempenho Acadêmico, também a variação leva em consideração todos aqueles fatores. A maior variação é da EACH, que tem o maior crescimento no benefício do desempenho acadêmico, principalmente em função do alunado novo. A menor variação, neste caso, é o Instituto de Física, que não deve ter tido acréscimo de alunado, então fica com o menor acréscimo para o desempenho acadêmico. O mesmo acontece na Manutenção Predial. Ela tem o acrescimento, como já mencionei, dos 101,99%, ficando a maioria das Unidades em uma faixa de 96%, em função da sua área construída, bem como da idade dos imóveis e das características deles. Se considerarmos o conjunto da Dotação Básica mais os Adicionais de Desempenho, vamos ter uma variação média de 53%. O crescimento da Dotação Básica e Adicionais de Custeio são de 53.27% em 2011. Temos uma série de tabelas que detalham essa proposta orçamentária. A Dotação Básica por Unidade é apresentada na tabela C. As dotações dos Museus e outros órgãos são apresentadas nas tabelas D a F. Na tabela G. temos um detalhamento das atividades integradas. Na tabela I, temos uma complementação das informações sobre os recursos para Política de Permanência e Formação Estudantil. Além daqueles que já constam na tabela A, com os recursos que são alocados nas diferentes unidades de execução orçamentária, temos R\$ 38.427.000,00 para o apoio ao estudante, com base em critérios sócio-econômicos; R\$ 37.951.000,00 de benefícios que são gerais para todos os estudantes; e, no conjunto, R\$ 93.008.000,00 para o Programa Política de Permanência e Formação Estudantil. Dentro do apoio ao estudante, com base em critérios sócio-econômicos, há recursos para manutenção e conservação das moradias, investimentos em reformas, bolsas e creches, devidamente identificados na tabela A." M. Reitor: "Antes de passarmos à discussão, gostaria de fazer uma observação, que tem ligação estrita com a questão orçamentária, justamente com o aspecto que foi salientado por um dos

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261 262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273274

275276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291 292

293

294

295

296

297

298

299

conselheiros e que teve sua fala repetida pelo Professor Engler. Uma grande preocupação da administração - e de todos - diz respeito à problemática da possibilidade desse aumento, que é sazonal, ter reflexo, também, na questão remuneratória dos professores e dos funcionários técnico-administrativos. Adianto o que falaria no início da próxima sessão, sobre a carreira, colocando uma proposta para que façamos o seguinte: embora todos os temas que estão colocados para discussões temáticas sejam extremamente importantes, que se priorizasse para discussão da carreira, de modo que até o primeiro semestre do próximo ano, ou pelo menos durante o ano que vem, fizéssemos a primeira progressão, já dentro dos limites da carreira para os funcionários técnicoadministrativos, independentemente da correção salarial de maio, que é outra coisa. A questão percentual, se olhada apenas em números absolutos, pode ser errônea, como de fato é. Mas todos verificarão que existe, por parte da Administração, uma preocupação para que essas questões possam ser resolvidas. É claro que a carreira pode ser a ideal, dos sonhos. Se for, ótimo, mas se não for, que seja a do possível, e que possamos começar a fazer com que a subida nos degraus comece o mais rápido possível. E é nosso intuito fazer no primeiro semestre do ano que vem, se houver a colaboração de todos. Isto demonstra uma questão de boa fé da Administração que já comprovou essa questão no que tange ao aspecto também difícil de ser resolvido, mas que a Administração já fez uma proposta para o pagamento da parte incontroversa do Gatilho, à vista, para todos. Quero dizer que da mesma forma como fizemos àqueles que têm alguma participação no gatilho, com a mesma boa fé e presteza faremos no que tange à carreira para que possa entrar em exercício. E que seja feito de uma maneira célere a subida daquelas pessoas, pois isso dará um alento, não simplesmente a cada pessoa física, mas, também, à própria Universidade, que hoje vê perder quadros extremamente importantes, porque não existe carreira. E ninguém ficará esperando o imponderável todos os anos para que tenha uma melhora salarial, de forma que acredito ser esta a questão mais importante que temos, no momento, na Universidade. Por essa razão, proponho que façamos as reuniões temáticas no começo do ano que vem sobre o tema carreira, para chegarmos à finalização dessa questão. E claro que se busca a carreira geral, mas tenho percebido certa impaciência de vários segmentos que compõem os técnico-administrativos - e com razão -. inclusive, pedidos de que se façam carreiras especificas. Claro que isso não é o melhor. O normal é que se tenha uma carreira. Mas, isso é só para que tenhamos bem claro que existe essa questão e ninguém gostaria de comecar a discutir carreiras específicas, face ao impasse da careira geral, porque seria absolutamente a negação da carreira, mas é uma saída. Inclusive, venho recebendo propostas insistentes de vários segmentos e de vários tipos, tanto aquelas carreiras que são ditos dos profissionais que seriam liberais, fora da Universidade, como de carreiras mais básicas, no sentido de dizer que se não tivermos a possibilidade de ter uma carreira, devemos, pelo menos resolver isso, senão a Universidade perderá os melhores quadros. Tenho certeza de que esse cenário não será necessário, uma vez que as reuniões temáticas serão repetitivamente sobre o assunto e assim poderemos passar para todos que o orçamento talvez possa vir majorado, por força do aumento da arrecadação." Cons. Marcelo Ferreira dos Santos: "Em primeiro lugar, gostaria de fazer alguns esclarecimentos com relação à nossa preocupação no quesito pessoal, no que diz respeito ao orçamento que foi aprovado. Na

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313 314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341 342

343

344

345

346

347

348

349

oportunidade, o Conselheiro Alexandre havia colocado para esse Conselho alguns dos motivos que motivam a nossa preocupação insistente com relação à questão da previsão e da aplicação do orçamento da Universidade no que diz respeito ao pessoal. Não sou especialista em números, inclusive, devido à minha formação em escola pública, isso foi bastante prejudicado pela situação do ensino público hoje em dia. Agora sabemos que o percentual não é o único fator que leva em consideração o aumento ou não do recurso. Sabemos do percentual do orçamento que cresceu por causa da arrecadação do Estado, portanto, da arrecadação da USP e, com base na minha ignorância, sei que isso causa alterações na quantia final. Por outro lado, temos visto este ano - do ponto de vista dos funcionários - uma situação que não conhecíamos, que foi questionada não só pelo Sindicado, mas pela Associação de Professores. inclusive ganhando apoio de outras entidades de fora da USP, com relação a um reajuste diferenciado que foi feito esse ano aos professores da Universidade, o qual não foi concedido aos funcionários. Na época, inclusive, ressaltamos que já acumulamos perdas salariais e os professores também, as quais se fôssemos fazer uma trajetória desde 1989, já somam mais de 30% dos salários. Na nossa avaliação, parte disso é o que tem causado o fato de a Universidade ter perdido quadros importantíssimos - também concordando com a fala do Prof. João Grandino - não só no que diz respeito a seus professores, mas, também, a seus funcionários, para outras instituições. Outra preocupação nossa diz respeito à falta de funcionários. Eu, por exemplo, trabalho em um lugar na Coordenadoria de Assistência Social em que os Restaurantes Universitários já funcionam sob uma situação insuportável de trabalho. Mais de 60% dos funcionários sofrem de LER - lesões por esforços repetitivos. Isso foi recorrentemente alertado pelas CIPAS, pelo Sindicado e pelos próprios servidores. O fato da Universidade não atentar a essa questão, na nossa avaliação, causa um problema grave, que depois se dará na outra ponta, no número de funcionários, por exemplo, que procuram o serviço do HU e, infelizmente, não conseguem ser atendidos. Há uma falta de funcionários crônica em algumas Unidades - inclusive na que trabalho - e que motiva a nossa preocupação com o gasto que será feito com o pessoal. Outro problema bastante sério é a situação dos trabalhadores terceirizados. Coloquei em outras intervenções nesse Conselho, que, infelizmente, abrimos esse ano com o problema de falta de pagamento aos trabalhadores da empresa de vigilância, que levou a manifestações do Sindicato desses próprios trabalhadores. E há trabalhadores que ganham salários inferiores ao piso do salário mínimo estadual dentro dessa Universidade. A quebra da isonomia, as perdas salariais acumuladas, a falta de funcionários e a terceirização - como, por exemplo, o avanço da terceirização para 85% dos gastos de 2008 para 2009 - é o que motiva nossa preocupação. Evidentemente, como coloquei antes, a perda de docentes e de funcionários super qualificados, todos esses problemas não conseguem ser resolvidos somente pela questão da carreira, ou por um índice de reajuste salarial que se atenha a alguns índices da inflação, sem levar em consideração o aumento real do custo de vida." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Primeiro, como já mencionei em outras ocasiões, a política salarial das três Universidades Estaduais é definida pelo CRUESP, com a participação da representação dos servidores docentes e servidores técnicoadministrativos das três Universidades. Ela leva em consideração a disponibilidade orçamentária, sem dúvida, mas não é o único critério. O

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362 363

364

365

366

367 368

369

370

371

372

373

374

375

376 377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391 392

393

394

395 396

397

398

399

aumento diferenciado que você mencionou para uma categoria e não para outra não é decorrente da não disponibilidade de recursos. Foi decorrente de parâmetros que o CRUESP levou em consideração e tomou aquela decisão. Com relação ao percentual, é uma coisa ilusória. Então, o valor monetário é calculado e o percentual é consegüência. É uma forma de resumir as coisas e permitir uma análise comparativa. Mas, esses percentuais de 80%, 85%, 90% são em função não só da disponibilidade orçamentária do ano, como também do custo e despesas envolvidas. De forma que calculamos as despesas previstas para o ano e propomos a dotação orçamentária. O cálculo percentual é meramente ilustrativo. Não é ele quem vai definir, impedir ou permitir um aumento maior ou menor no salário. Mas apesar disso, mostrei que, claramente, temos disponibilidades que permitem até 19% se for o caso. Agora, a política salarial leva em consideração uma série de parâmetros considerados pelo CRUESP. Não sei se você participa do Fórum das Seis, mas os que participam acompanham a discussão e sabem." Cons. Dário Ferreira Sousa Neto: "Gostaria só de pontuar duas coisas. A primeira, reforçando um pouco a fala do Marcelo, essa necessidade de a Universidade, em diálogo, obviamente, com as outras universidades paulistas, de fazer um esforço para tentar superar essa questão que se arrasta ano após ano, no processo do reajuste salarial. Porque, obviamente, esse reajuste é um direito dos servidores docentes e não-docentes, mas isso tem gerado muito conflito para Universidade. Isso tem gerado prejuízos e não dá para ficar, simplesmente, culpando os funcionários que fazem greve, porque se não há uma cobrança para garantir esse reajuste, há uma possibilidade significativa de defasagem. Portanto, acho que é responsabilidade das três instituições tentarem resolver essa questão, tentar superar isso e encontrar melhores formas para que esse prejuízo seja o mínimo possível para a Universidade, pois toda a Universidade sai prejudicada e tenho certeza de que esse não é o interesse dos servidores docentes e não-docentes. A outra questão mais específica é, na verdade, uma dúvida. Sou da área de letras, não sou especialista em números, muito menos em tabelas, mas queria apenas entender a tabela G, quando fala sobre política de permanência e formação estudantil. Hoje de manhã estive conversando com o presidente da Comissão de Apoio à Permanência e Formação Estudantil, mas tive uma dúvida em relação à questão da tabela, porque a tabela G apresenta alguns valores relacionados à questão da moradia estudantil que se refere à qualificação e recuperação de equipamentos imobiliários. Na tabela I essa referência não aparece e aparecem outros valores, por isso gostaria de um esclarecimento." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Tem uma observação ao final da tabela que mostra os valores dessa tabela. Eles levam em consideração também as despesas com pessoal, a tabela G apenas a parte de custeio. Na tabela I é a parte de custeio mais pessoal, para execução dessas diversas atividades. Então por isso você vê o item manutenção e conservação com R\$ 11 milhões." Cons. Dário Ferreira Sousa Neto: "Então, no caso de manutenção e conservação estão inclusas essas duas alíneas que estão especificadas na tabela G? Porque somei os valores e eles não batem." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Porque na tabela I inclui, também, as despesas com pessoal envolvido. Essa é a diferença em relação à tabela G. Tem uma notinha de rodapé no final da tabela I chamando atenção para isso." Cons. Dário Ferreira Sousa Neto: "Tinha observado isso, mas era mais para ter certeza se de fato compreende ou não. A outra guestão que gostaria que

401

402

403

404

405

406

407

408 409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441 442

443 444

445

446

447

448

449

me fosse explicada é em relação a essa alínea que aparece tanto na tabela G, como na tabela I, que se refere a bolsas-auxílio livros. Suponho que isso não seja em relação a livros que são comprados para o SIBi. Aqui está específico em relação à política de permanência e formação estudantil. Mas confesso que para mim isso é novo, apesar de estar acompanhando o Conselho." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Essa bolsa-auxílio livros entrou pela primeira vez no orçamento de 2010, em uma proposta da Comissão de Permanência para 2010 havia um valor de R\$ 600.000,00, esse valor passa agora a ser de R\$ 810.000,00 e é gerenciado pela Comissão de Permanência. Esse é um recurso específico da política de permanência, não tem nada a ver com o SIBi, que tem a dotação própria." Cons. Dário Ferreira Sousa Neto: "Era isso que precisava saber. Então, obviamente vou levar essa discussão para Comissão de Permanência." Cons. Jorge Mancini Filho: "Antes da informação complementação que solicitarei gostaria de dizer que já cumprimentei o Professor Engler na última reunião e gostaria até que o senhor cedesse para a Universidade um pouco do seu material genético, para que possamos fazer uma clonagem da sua pessoa, porque vejo como certa dificuldade o futuro, em não ter uma pessoa com seu perfil para cuidar das finanças da Universidade. Com relação à proposta da ADUSP, que vai entrar na próxima quinta-feira – que, aliás, não é da ADUSP, mas da Universidade se a ADUSP aceitar, a Universidade teria como cumprir o acordo ainda neste exercício? Pois acho que tem um prazo determinado para cumprir o acordo, conforme já comentado pelo Prof. Grandino a respeito. Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Na proposta que está disponível no site da USP consta que ela será concretizada 15 dias após a assinatura do acordo. E utilizará recursos da receita própria que a USP tem aplicado financeiramente." Cons. Renato de Figueiredo Jardim: (apresentação) "Gostaria de enfatizar o trabalho feito pela COP, mas mesmo tendo participado e feito o ensino público, aprendi muito a matemática. E figuei meio espantado quando tive essa documentação na mão e vi que era um prato cheio para fazer conta. Foi exatamente o que fiz e vou compartilhar com os colegas algumas coisas que o Professor Engler já disse anteriormente, apenas queria abordar dois pontos: o que é importante, o que está sendo proposto e foi aprovado. Como ficou sua unidade - as 10 mais, as 10 menos e o que se aprende com tudo isso. O que é importante aqui? Isso o Professor Engler falou muito bem e fui um excelente estudante, inclusive com a ajuda dele tirei diversas dúvidas, ou seja, as dotações - e vou me restringir essencialmente ao que concerne às Unidades. aos centros e Museus - são baseadas em alguns itens que são acompanhados de indicadores. Por exemplo, vou trabalhar aqui hoje com a tabela da planilha H. Essa planilha H afeta toda a vida de praticamente 90% do pessoal que está agui. No fundo, essa que afeta a sua vida dentro da Unidade e o seu bolso. Vamos falar um pouquinho dela. O professor já disse, mas gostaria de chamar a atenção para a próxima tabela. Essa tabela, grandona, cheia de números, isso é um prato feito para um físico ou matemático. A esquerda temos a dotação básica, que depende essencialmente dos seus cursos de graduação e pós-graduação e, em particular, das matrículas. Foi aqui que foi aprovado, no Co passado, um grande avanço, em minha opinião, que foi um peso adicional às matrículas feitas no período noturno. Esses adicionais são todos que o professor falou. Por exemplo, vem um desempenho acadêmico logo em primeiro, tem o treinamento de pessoal, que não é importante, mas tem a

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461 462

463 464

465

466

467 468

469

470

471

472

473 474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493 494

495

496

497

498

499

manutenção, que acho importante. Essa sim aprovamos - não estava aqui na última reunião, mas foi aprovada pelo Co - 100% de aumento da dotação, ou seja, quem tinha, por exemplo, uma dada área, que é proporcional à área construída teve o dobro de recurso, ou seja, o resto que vem é equipamento de segurança, que é 10% da manutenção e depois vem informática, que depende do patrimônio do seu equipamento de informática. E, no final, vem despesa com transporte, que são os indivíduos ou as Unidades de fora de São Paulo, que têm um adicional. O item que o professor falou e todos ficaram contentes, a dotação básica, teve aumento global de 40,73%. Esses cálculos que vou mostrar - como não sou da COP e não tenho acesso à planilha - fiz em casa, e deram da ordem de 40,56%. Portanto, o erro que existe nessa brincadeira que vou fazer é de menos de décimo de porcentagem. Então, essa foi a coisa que ocorreu baseado na dotação e na dotação básica também, ou seja, os adicionais, que cresceram bastante e não a dotação básica - 65% baseada essencialmente nos 102% da manutenção predial. Dois pontos importantes que foram aprovados aqui: primeiro, a manutenção predial, que certamente foi uma proposta da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que é uma excelente proposta. Tem uma ainda mais interessante, que não foi aprovada, da dotação básica, que é 70% para graduação e 30% para pós-graduação. Vou propor isso no ano que vem, se ainda estiver aqui. E outra que foi proposta por diversas unidades: IB, IF, IFSC e IME, que são aquelas com curso noturno. Propuseram uma pequena alteração de 1.35 para 1.5. Isso teve repercussão na mídia. Mas como ficou? Pequei o orçamento do ano passado e todos desse ano e separei. Acho que essa é uma informação importante para o Co, ou seja, a sua Unidade está aí, só não estão os Museus. Desculpe-me uma vez mais. Mas estão aqui todas as Unidades em relação a 2010, ou seja, essa brincadeira toda de aumento, etc. e como ela se refletiu. E tomei a liberdade de colocar em vermelho os 10 mais e em azul os 10 menos. Quero dizer, se prestarmos atenção, o que dá para ver claramente é que a tabela é bem diversificada e as variações são da ordem de 80% a 26% de aumento, com aquele percentual que falei anteriormente da ordem de "alguns décimos" de discrepância com relação ao que estou dizendo. Gostaria de tirar um pequeno dogma que foi criado - e acho que o objetivo era aquele -, mas na verdade, quando olhamos os dados, eles não correspondem com relação ao noturno. Separei as 10 mais e tomei a liberdade de colocar a Faculdade de Direito em 11ª, porque acho que essa sim foi realmente beneficiada com a dotação do noturno, mas o resto não. Diria que a provável causa de aumento nessas 10 mais é 'Manutenção Predial'. basicamente, em relação a todos. Ou seja, o caminhão do aumento das unidades foi exatamente a proposta do Professor Mancini, porque 40% é um valor apreciável, nunca tinha ouvido falar disso anteriormente. Pois bem, temos que tirar um pouco de informação de tudo isso. Se prestarem atenção, 60% das Unidades 'Top 10' não oferecem curso noturno. É isso que estou guerendo dizer. Na verdade, quem está ganhando mais não foi por causa do noturno. E mais ainda, nenhuma Unidade das Ciências Exatas está no Top 10, ou seja, as Exatas estão alijadas dos 10 que ganharam mais. Mas vamos para os 10 piores. Aí aparecem as Exatas e são exatamente a grande proporção. Tirei na verdade os 4 - CDCC, Restaurante do IO, Escola de Aplicação, etc - mas se prestarem atenção, 70% das que ganharam menos têm curso noturno. Esse é um ponto relevante, o noturno não afetou muito bem quem dá aula à noite. Sobre as 10 menos, gostaria de enfatizar dois pontos: 70% das unidades 10

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

menos são consideradas de Ciência Básica, são aquelas que fazem ciência hardcore. E 70% delas são de Ciências Exatas. Portanto, parece-me que independentemente dos procedimentos que foram adotados, não vale muito a pena ou se ganha muito pouco quem está nas Ciências Exatas, e essencialmente, fazendo Ciência Hardcore. E comprovo aqui baseado na dotação básica. As 10 em vermelho são os percentuais por ordem de ranqueamento das unidades em relação à dotação básica, que é onde entra o adicional noturno. Se você verificar o adicional noturno das 10 mais, apenas 40% têm curso noturno. Portanto, novamente, o noturno não fez muita diferença. E, obviamente, das 10 últimas que estão lá, 70% têm curso noturno. De forma que gostaria de dar uma desmistificada, porque ficou muito aparente para a maioria das pessoas que esse crescimento do noturno teve um reflexo muito grande nos recursos das unidades que ministram, tem curso noturno ou oferecem disciplinas. Portanto, gostaria que fosse desmistificado. Um último comentário, quero pedir desculpas, pois nessa brincadeira de fazer o curso noturno, entrei em contato com o Prof. Wellington e ele tinha falado para colocar 2, mas achei que 1,5 era bom, mas estava errado. Acho que precisamos mais de 2 no fator para o curso noturno. Acho que tem que ser na ordem de 3 ou 4, mas que virá no ano que vem, não tenho a menor dúvida." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "O Prof. Renato fez uma excelente avaliação do documento. Gostaria de fazer um pequeno comentário. Primeiro, o efeito do noturno não é apenas desse percentual, é muito mais em função do número de alunos que estão no curso noturno e da carga horária. Então, se as Unidades aumentarem o número de alunos no noturno e aumentarem a carga didática no curso noturno terá um reflexo até maior do que essa pequena alteração. Acontece que o número de alunos nos cursos diurnos é muito maior. Então, quando colocamos essa variação de 1,35% para 1,50%, 0,15% nos 60% da Dotação Básica que é para a graduação, isso se dilui, porque os 0,15% depende muito mais do número de alunos matriculados nos cursos noturnos e da carga horária. Esse fator que cada Unidade teria que mexer internamente têm um efeito muito maior do que, passar para dois, por exemplo, pode passar se o Conselho aprovar, não há problema nenhum. Temos que pensar isso, pois é o conjunto que dá esse resultado. O grande fator nesse resultado do acréscimo do curso noturno não é função do percentual, mas da carga didática e do número de alunos. Você colocou 26,26% - ECA Ribeirão, mas em momento algum mencionei ECA Ribeirão, é uma parte da ECA São Paulo que está se passando para a Filosofia, tanto é que esse item no próximo orcamento irá desaparecer, ele irá ser incorporado à Faculdade de Filosofia de Ribeirão, se for aprovada a transferência do Departamento. Se tirarmos a ECA Ribeirão, verificamos que o menor crescimento foi de 35,55% da Geociências, que comparado com a inflação, é sete vezes maior, assim como é maior que o crescimento do Orçamento Geral da USP, que foi 20%. É guase o dobro e lembro-me dos tristes tempos em que não tínhamos a Proposta Orçamentária, porque o que vinha do Estado era no máximo a correção da inflação. Fui Diretor nessa época triste, as Unidades mandavam as propostas e ninguém recebia nenhuma resposta. Essa avaliação que a COP fez no Anexo 1, das Diretrizes, respondendo uma a uma das sugestões recebidas, custou muitos fins de semana, porque eu não tinha tempo durante a semana para ler, mas li todas: a Secretaria Geral recebia e me mandava, eu lia e fazia uma anotação e levava para a COP para discussão. Primeiro, foi um respeito às Unidades

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566 567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

respondendo a todos os questionamentos. Você mandar uma sugestão e ela ser ignorada é uma das piores coisas e foi uma frustração que tive. A segunda questão é que naquela época, como Orçamento, o Estado mandava essa orientação para as Universidades: vocês fazem duas propostas, uma proposta atual com correção da inflação e a outra, que eles chamavam de expansão, de aumento. A de expansão nunca existiu, a de manutenção era sempre uma fração da grande inflação que ocorria no período. Essa sistemática era de tal forma que no final de dezembro o governo do Estado publicava o Orçamento do Estado e publicava o Orçamento das Universidades, não tínhamos essa autonomia que temos hoje de receber um valor e daí decidir como gastar, já vinha carimbado do governo do Estado. Essa publicação era reduzida para o tamanho A-4, quase ilegível, era colocada na mesa na reunião do Conselho Universitário de marco e ficávamos sabendo que o orçamento da Unidade iria ser esse. Não se discutia, não se falava nada, isso vinha e pronto. Foi uma grande evolução e fico feliz de ver que hoje a Unidade tem menor crescimento em função dos parâmetros das Diretrizes aprovadas por esse Conselho tem quase o dobro do crescimento do Orçamento da USP." M. Reitor: "Continuando no tom lúdico do Conselheiro Renato Jardim e com a licença do meu Diretor da Faculdade de Direito, tenho a certeza que quem guiser receber algumas das vagas de duzentos e trinta alunos do noturno certamente passaríamos junto a verba. Portanto, é algo que ninguém entende, realmente, só nós que sabemos, mas essa Unidade tem o único curso de graduação com quatrocentas e sessenta vagas por ano. Não estou defendendo, é pura e simplesmente no tom lúdico, mas explica o primeiro lugar." Cons. Alexandre Pariol Filho: "Peço licença aos colegas da representação para fazer uma pergunta no tocante à Unidade ao qual trabalho. Gostaria de saber se na proposta de Orçamento estão contempladas as necessidades de gasto com a reconstrução do Anexo IV e V e a Casa da Marquesa." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "A parte de obras e reformas é incluída no Orçamento conforme proposta da COESF. A COESF fez um levantamento junto às Unidades e encaminhou uma proposta. Essa proposta foi aceita na sua totalidade pela COP, são os valores que os senhores encontram na Tabela A, no item 2.7.5 - tem o Plano Plurianual de Obras, os Programas Especiais da COESF e tem uma série de reformas. Não tenho o detalhamento agui, mas tudo que as Unidades mandaram a COESF incluiu e a COP colocou a dotação solicitada, não houve nenhum corte na dotação proposta pela COESF. Se a proposta da Unidade contemplou essas reformas elas foram incluídas." Cons.ª Lisete Regina G. Arelaro: "Gostei do exercício que o nosso colega fez, todo mundo acordou, ficaram animados, porque, em geral, a discussão do Orçamento é pouco animada, os números são pequenos, temos que ler com uma lupa – pelo menos os mais antigos. Gostaria de propor que fizéssemos um exercício, uma reunião nesse nosso temário, onde o Prof. Engler nos contemplasse com uma discussão, talvez didática, como a que o colega trouxe. Poderíamos fazer um processo de nossa educação, porque há um entendimento de que todos nascemos sabendo lidar com Orçamento, mas nós não sabemos, aprendemos. Quero dizer que damos cursos para Secretários de Educação não só para aprender a ler o Orçamento, mas como seria bom gastar corretamente os 25% vinculados constitucionalmente para manutenção e desenvolvimento do ensino. A COP poderia pensar em traduzir didaticamente o nosso Orçamento, por exemplo: iremos entrar para uma discussão que até

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617 618

619

620

621 622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648 649

certo ponto não tem nenhuma vinculação direta com o que estamos aprovando agora. Continuo com uma preocupação de 80%. Por quê? Porque o Prof. Hélio levantou que nós, os mais experientes, correspondemos a uma taxa significativa nos próximos cinco anos. Deveremos ser substituídos. O Prof. Rodas nos prometeu substituição dos funcionários que há muitos anos estão faltantes e estou animada. Estou achando que 2011 será o ano das vacas gordas em termos de novos funcionários, novos professores e ampliações. Temos uma discussão, as cinco próximas, que significa aumento de investimento - mais gastos com pessoal. As cinco propostas que vem em seguida oneram o Orçamento e não estamos preparados, porque em cada folha das mil folhas que recebemos - que também investi minha madrugada de hoje para chegar aqui com a lição feita - acho que chega a mais de milhão essas propostas de alteração. Não temos nenhuma avaliação do Orçamento que iremos aprovar. Quanto elas significam? Quantos funcionários serão repostos para o ano que vem? Quantos novos professores serão contratados? Simplesmente para ser mais didática essa nossa aprendizagem, capitalizando a grande experiência do Prof. Engler nisso, mas o professor tem que lembrar que não é a mesma coisa para nós, cada número repercute de uma outra forma." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Realmente espero que seja um ano bom. Quanto aos números serem pequenos, é questão de opção, porque podemos imprimir com uma letra maior. Se a Professora observar no final da Tabela A, no item 2.8, temos uma Reserva de Contingência de R\$ 34.822.234,00. Nunca tivemos isso. Esses acréscimos que virão são perfeitamente suportáveis, por exemplo: o caso do curso de Ciências Biomédicas, a previsão do custo anual desse curso é de R\$ 2.360.000,00 que corresponde a 0.06%. Temos 557% na Reserva de Contingência esses R\$ 34.822.234,00 e dará perfeitamente para atender esses R\$ 2.360.000,00. No caso do Instituto de Arquitetura, que tem uma previsão orçamentária que nem eles sabem por que esses cálculos foram feitos pela CODAGE já antecipando, se for aprovado hoje pelo Conselho, teremos que acrescentar no Orçamento essa nova Unidade, como também teremos que fazer uma pequena redução na Escola de Engenharia de São Carlos, porque hoje os parâmetros do curso de Arquitetura auxiliaram o orçamento que foi calculado para a Escola de Engenharia. Então aquela contribuição que a Arquitetura deu será deslocada para a nova Unidade e complementada se for necessário. Há uma previsão de R\$ 738.000,00 para esse novo curso, que é 0,02%. O IRI não tem custo adicional. O custo adicional do IRI é zero, ele já existe, já tem todas as atividades, já tem todos os parâmetros. É completamente irrelevante. O acréscimo com as gratificações é muito pequeno." Cons. Silas Cardoso de Souza: "Sou da Faculdade de Direito também e compartilho da preocupação do Conselheiro Alexandre com relação às reformas dos nossos Anexos, onde está a Biblioteca da Faculdade. Por isso, gostaria de solicitar o detalhamento das propostas, da rubrica da COESF, dessa rubrica que consta no item 2.7.5 e que, se possível, fosse enviada aos Conselheiros via e-mail ou discutidas aqui." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Não sei se o Prof. Massola, Coordenador da COESF, tem agui essas informações dos itens incluídos, mas tudo aquilo que foi apresentado como demanda das Unidades a COESF incluiu e foi colocado no Orçamento. Em princípio, pode ficar tranquilo que deve estar incluído." Cons. Flávio Ulhoa Coelho: "A Prof.ª Lisete fez uma proposta interessante. Antes de mais nada, quero cumprimentar toda a COP. O trabalho

651

652

653 654

655 656

657

658

659 660

661

662 663

664

665

666

667 668

669

670

671

672

673

674

675

676 677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688 689

690

691 692

693 694

695

696

697

698

699

da COP é muito sério e importante. Todos os membros estão de parabéns. Cumprimento o Prof. Engler e estendo a todos da COP. Há a proposta da Prof.ª Lisete de tentar entender um pouco mais das nuances internas e seria interessante fazer uma reunião de esclarecimento. Existe outro ponto, que é o ponto principal da fala do Prof. Renato, que é o seguinte: as Diretrizes foram aprovadas e o trabalho da COP é bastante sério, mas quando olhamos a Tabela acho que talvez um ajuste seja necessário. Talvez seja a questão de pensarmos um pouco mais como essas Diretrizes estão sendo feitas. Olhando na parte de baixo, tem certa concentração de linha e na parte de cima uma concentração de outra linha, é porque talvez nas Diretrizes esteja faltando um refinamento maior. Não estou dizendo que é culpa de alguém ou não, mas talvez fosse a questão de começarmos a pensar um pouco mais. Essas Diretrizes pelo que me lembro vem de ano a ano e fazemos modificações pontuais. Essas modificações são importantes, mas em algum momento seria interessante olharmos mais de longe as Diretrizes e pensar em critérios. Proponho que em algum momento façamos uma revisão dessas Diretrizes." Cons. Joaquim José de Camargo Engler: "Gostaria de lembrar que as Diretrizes são revistas anualmente a partir de março. Em março, o Presidente da COP encaminha uma circular a todos os membros do Co e a todos os Dirigentes pedindo sugestões. Recebemos cerca de guarenta sugestões, de Unidades de Ensino vinte apenas. A maioria das sugestões não eram sugestões de Diretrizes, eram propostas orcamentárias da própria Unidade. Diretrizes são questões normativas, mas todas foram analisadas e as respostas estão no seu Anexo 1." M. Reitor: "Ressalto que todas as sugestões foram bem vindas, entretanto, no que tange à Proposta que iremos votar agora, houve uma chamada para que as pessoas se pronunciassem. Tudo foi feito de uma maneira extremamente democrática e, realmente, se não fizeram propostas, é claro que elas não puderam ser analisadas, mas o ano que vem está próximo e todos poderão fazer. Certamente o Prof. Engler aceitará dar uma aula dos detalhamentos e, a partir de uma maior participação, a Proposta do próximo ano poderá ser mais apropriada." Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, passa-se à Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco) votos; Não = 5 (cinco) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 106 (cento e seis). É aprovado o Orçamento da USP para 2011. A seguir, passa-se ao CADERNO II -TRANSFORMAÇÃO DE INSTITUTO ESPECIALIZADO EM UNIDADE (item 13, parágrafo único do art. 16 do Estatuto - quorum de 2/3=78) 1. **PROCESSO** 2010.1.29782.1.7 **INSTITUTO** DE RELACÕES INTERNACIONAIS. Proposta de transformação do Instituto de Relações Internacionais (IRI), atualmente um Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa. Ofício da Diretora do IRI, Prof.ª Dr.ª Maria Hermínia Tavares de Almeida, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de transformação do IRI, atualmente um Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 27.10.10 (28.10.10). Parecer da PG-USP: manifesta que do ponto de vista jurídico, não há óbice ao encaminhamento da proposta na forma apresentada e observa que a competência para criação, incorporação e extinção de Unidades é do Conselho Universitário, devendo este deliberar por dois tercos da totalidade de seus membros. O Regimento do IRI está sendo analisado em processo separado, de modo que a questão é de mérito

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734 735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

acadêmico, devendo a matéria ser submetida, preliminarmente, à CAA. Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer da relatora Prof.ª Dr.ª Emma Otta, favorável à transformação do Instituto de Relações Internacionais (IRI), atualmente Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa (29.11.2010). Parecer da CLR: aprova, nos termos do parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, por unanimidade dos presentes (5 votos), a transformação do Instituto de Relações Internacionais (IRI), atualmente Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa, bem como a alteração do Regimento Geral conforme minuta às fls. 139verso (30.11.2010). Informação do DRH: apresenta proposta de estrutura organizacional. Manifestação da CODAGE: apresenta o impacto orçamentário da transformação do IRI em Unidade de Ensino e Pesquisa. Parecer da COP: manifesta-se favoravelmente, por unanimidade dos presentes (4votos), à transformação do Instituto de Relações Internacionais (IRI), atualmente Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa (06.12.2010). M. Reitor: "Farei uma pequena observação. Os assuntos deste caderno tratam de colocações antigas de Unidades, tanto do interior como da capital. Não existe nada novo, nada criado, mas a tentativa de fazer com que as ansiedades das várias Unidades nos últimos anos possam ser solucionadas, a fim de que, uma vez afastados os fantasmas do passado, possamos nos dedicar ao futuro. Não existe nenhuma proposta que a Administração está trazendo como algo tirado de bolso de colete. São desejos fundamentados e já aprovados por todos os Órgãos pelos quais passaram de todas as Unidades da Universidade." Cons. Luiz Nunes de Oliveira: "O processo está muito bem instruído. Realco o relatório que foi preparado pelo próprio Instituto, que além de muito claro, põe em evidência os pontos fortes e os pontos fracos da proposta, de forma que nós, os fregueses, saberemos o que estamos comprando. Realço, também, o relatório da Prof.ª Emma Otta, pela CAA, que no seu estilo, é muito completo e perspicaz. O assunto já foi aprovado por todas as Comissões pertinentes e está pronto para ser discutido e votado no âmbito do Conselho Universitário. Cabe lembrar que como se trata de criação de uma nova Unidade precisaremos de maioria de dois terços dos votos para aprovação." Vice-Reitor: "A Comissão de Claros Docentes examinou o processo na sua última reunião do dia 10 e não há solicitação de nenhum claro docente até que a Assembléia Legislativa aprove a solicitação da Universidade. Toda solicitação, que são de cinco claros docentes, somente será atendida depois da concessão de claros pela Assembléia Legislativa. Então, a questão em tela não afeta o nosso Banco de Claros Docentes, que é muito reduzido." Cons.ª Maria Hermínia T. de Almeida: "Quero simplesmente enfatizar algumas questões que são importantes para o Instituto. Todo país que tem projeção no mundo tem que pensar o sistema internacional e a sua situação dentro do sistema, sob a ótica dos seus interesses como país. Em todos os países com projeção mundial existem Centros de Excelência que produzem conhecimento; forma especialistas; promove interlocução entre quem faz a política externa e quem a estuda, em geral são Unidades pequenas que combinam um corpo pequeno de professores e pesquisadores, com muita gente que entra e sai, que passa, que vem do exterior, ou seja, toda grande Universidade no mundo tem uma área institucionalizada de estudos internacionais. Uma área que promove pesquisa, ensino, formação de especialistas e debate das grandes guestões. No ano de 2000, a USP tomou a decisão de constituir uma área forte de relações

751

752

753

754 755

756

757

758

759

760

761

762

763 764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774 775

776

777

778

779

780

781

782

783 784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

internacionais, criando o bacharelado. Em 2004, tomou a decisão de institucionalizar a área, com a criação do Instituto de Relações Internacionais como Instituto Especializado. Em 2009, o IRI criou a sua pós-graduação com mestrado e doutorado. O IRI não fundou os estudos internacionais na USP, eles já existiam há muito tempo com força no Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito e, de forma embrionária, na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Economia. O que o IRI fez foi catalisar essa experiência e ao fazê-lo, potencializá-la. Com a decisão da USP, a Universidade trouxe para o país algo que só ela poderia trazer: uma abordagem efetivamente multidisciplinada nas questões internacionais que não é feita em nenhum outro curso de Relações Internacionais, graduado ou pósgraduado, porque só nós somos efetivamente uma Universidade onde as áreas do conhecimento existem e podem conversar entre si, ou seja, estamos nesse momento em uma posição bastante destacada no cenário nacional, fazendo algo que só nós podemos fazer. O IRI só foi bem sucedido porque não foi um projeto dos professores ou de um grupo de professores dentro da Universidade, mas foi um projeto da Universidade. Desde o começo, contamos com o apoio de todas as Direções, de todas as Reitorias que dirigiram a Universidade, além do Conselho Universitário, no que lhe diz respeito. O que estamos discutindo hoje é a possibilidade de dar uma plataforma mais sólida, mais ampla para o desenvolvimento desse projeto que é um projeto da Universidade e que a coloca na lideranca do estudo das relações internacionais no país. E ousaria dizer, também, pelo menos na América Latina. Da nossa parte, os professores, os estudantes e os funcionários que atuam no Instituto de Relações Internacionais faremos o melhor para corresponder a confiança que o Conselho nos der nesse momento que estamos pedindo, aquela que sempre nos deu desde 2002. Obrigada." Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto: "Na realidade, gostaria de me manifestar sob duas óticas diferentes. A primeira é sobre a ótica do mérito acadêmico da proposta - acredito que a manifestação anterior foi muito clara nesse sentido. A importância de um Instituto de Relações Internacionais, a importância do tema acadêmico para a Universidade de São Paulo e o excelente trabalho que os professores estão desenvolvendo nesse Instituto. A segunda ótica, bastante importante, é sobre a lógica da gestão administrativa. É impossível considerarmos que essa área terá algum crescimento se não tiver aporte e se não tiver condições administrativas de fazer a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, é de absoluta certeza e de absoluta necessidade que haja a transformação desse Instituto em uma Unidade de Ensino. Complementando essa exposição, e como membro da COP, gostaria de alertar que os impactos orçamentários da proposta são absolutamente mínimos. Na realidade, o impacto é bastante reduzido para os ganhos com a agilidade administrativa da própria proposta. portanto, o custo da oportunidade é quase nulo frente aos avanços acadêmicos e dos benefícios que podemos ter para os alunos de graduação e de pósgraduação da futura Unidade." Cons.ª Teresa Ancona Lopez: "Em primeiro lugar, quero dizer que apóio totalmente essa iniciativa da ilustre Prof.ª Maria Hermínia. Acho fundamental a transformação desse Instituto em Unidade de Ensino, por tudo que já foi falado e porque já tem-se procedido assim. Em seguida, gostaria de ler um depoimento do meu suplente, portanto, também representante da Faculdade de Direito nesse Conselho, Prof. Celso Lafer, que é exímio internacionalista, já tendo sido Chanceler da República por duas

801

802

803

804

805

806

807

808 809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827 828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844 845

846

847

848

849

vezes. A opinião do Prof. Celso Lafer é de suma importância para essa transformação. Ele me enviou por *e-mail* e pediu que lesse esse depoimento: 'Um dos itens da agenda desta reunião do Conselho Universitário diz respeito à transformação do Instituto de Relacões Internacionais. Especializado em Unidade de Ensino. Participei da criação do IRI, presidindo a Comissão que elaborou o projeto do seu formato atual. Integrei e integro o seu Conselho desde o início de suas atividades e pude ir acompanhando o desenvolvimento do IRI no correr destes anos. Estou convencido de que as mudanças propostas correspondem às atuais necessidades do IRI, que é hoje efetivamente uma Unidade de Ensino e tem o mérito de preservar a sua vocação interdisciplinar e interunidades, que estão na origem da sua concepção e implementação. É o depoimento que gostaria de transmitir ao Egrégio Conselho Universitário, que faço por intermédio da Prof.ª Teresa Ancona Lopez, de quem tenho a honra de ser suplente na representação da Congregação da Faculdade de Direito.' Era esse o depoimento e endosso totalmente a Prof.ª Maria Hermínia e o Prof. Celso Lafer." Cons.ª Sandra Margarida Nitrini: "Todas as manifestações que me precederam não deixam dúvidas quanto a oportunidade e a pertinência deste pleito do Instituto de Relações Internacionais de se tornar uma Unidade autônoma. Não repetirei os argumentos, porque todos foram absolutamente convincentes, documentação que nos foi distribuída, devemos ter lido com atenção e mesmo uma mensagem enviada por e-mail com o resumo de todos os argumentos em prol deste pleito, acho que não cabe aqui repetir tudo, mas apenas trazer o empenho da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas no sentido de apoiar esta solicitação, mesmo porque, o que implicaria em gastos adicionais já foi devidamente provado, que é o mínimo para darmos todas as condições para um Instituto como esse, que já nasceu com um nível de excelência, tem sido muito procurado no Vestibular e a nota de corte é uma das maiores dentro da Universidade. Gostaria, também, de dizer que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas se sente gratificada e muito orgulhosa de participar, junto com a Faculdade de Direito e com a Faculdade de Economia, do projeto desse Instituto que já nasceu com sucesso e cabe-me, também, cumprimentar a todos que participaram desse projeto, todos os Diretores que antecederam a Prof.^a Maria Hermínia e cumprimentá-la, de modo especial, que como Diretora do Instituto, trouxe esta proposta que certamente já tinha sido gestada anteriormente. Junto-me a todos os que me antecederam e conclamo a todos os membros do Conselho Universitário que dêem este voto de confianca, como pediu a Prof.^a Maria Hermínia, porque temos a certeza de que a nossa Universidade ganhará muito mais no plano de sua contribuição para as relações internacionais como pesquisa dentro de uma Universidade, cujo projeto, um dos maiores, é a questão da internacionalização. Que todos aprovem esta solicitação." Cons. Reinaldo Guerreiro: "De certa maneira, todos que me antecederam já expressaram o mérito da proposta. Em nome da FEA, gostaria de me manifestar favoravelmente a esta proposta, parabenizar a Prof.^a Maria Hermínia e a todos que tem participado desse projeto de sucesso e falar, também, da satisfação do envolvimento da FEA nesse projeto, inclusive abrigando muitas das atividades que tem sido desenvolvidas no âmbito do IRI. Sou plenamente favorável à aprovação dessa proposta." Cons.ª Maria Dora Genis Mourão: "Há algum tempo a Universidade de São Paulo colocou como uma de suas diretrizes prioritárias a internacionalização. Uma Universidade de

851

852

853

854

855 856

857

858

859

860

861

862

863 864

865

866

867 868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891 892

893

894

895

896

897

898

899

ponta como a nossa, com o destaque que ela tem no Brasil e na América Latina, não poderia deixar de estar atenta ao movimento de globalização da sociedade, fruto da evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Um passo importante foi a criação da CCint - Comissão de Cooperação Internacional que, a partir de sua política de apoio à mobilidade de professores e estudantes, permitiu ampliar e fortalecer as relações institucionais e, em consequência, abrir espaços para o desenvolvimento de programas de intercâmbio e para a participação da Universidade em redes e consórcios internacionais. Outro passo capital foi a criação recente da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais, com o Prof. Adnei Melges de Andrade à sua frente. O apoio e incentivo aos intercâmbios de docentes, discentes e de pesquisa, somado ao trabalho que vem sendo desenvolvido de recolhimento e organização dos dados relacionados às atividades de caráter internacional, permitirá com que a USP responda de maneira adequada às pesquisas relativas aos rankings mundiais que medem a qualidade das Universidades. Essas considerações iniciais levam-me ao foco de minha fala: o apoio à solicitação de transformação do Instituto de Relações Internacionais, atual Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa. A trajetória do IRI, desde sua fundação, em 2004, para abrigar o Bacharelado em Relações Internacionais, inicialmente um Curso Interunidades criado em 2001, passando pela incorporação ao seu organograma do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT), também criado em 2001, e tendo aprovado seu Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em 2009, essa trajetória demonstra como esse projeto inovador foi criando corpo e hoje já é uma referência internacional demonstrada pelos projetos de pesquisa colaborativos que desenvolve com redes nacionais e internacionais e com financiamento nacional e internacional. Talvez seu sucesso se deva, por um lado à originalidade de seu projeto, que torna seu curso único do Brasil a ter uma estrutura de ensino e pesquisa multidisciplinar, abrangendo áreas como: Ciência Política, Economia, Direito e História. Tive a oportunidade de dar uma aula neste semestre sobre o cinema no Brasil e os desafios globais em um Seminário do curso e atesto a qualidade de seus alunos. E, por outro lado, citarei um trecho relevante do documento do IRI, sua importância também é decorrente de seu objetivo de focar 'os temas relacionados à governanca global e o papel desempenhado pelo Brasil como liderança emergente na cena internacional.' Por tudo isso e por considerar tratar-se de uma área de estudo fundamental no mundo contemporâneo, encaminho favoravelmente à transformação do IRI em Unidade de Ensino e Pesquisa, para dar-lhe autonomia necessária à sedimentação de suas atividades. Assim, o IRI, somado às atividades da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais, ampliará a dimensão internacional da Universidade de São Paulo." Cons. Sérgio França Adorno de Abreu: "Na verdade, não queria perder essa oportunidade de dizer da extrema satisfação que vejo na transformação do IRI em uma Unidade de Ensino e Pesquisa. Uma Universidade do porte da USP, com essa liderança que tem, não só no Brasil, mas na América Latina, temos de fato que ter uma preocupação fundamental com a formação de especialistas e pesquisadores na área de relações internacionais. Relações internacionais não é mais apenas uma questão de relações entre governos, mas no âmbito das relações internacionais passam temas da maior importância como, por exemplo, relacionados à Ciência e Inovação. Ter um Instituto com esta

901

902

903

904

905 906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934 935

936 937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

qualidade de corpo docente, com esta estrutura de ensino e de pesquisa, é um grande privilégio para esta Universidade. Quero, também, como professor, conhecendo boa parte do corpo docente e compartilhando dessa iniciativa, dizer que tive a oportunidade de acompanhar o processo de aprovação do programa de mestrado e doutorado em Relações Internacionais na CAPES, na condição de Coordenador de uma área e membro do Conselho. Tenho certeza de que em um espaço de tempo razoável, com esta proposta e com esta qualidade de ensino, teremos aqui uma das áreas de maior liderança e de ponta na pós-graduação no campo das relações internacionais." Cons. Renato Janine Ribeiro: "Gostaria de falar, tanto da fundação do IRI quanto da transformação do Departamento de Arquitetura de São Carlos em Instituto autônomo, que é o assunto seguinte; os dois assuntos são muito próximos. É um momento muito importante em que, do ponto de vista epistemológico e científico, dois grupos fortes, dois grupos que têm importância - um com longa tradição em São Carlos, outro dinâmico e jovem na sua existência agui na Capital - estão se tornando Unidades a título pleno e desejo cumprimentá-los. Ao mesmo tempo, desejo tecer minha preocupação sobre o fato de que todas as Unidades têm a mesma representação nesse Conselho Universitário, que é basicamente, na sua grande maioria, constituído de Diretores de Unidades e representantes de suas Congregações. Uma questão que deve ser apreciada e terá o meu voto, pela consideração epistemológica e científica, se junta também com o fato de que este Conselho se torne excessivamente grande, porque este Conselho tem uma representação de todas as Unidades, independentemente do número de docentes e de alunos que tenha. Hoje mesmo fui conferir isso examinando o Estatuto da UNICAMP, salvo engano meu, a Universidade irmã tem um Conselho Universitário de sessenta membros, dos quais dez representam as Unidades, vinte são representantes das categorias docentes e nove dos discentes. Metade do Conselho da UNICAMP, que por sua vez é metade do nosso, tem uma representação docente e discente eleita especificamente para esse Conselho. Creio que esse é um ponto que deveremos tratar depois, também, porque o Conselho Universitário precisa ser mais ágil, é uma questão que precisa ser examinada em um momento oportuno, depois que tivermos tomado uma deliberação quanto à escolha do Reitor. Ao mesmo tempo em que me sinto obrigado a tecer essa consideração, também desejo cumprimentar as duas equipes que militaram na construção das duas Unidades que irão, certamente, abrilhantar a Universidade de São Paulo. Parabéns." Cons. Rodrigo Souza Neves: "Gostaria de usar da palavra para declarar meu apoio à proposta da Prof.ª Maria Hermínia de tornar o Instituto de Relações Internacionais uma Unidade de Ensino plena no contexto da USP. Falo isso, não só como aluno de diversas disciplinas desse Instituto, mas, também, como uma pessoa que teve um bom contato com o curso de Relações Internacionais. E posso dizer com uma boa margem de certeza que não conheço nenhum aluno desse curso que discorde dessa proposta. Essa proposta não só conta com o apoio dos alunos, como conta em si com o embasamento da própria história do Instituto. O Instituto de Relações Internacionais tem desempenhado um papel fundamental dentro da Universidade de São Paulo de ser a ponta de lança de uma linha de pesquisa que, até o momento da criação do Instituto, se tornava um tanto quanto deixada de lado pelos estudantes de Ciências Humanas. Atualmente, o IRI já desenvolve as atividades plenas de uma Unidade de Ensino da USP com uma

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967 968

969

970

971

972 973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

excelência excepcional. Gostaria de dar meu apoio a essa proposta e dizer que esse apoio se dá por todo grupo de estudantes, tanto do IRI quanto das outras Unidades de Ciências Humanas que se beneficiam muito das disciplinas oferecidas pelo IRI e dos programas de pesquisa desenvolvidos por esse Instituto." M. Reitor: "Enquanto aquardamos as pessoas que estão fora da sala retornarem, pois precisaremos de uma votação de maioria qualificada, aproveito a oportunidade para dizer que é praxe no último dia a Universidade oferecer uma lembrança aos membros do Conselho Universitário. Sendo meu quarto ano de Conselho Universitário, já assisti até devolução das lembranças e para evitar essa deselegância, a Universidade tomou o cuidado de preparar uma lembrança que fique dentro dos R\$ 100,00, que a legislação permite como possibilidade de gasto em um presente. Será uma medalha de 80 mm, em bronze, que de um lado terá a esfinge da Universidade de São Paulo e do outro uma folha de louro e nesse verso será possível gravar o nome do membro do Co e o ano. A medalha será esculpida a mão, portanto terá uma qualidade muito boa. No verso aparecerá o nome da pessoa e virá em uma caixa azul, que é a cor da Universidade. A Secretaria Geral enviará mensagem a todos os membros do Conselho e aqueles que desejarem responderão, verificando se seu nome está grafado corretamente para providenciarmos a confecção da medalha, que será enviada como lembrança do fim do ano de 2010. Por outro lado, essa medalha servirá, também, para pessoas que visitem a Universidade, que receberão como troca de presentes que recebemos e não retribuímos. Então, passaremos a presentear essas pessoas com essa medalha de bronze. Justamente pela confecção em grande quantidade, o valor ficará no limite dos R\$ 100,00 cada medalha. Espero que todos os membros do Conselho Universitário respondam afirmativamente e corrijam a grafia de seus nomes para que possam receber essa medalha para relembrar sua passagem pelo Conselho Universitário." Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 104 (cento e quatro) votos; Não = 0; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 111 (cento e onze). É aprovado o parecer da COP, favorável à proposta de transformação do Instituto de Relações Internacionais (IRI), em Unidade de Ensino e Pesquisa. A seguir, o M. Reitor faz uma inversão na pauta, passando ao CADERNO V - ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL (quorum: decisão da CLR de 03.06.1997 - maioria absoluta = 59) 1. PROCESSO 2010.1.29782.1.7 - INSTITUTO DE **RELAÇÕES INTERNACIONAIS.** Minuta de Resolução que altera os artigos 6º e 7º do Regimento Geral. Parecer da CLR: aprova, nos termos do parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, por unanimidade dos presentes (5 votos), a transformação do Instituto de Relações Internacionais (IRI), atualmente Instituto Especializado, em Unidade de Ensino e Pesquisa, bem como a alteração do Regimento Geral, conforme minuta (30.11.2010). M. Reitor: "Gostaria de observar que ninguém está referendando modos de eleição, estamos, simplesmente, transformando em Unidade. Ninguém está dizendo que a representação deverá continuar assim e ninguém irá levantar depois e falar que tal dia o Conselho Universitário reiterou que todos tenham representantes assim ou de outra forma. A fala do Prof. Renato é importante para dizer que aquelas discussões serão feitas e no momento que mudar, as mudanças serão para todos, inclusive das novas Unidades, a representação no Conselho e outras. Ninguém está dando voto indireto, estamos simplesmente transformando esse Instituto Especializado

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009 1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025 1026

1027

1028

1029

1030 1031

1032 1033

1034

1035 1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

Unidade. Portanto, naqueles aspectos que são legislados pelo Regimento Geral, estamos fazendo o mesmo que existe hoje para as outras Unidades e que mudará no dia que as outras também mudarem." Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o sequinte resultado: Sim = 98 (noventa e oito) votos: Não = 0; Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 108 (cento e oito). É aprovada a alteração dos artigos 6º e 7º do Regimento Geral. CADERNO III -ALTERAÇÃO DE ESTATUTO. 1. **PROCESSO** 2010.1.33780.1.5 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (item 8, parágrafo único do art. 16 do Estatuto – quorum de 2/3=78) Proposta de alteração do status institucional dos Museus da USP, bem como extinção da Coordenação dos Museus. Parecer da PG-USP: observa que as alterações ora propostas vão ao encontro da missão museológica delineada no Estatuto dos Museus – Lei nº 11.904, de 11 de janeiro de 2009 e que sob o aspecto jurídico-formal, a proposta não encontra óbices (30.11.10). Justificativa dos Museus para propor a referida alteração e manifestação da Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária, atendendo a solicitação do relator da CLR. Parecer da CLR: o Senhor Presidente da CLR, aprova "ad referendum" da Comissão, com base no parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, as alterações estatutárias propostas nos autos, visando conferir novo status institucional aos Museus da USP, bem como a extinção da Coordenação dos Museus. Minuta de Resolução que altera dispositivos do Estatuto. M. Reitor: "Penso que todos leram a proposta e sabem que não se trata de se criar nada, os Museus passarão a ter um lugar específico. Hoje, não temos Museus nesse sentido regimental ou estatutário, eles estão dentro de outra categoria e passariam a ser Museus. Não há nesse caso nenhum acréscimo de representatividade com referência ao que eles tinham antes, simplesmente ficarão autônomos. mormente no que tange a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Isso se deve, em parte, justamente ao tamanho que eles passaram a ter. Iremos receber o prédio do antigo DETRAN que possui 85.000 m² e temos já aprovado, com a ajuda de uma das Promotorias de Justiça e a participação da USP, a construção do novo parque dos Museus que dará uma sede avantajada aos outros Museus, que não o MAC. São estruturas tão grandes que não podem esperar que sejam tomadas decisões extra museus." Cons. Sérgio França Adorno de Abreu: "O Prof. Grandino Rodas já antecipou uma série de Essa proposta veio à CLR e algumas informações foram acrescentadas pela representante dos Museus neste Conselho Universitário e depois, também, com a manifestação da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Esta proposta significa, de fato, atribuir o *status* real aos Museus. Os quatro Museus até este momento são na verdade um Órgão de Integração da USP, como outros Órgãos de Integração, estão vinculados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e respondem a uma Coordenadoria. Os Museus, como todos sabem, nos últimos vinte anos mudaram muito de perfil, não são apenas uma coleção de obras, documentos catalogados que são periodicamente colocados à disposição do público. Hoje, os Museus têm um papel muito importante no que concerne a catalogação associada à pesquisa, cursos, formação de recursos humanos, têm toda uma questão ligada à conservação, a arquivos e a restauração. Os quatro Museus têm essas atividades, tem um perfil de uma Unidade, portanto, autônoma e com atividades de formação de ensino e pesquisa. Então, a proposta é torná-los Museus e não mais um Órgão de Integração, o que significa, na prática, que é

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061 1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082 1083

1084

1085

1086 1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1101 extinta a Coordenadoria dos Museus e eles responderão diretamente ao Reitor. 1102 Do ponto de vista jurídico, as modificações são muito pequenas, onde está 1103 Museu como Órgão de Integração ele se torna Museu. As modificações são 1104 formais e, do ponto de vista da representação nesse Conselho, não há 1105 mudança. A composição do Conselho continua a mesma estipulada no 1106 Estatuto e no Regimento. O meu ponto de vista, que foi aprovado pela CLR, é 1107 de apoiar inteiramente essa proposta, por adequar a realidade existente hoje." Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda: "Estou aqui para apoiar 1108 1109 integralmente a alteração do status institucional dos quatro Museus, que são, 1110 de fato, Museus e não acervos apenas, ficando independentes da Coordenação que a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão exerce sobre os 1111 1112 Museus Paulista, de Zoologia, de Arqueologia e Etnologia e o Museu de Arte Contemporânea. Saliento, tal como já está no meu parecer, que são 1113 1114 organismos da maior importância, que abrigam coleções de grande relevo não 1115 só no Brasil como no mundo. Temos em alguns casos, como é o caso do 1116 Museu de Zoologia o maior acervo existente na sua área, o próprio MAC que 1117 tem o maior acervo de arte contemporânea entre os Museus Universitários, 1118 além de ser o maior Museu de Arte Contemporânea em acervo do hemisfério 1119 sul. Isso mostra, em primeiro lugar, a importância desses Órgãos da 1120 Universidade de São Paulo. Quero salientar, também, que a transformação dos 1121 Museus em organismos independentes da gestão da Pró-Reitoria de Cultura e 1122 Extensão Universitária é essencial, até porque vivemos hoje - particularmente 1123 no Brasil, que tem São Paulo como o centro das atividades de cultura - um 1124 momento muito especial no campo das artes. Como sabemos. São Paulo é 1125 hoje uma das capitais mundiais das artes, tanto do ponto de vista do mercado 1126 quanto da economia da cultura. Foi a Universidade de São Paulo que teve esse 1127 papel ao ter congregado os Museus. O que estou querendo dizer, em suma e 1128 rapidamente, é que a Universidade de São Paulo centraliza as ações 1129 científicas, culturais e artísticas em São Paulo e no Brasil e isso é uma 1130 particularidade da nossa Universidade. Saliento que essas instituições foram 1131 construídas ou cresceram sob o abrigo da Universidade de São Paulo. A 1132 história do Museu Paulista é um pouco diversa, é do final do século XIX e a 1133 história do MAC, cuja origem era o antigo Museu de Arte Moderna, veio para a Universidade quando Ciccillo Matarazzo, que foi o seu patrono, seu criador, 1134 1135 passou o acervo inicial para a Universidade de São Paulo na gestão reitoral do 1136 Dr. Ulhoa Cintra. Isso significa que o acervo do MAC que na origem já era 1137 importante, mas era um pequeno acervo, cresceu sob o abrigo da 1138 Universidade. Por todas essas razões, tendo em vista a proposta de alteração 1139 do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade de São Paulo no que tange a diversos dispositivos concernentes á inserção dos Museus na estrutura 1140 1141 universitária e, em especial, no que diz respeito à sua Coordenação, aprovei ad 1142 referendum daquele Colegiado, as modificações propostas e que muito contribuirão para a vida artística da Universidade, mas, sobretudo, de São 1143 1144 Paulo e do Brasil. A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária se sente 1145 orgulhosa por ter sido uma das parceiras na construção deste caminho tão 1146 profícuo e que tenho certeza que será cada vez mais ampliado." Cons. Cecília 1147 Helena Lorenzini de Salles Oliveira: "Este é um momento muito importante 1148 para os Museus. Na verdade, é um marco na nossa trajetória dentro da 1149 Universidade. Em 1934, quando a USP foi criada, o Museu Paulista, que já 1150 existia desde 1895, passou a ser um órgão complementar da Universidade,

mas só se integrou efetivamente a ela em 1963. O Museu de Zoologia, criado na década de 1940, tornou-se membro da USP em 1969. Em 1974, o MAC passou a fazer parte da Universidade e o MAE tem uma trajetória mais complexa ainda, porque foi criado nos anos de 1960, mas tem a configuração de hoje, a partir de 1989. De lá para cá, os Museus cresceram muito do ponto de vista dos seus acervos, mas principalmente do ponto de vista das responsabilidades sociais e acadêmicas que lhes cabem. Então, neste momento, estamos conseguindo, de alguma maneira, consolidar uma posição jurídica dentro da USP que nos permite ter autonomia administrativa e acadêmica, porque deixamos de ser Órgãos de Integração e passamos, efetivamente, a ser o que somos, Museus. Isso é muito importante para nós, porque vai permitir que nos desenvolvamos plenamente com todas as condições internas - com Conselhos Deliberativos, Comissões Técnico-Administrativas e com as Comissões Estatutárias da USP - de Pesquisa, Cultura e Extensão, Graduação e Pós-Graduação - nos integrando plenamente dentro da USP, seguindo os desígnios da Universidade a qual pertencemos com muito orgulho. Digo isso pelos quatro Museus, já que represento os Diretores dos Museus. Quando encaminhamos esta proposta, o objetivo era nos transformar em Museus, deixando de ser Órgão de Integração e é um momento em que podemos nos relacionar igualmente com as quatro Pró-Reitorias, é um momento em que podemos nos tornar centros de pesquisas, com todas as condições jurídicas e acadêmicas que isso quer dizer e, ao mesmo tempo, é desejo dos quatro Museus que possamos ser espaços de ampla articulação com as Unidades de Ensino e com os demais órgãos dessa Universidade. Estamos, hoje, através dessa proposta, consolidando o crescimento dos nossos acervos. das nossas potencialidades principalmente, nos adequando ao novo Estatuto dos Museus, que foi aprovado pelo IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus em 2009. É uma reformulação formal e jurídica, mas tem um peso acadêmico muito grande, porque vai nos conceder autonomia para sermos Museus, assim como temos no nosso futuro, no nosso horizonte. Agradeço, desde já, toda a acolhida desta proposta e espero que o Conselho também o faça." Cons. Welington Braz Carvalho Delitti: "Quero dizer do meu entusiasmo com essa proposta de alteração de posição hierárquica, de certa forma, dos Museus, porque convivemos bastante de perto com as atividades de alguns deles, especialmente, com o Museu de Zoologia, o qual somos parceiros, trocamos professores, dividimos curso de Pós-Graduação e lhes relato que, muitas vezes, nos sentimos constrangidos de ver os nossos colegas em uma posição que, por exemplo, os obrigava à submeter os seus processos à deliberação da nossa Congregação, onde eles não tinham acento. Uma situação um pouco difícil e que agora a Administração está avancando muito nesse sentido, de forma a fazer justica ao trabalho que está sendo desenvolvido nos Museus. Várias pessoas falaram, mas é bom lembrar que os Museus não são mais depósitos de coisas e sim, que aquelas coleções são constantemente reestudadas, reavaliadas, porque sabemos que no conhecimento a interpretação que damos para os fatos, para os conjuntos, para as coleções e para o Universo é falha, é temporária. Mas os dados, materiais que estão lá depositados, podem permitir reinterpretação à luz de novas tecnologias e novos conhecimentos. No caso da Biologia, podemos dizer que, agora, com as novas técnicas de Biologia Molecular, todos aqueles materiais que estão depositados em Museus de

1151

1152

1153

1154

1155 1156

1157

1158

1159 1160

1161

1162

1163 1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182 1183

1184

1185

1186 1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

Zoologia, em herbários e coleções botânicas, podem ser reanalisados e estudados quanto ao seu DNA. Aquelas árvores que todos veêm das filogenias, das derivações possíveis de grupos para outros, tudo aquilo que sabemos serem hipóteses que os biólogos traçam, não sabemos se são verdades, mas quando surge uma nova tecnologia, podemos nos aproximar de uma tentativa mais real da interpretação daquilo que ocorreu em um passado longínguo na história da vida. Suponho que a mesma coisa acontecerá em outros tipos de Museus. Por isso, parabenizo os Museus por essa conquista e também peço o voto de todos para que essa evolução da nossa Universidade se concretize. Tenho certeza que todos os Museus atuarão com muito mais facilidade e de uma forma muito mais plena para cumprir os seus destinos junto à USP." Cons. Mauro Wilton de Souza: "Estou aqui na condição de representante deste Conselho e do Conselho Deliberativo do MAE, Museu de Arqueologia e Etnologia, um dos quatro Museus que estão presentes na nossa Universidade. Por outro lado, estou também como Diretor da Escola de Comunicações e Artes, uma das Escolas à qual o MAE se reporta em todos os seus processos na área de Museologia, no que se refere à contratação de pessoal e alguns dispositivos administrativos. Isso significa que estamos com uma experiência no trato com os Museus que é instigante reconhecer. Boa parte já foi exposta pelo Reitor e pelos colegas que falaram a pouco, que os nossos Museus deixaram de ser o que talvez nunca foram, mas que, talvez, tenhamos assumido, como acervos históricos e produções artísticas significativas do país e do exterior. É um dado extremamente importante que fundamenta a condição de Museu, mas eles cresceram muito mais do que isso. Na área da formação de guadros, por exemplo, o do Museu de Zoologia, outras unidades do país já estão com formação de quadros na área, mas na USP. estamos devendo. Isso significa que na parte acadêmica de formação de quadros, tanto quanto na de pesquisas, estamos com um quadro crescente em desenvolvimento, inclusive, com apoio internacional. Tenho visto e participado dos Conselhos do MAE e fico satisfeito em dizer que minha Escola também participa do seu Conselho Deliberativo e conhecemos todo esse trânsito de informações. É extremamente instigante o lugar que os Museus têm adquirido e estão desenvolvendo no âmbito da pesquisa e colaboração internacional, quando não o pedido para que nossos museus apóiem internacionalmente projetos no exterior. Isso é para mostrar que mais do que acervo, embora também tenha aumentado muito, como no caso do MAE, a significação histórica que têm, no sentido de serem depositários de Museus, de pecas e obras artísticas fundamentais. Tenho para mim que os Museus cresceram de tal forma que agora o que se faz não é nada mais do que o reconhecimento de uma identidade que construíram, é o reconhecimento de uma atividade administrativa que vai colocá-los, de uma forma mais autônoma, inclusive, diante do Estatuto de Museus do país. Desde o ano passado há um estatuto novo que regula as condições de Museus no país e nós, enquanto USP, precisamos nos adequar a isso, mas mais do que essa adequação externa, parece-me que o significado disso é fazer com que os Museus possam executar o seu papel na área de manutenção, na área de curadoria, na área de acervo, tanto quanto na formação acadêmica de uma forma mais solta, mais arejada, mais coerente com o desenvolvimento que criaram ao longo desta história. Talvez a nossa concepção de Museus esteja, nesse momento, também sendo resgatada e ampliada no que aquilo foi dentro da USP. Tenho

1201

1202

1203

1204

1205 1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216 1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248 1249

para mim que a USP, apesar de eventuais limitações que possa ter acontecido, está marcando historicamente um lugar privilegiado dos Museus, da constituição da sua história e do seu significado de pesquisa, de ensino e de extensão. Nesse sentido, trago, em nome dos Museus aos quais participo e enquanto membro representante deste Conselho Universitário, o pedido de apoio a esta proposição." Cons. Edson Roberto Leite: "Venho aqui só para reforçar as palavras dos Conselheiros que me precederam e destacar que, provavelmente, essa nova regulamentação vai trazer mais agilidade, ânimo e também mais facilidades para as relações entre os Museus e as Unidades. Lembro, também, que os Museus vão se tornar espaços mais propícios para pesquisa, ensino, cultura e extensão. Acho que nada mais justo do que terem mais autonomia." Cons. Sedi Hirano: "Fico imensamente satisfeito de retornar ao Co e na minha primeira reunião terem sido votadas medidas extremamente importantes para requalificar o que é importante na USP, que é a perseguição incessante pela excelência acadêmica. A excelência acadêmica, não ocorre somente nas Unidades acadêmicas e, nesse sentido, também ocorre nos Museus como Unidades-Museus, espaços de pesquisas singulares e originais, que através dos bens simbólicos e materiais, reescreve uma parte importantíssima da História do Brasil, da América Latina e, quiçá, da História Mundial. Nesse sentido, esta simples e pequena mudança no Estatuto, na verdade, é uma mudança substantiva, qualitativamente diferenciada que dá aos Museus a autonomia e o direito de propor pesquisas e atividades didáticas e acadêmicas originais. Nesse sentido, a USP está se potencializando como uma grande Unidade de Ensino e Pesquisa. Quero parabenizar a Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária, Prof.ª Maria Arminda e a representante dos Museus, Prof.ª Cecília, por essa iniciativa extremamente importante. Como ex-Pró-Reitor, fico extremamente feliz e aplaudo esta medida." Cons. Rodrigo Souza Neves: Durante o decorrer desse ano, no Co, eu vi uma série de iniciativas por parte dos mais variados Institutos, Faculdades e Professores, visando uma maior eficiência da administração da USP e uma menor burocratização dos processos. Analisando o projeto da mudança do Estatuto da USP em benefício aos Museus, vejo um avanço muito significativo nessa área, percebo que com a nova estruturação dos Museus dentro do contexto da Universidade os processos se darão de uma forma muito mais célere, mais eficiente e, mais importante, com maior autonomia. Essa autonomia a muito tempo vem sendo necessidade dos Museus e acredito que, aprovada, irá trazer uma série de benefícios acadêmicos, burocráticos e até mesmo administrativos para Universidade. Não vejo nenhum motivo para que esta proposta não seja aprovada e dou meu apoio a ela. Ressalto que os Museus têm um papel muito importante no ensino dessa Universidade, em especial, cito o caso do Museu Paulista e do Museu de Arqueologia e Etnologia, que oferecem uma série de disciplinas-base para a formação no meu curso e em vários outros cursos de humanas. Creio que essa iniciativa, se aprovada, não só vai melhorar a própria administração dos Museus e sua autonomia científica e de pesquisa, como também a qualidade de ensino na Universidade." Cons. Alexandre Pariol Filho: "Meu voto para essa matéria será crítico. Fui perguntar aos funcionários do MAC e do MAE, que são dois Museus mais imediatos e, no MAC, eles praticamente, inclusive museólogos, desconheciam que esse tema ia ser trazido à discussão no Conselho Universitário. No caso do MAE, eles se posicionaram favoravelmente à esse tema, mas quero deixar aqui consignado

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266 1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273 1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

a minha crítica em relação à falta de uma discussão maior no interior dos Museus com toda a sua comunidade. A discussão pode ter sido feita pela direção, mas a comunidade é composta, também, por todos os seus membros funcionais, principalmente, no caso dos Museus, dos técnicos, tanto superiores, como médios e operacionais, que não sabiam do teor dessa discussão, que em minha opinião, é extremamente importante, desde que, seja feito com todos os parâmetros, seja garantido plenamente a participação democrática de toda sua comunidade nas direções dos Museus, tanto no que concerne aos seus órgãos Colegiados, como na política a ser implementada." Votação: Pelo painel eletrônico, obtêm-se o seguinte resultado: Sim = 100 (cem) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 108 (cento e oito). É aprovado o parecer da CLR, favorável às alterações estatutárias propostas nos autos. visando conferir novo status institucional aos Museus da USP, bem como a extinção da Coordenação dos Museus. A seguir, passa-se à votação do CADERNO V - ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL. 2. PROCESSO 2010.1.33780.1.5 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Minuta de Resolução que altera dispositivos do Regimento Geral. Parecer da CLR: o Senhor Presidente da CLR, aprova "ad referendum" da Comissão, com base no parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, as alterações regimentais propostas nos autos, visando conferir novo status institucional aos Museus da USP, bem como a extinção da Coordenação dos Museus. Votação: Pelo painel eletrônico, obtêm-se o seguinte resultado: Sim = 99 (noventa e nove) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 108 (cento e oito). É aprovado o parecer da CLR, favorável às alterações regimentais propostas nos autos, visando conferir novo status institucional aos Museus da USP, bem como a extinção da Coordenação dos Museus. (Alteração da ordem da pauta) A seguir passa-se ao CADERNO IV -CRIAÇÃO DE UNIDADE UNIVERSITÁRIA. 1. PROCESSO 2008.1.3003.18.2 - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS. Projeto de criação de uma Unidade de Ensino e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos. Ofício da Diretora da EESC, Prof.ª Dr.ª Maria do Carmo Calijuri, à Magnífica Reitora da USP, Prof.ª Dr.ª Suely Vilela, encaminhando o Projeto de Criação de uma Unidade de Ensino e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos, aprovado pela Egrégia Congregação da EESC, em sessão de 12.09.08 (15.09.08). Ofício do Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins, à Diretora da EESC, encaminhando ofício do Prefeito Municipal de São Carlos, Prof. Dr. Newton Lima Neto, manifestando apoio à decisão da Congregação da EESC de propor a criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (15.09.08). Ofício da Diretora da EESC à Magnífica Reitora da USP encaminhando carta do Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo São Carlos manifestando apoio à criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (25.11.08). Planilha de custos da criação da Unidade de Ensino e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos. Informação do DRH: sugere a contratação de 1 servidor Básico I-G, 11 Técnicos I-A e 1 Superior I-A, totalizando 13 servidores técnicos e administrativos para atender as necessidades das atividades a serem desenvolvidas na nova Unidade de Ensino e Pesquisa (22.12.08). Estimativa do impacto orçamentário e financeiro da criação da nova Unidade de Ensino e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos (13.02.09). Parecer da CAA: encaminha os autos à

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313 1314

1315

1316

1317

1318

1319 1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332 1333

1334

1335

1336 1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

EESC para atendimento do parecer do relator Prof. Dr. Ivan Gilberto Sandoval Falleiros: "... O projeto, na forma como foi apresentado, apenas sugere a separação de um departamento produtivo de uma Unidade existente e também produtiva para constituir outra independente; certamente houve mais trabalho por trás da idéia, que não está explícito. Do ponto de vista acadêmico seria interessante que se previsse o que vai acontecer com o trabalho separado das duas futuras unidades, em especial se não haverá perda de sinergia e como ficará a responsabilidade acadêmica pela formação em graduação e pósgraduação, naquelas disciplinas que hoje não são de responsabilidade do SAP. Sugere-se a devolução do processo à EESC e ao SAP, para melhor explicação sobre essas questões e outras justificativas de caráter acadêmico, se houver, para a criação da nova Unidade (além da abertura para áreas de ciências humanas no campus de São Carlos)." (09.03.09). Ofício da Diretora da EESC, Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Calijuri e do Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins, à Secretária Geral da USP, Prof.ª Dr.ª Maria Fidela de Lima Navarro, encaminhando os esclarecimentos solicitados pela CAA (10.03.09). Parecer da CAA: decide, após amplo debate, aprovar o parecer preliminar do relator, Prof. Dr. Ivan Gilberto Sandoval Falleiros, favorável, em princípio, à criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Entretanto, a Comissão levanta pontos de interesse acadêmico que ainda não foram discutidos no processo, quais sejam: 1) Qual é o projeto de organização acadêmica da nova Unidade? (por exemplo, divisão em departamentos - ou não - e quantos); 2) Quais são os projetos pedagógicos dos cursos a serem oferecidos?; 3) Como a Unidade pretende atender novas áreas acadêmicas, como as de Geografia, História e Desenho Industrial? (13.04.09). Documento encaminhado pela Diretora da EESC e pelo Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, esclarecendo as questões levantadas pela CAA. A Congregação da FAU aprova, por unanimidade, o parecer favorável emitido pelos relatores: Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e Prof.ª Dr.ª Maria Ângela Faggin Pereira Leite, do Departamento de Projeto, referente ao Projeto de criação de uma Unidade de Ensino e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos (16.04.09). Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Ivan Gilberto Sandoval Falleiros, favorável à criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos (04.05.09). Parecer da COP: aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator. Prof. Dr. Hans Viertler, decidindo encaminhar os autos preliminarmente à EESC, para atendimento das solicitações do relator (25.05.09). A Diretora da EESC responde aos questionamentos da COP e envia, também, o organograma funcional proposto para a nova Unidade (13.07.09). Parecer da COP: aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Hans Viertler, favorável à criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos (03.08.09). Parecer da CLR: – o Senhor Presidente da CLR, aprova, "ad referendum" da Comissão, com base no parecer do relator, Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari, a criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos, bem como a consequente alteração do Regimento Geral. Cons. Colombo Celso Gaeta Tassinari: "Em nome da CLR, venho esclarecer este processo de criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. O que acontece é que hoje já existe um

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359 1360

1361

1362

1363 1364

1365

1366 1367

1368

1369

1370

1371

1372 1373

1374 1375

1376

1377

1378 1379

1380

1381

1382 1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391 1392

1393

1394

1395 1396

1397

1398

1399

Departamento de Arquitetura e Urbanismo na EESC que, através de um longo processo iniciado em 2008, está solicitando a criação de uma Unidade de Ensino e Pesquisa de Arquitetura e Urbanismo. Este processo foi aprovado por unanimidade na Congregação da EESC. Foi minuciosamente analisado pela CAA, onde vários pontos foram discutidos, tendo sido os diversos esclarecimentos prontamente atendidos com todos os detalhes requeridos. O parecer do Prof. Ivan Falleiros, à época na CAA, foi plenamente favorável à aprovação desta Unidade e a Comissão aprovou por unanimidade a solicitação. Da mesma forma, na COP, a criação da Unidade foi analisada sob o ponto de vista orçamentário, constatando o aumento que isso iria produzir, já que será necessária a contratação de 13 técnicos. O impacto disso no orçamento da USP é extremamente pequeno, coisa de 0,016%. A criação desta Unidade de Ensino tem o apoio da FAU, no campus de São Paulo e a CLR, do ponto de vista jurídico, também não colocou nenhum óbice à essa aprovação, já que o processo teve toda sua tramitação da forma mais correta possível, passando por todos os órgãos. Nesse sentido, a CLR recomenda a este Conselho a aprovação desta solicitação." Vice-Reitor: "Como Presidente da Comissão de Claros Docentes, esta transformação não significa a contratação de novos docentes, mas, de qualquer forma, é uma satisfação falar sobre este tema e dizer que será muito bem vinda a Unidade no campus 2, cuja Comissão de implantação presido." Cons.ª Maria do Carmo Calijuri: "Quero iniciar minha fala citando o livro de Noselia & Buffa, que diz: 'um visitante que chegasse a São Carlos, no ano de 1947, poderia ler pelas ruas centrais da cidade frases como: 'Nós queremos a Escola', 'Viva a Escola''. Os que hoje se lembram disso contam que, naquele tempo, não se costumava pichar muros e paredes, as frases eram escritas, com cal, nas sargetas. De fato, toda a cidade participava, naquele ano, de uma movimentação local e regional que visava trazer a Universidade para o interior. A criação da Escola de nível superior em uma cidade do interior paulista com apenas guarenta mil habitantes, no final dos anos 40, foi ato de grande ousadia. Certamente, a posição da cidade no centro geográfico do Estado, seu impulso industrial, suas vitoriosas escolas Normal e Profissional contribuíram para a concretização de tão arrojado projeto. Assim, a Escola de Engenharia de São Carlos foi criada em 1948 e implantada no final de dezembro de 1952, passando a oferecer, no ano seguinte, os cursos de Graduação em Engenharia Civil e Engenharia Mecânica. Nos primeiros anos de existência, a Escola foi regida pelo Regulamento da Escola Politécnica. Quando seu Regulamento entrou em vigor, em 1955, já preconizava o estabelecimento de Departamentos Científicos, para fins de Ensino e Pesquisa. Em 15 de janeiro de 1970, verificou-se a departamentalização das Unidades da USP e extinção das cátedras, através da Portaria nº 1.023. Assim, foram implantados, na Escola, os Departamentos de Arquitetura e Planejamento; Estruturas; Hidráulica e Saneamento; Engenharia Mecânica; Eletricidade; Geologia e Mecânica dos Solos; Vias de Transportes e Topografia; e Materiais. Mais tarde, em 1971, a partir de Departamentos e com a aprovação da Congregação em 7.11.1969, a EESC deu origem a outras Unidades de Ensino e Pesquisa no Campus de São Carlos, hoje conhecidas como: Instituto de Física de São Carlos, Instituto de Química de São Carlos e Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação. Atualmente a EESC é formada por 9 departamentos e oferece 10 cursos de graduação em Engenharia e um curso de Arquitetura e Urbanismo. Com 2660

1401

1402

1403

1404 1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413 1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421 1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440 1441

1442

1443 1444

1445

1446

1447

1448

1449

1451 alunos matriculados em nível de graduação, a EESC já formou guase 8.000 1452 profissionais. Tem excelência na Pós-Graduação, possui 8 Programas de Pós-1453 Graduação em Engenharia com 18 áreas de concentração, e um programa em 1454 Arquitetura e Urbanismo com 2 áreas de concentração. Além disso, participa 1455 de dois programas interunidades e já formou, entre mestres e doutores, mais 1456 de 6.000 pesquisadores. Hoje, nosso quadro funcional é constituído por 241 1457 docentes e 362 não-docentes. Em 12.09.2008, a Egrégia Congregação da 1458 Escola de Engenharia aprovou, por unanimidade dos presentes, a criação do 1459 Instituto de Arquitetura e Urbanismo, a partir do Departamento criado em 1970, 1460 então Departamento de Arquitetura e Planejamento. A EESC, reconhecida como Incubadora de Unidades de Ensino e Pesquisa, há anos apóia a 1461 1462 transformação desse Departamento em Instituto de Arquitetura e Urbanismo pela incontestável competência dos docentes, na formação de Recursos 1463 1464 Humanos altamente qualificados, em níveis de Graduação e de Pós-1465 Graduação, excelência dos Grupos de Pesquisas e Extensão Universitária, 1466 qualidade das publicações e elevada inserção internacional. Após um tempo 1467 bastante longo na Escola de Engenharia de São Carlos, docentes e não-1468 docentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo estão preparados para 1469 voar. Estão preparados para arcarem com a responsabilidade de uma Unidade 1470 de Ensino e Pesquisa da Universidade de São Paulo, para contribuir 1471 expressivamente para o desenvolvimento da área de Humanidades na região 1472 central do Estado de São Paulo e para o desenvolvimento científico. tecnológico, cultural, social e econômico do Brasil. Neste momento, a 1473 1474 comunidade da EESC sente-se orgulhosa de fazer parte da História desse 1475 Instituto. Agora peco licença para ler a moção do Conselho Gestor que presido. 1476 'Moção do Conselho Gestor do Campus de São Carlos à criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. É com grande satisfação que informo a esta casa que 1477 o Conselho Gestor do Campus de São Carlos, da Universidade de São Paulo, 1478 1479 em reunião realizada em 25.08.2010, por unanimidade de seus membros, 1480 manifestou irrestrito apoio a criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. 1481 Registrou-se, na ocasião, que a criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo assegurará, não apenas para São Carlos, mas para toda a região central do 1482 estado de São Paulo, a criação de novos cursos em beneficio, sobretudo, da 1483 1484 área do saber voltada às humanidades, com significativa contribuição aos 1485 aspectos culturais, sociais e econômicos'". Cons. Carlos Alberto Ferreira 1486 Martins: "Como completei, em novembro do ano passado, 30 anos na 1487 condição extremamente orgulhosa de Professor da EESC, quero pedir licença 1488 para apenas complementar alguns elementos de informação sobre o nosso 1489 Departamento, que ficaram defasados desde o momento em que o processo se 1490 abriu em 2008. A primeira observação é que o processo começou em 2008, 1491 apenas do ponto de vista estrito do processo administrativo. Na verdade o 1492 processo cultural começou muito antes, em 1967 a Assembléia Legislativa de 1493 São Paulo aprovou um Projeto de Lei, destes que não pegaram, criando a 1494 Faculdade de Arquitetura de São Carlos, que por várias conjunções políticas, não chegou a se concretizar. Mais recentemente, para não repetir todo o 1495 histórico do Departamento, aconteceu a 2ª rodada de Avaliação Departamental 1496 1497 da Universidade, em 2004. De fato, fomos animados a apresentar essa 1498 proposta, submetê-la à administração superior da Universidade e a este 1499 Conselho, pela conclusão do relatório elaborado naquele momento, dezembro 1500 de 2004, pela Comissão externa e internacional. Naquele momento, a principal

conclusão do relatório de avaliação departamental de 2004 indicava, precisamente, que o Departamento estava maduro, do ponto de vista acadêmico, nas suas várias esferas de atuação, para se constituir. A expressão Comissão de Avaliação era, simplesmente, 'para conseguir reconhecimento de uma independência acadêmica que já exercia de fato'. Mais recentemente, também fora já da possibilidade de incorporação ao processo administrativo, lembremos que a recente rodada de avaliação institucional, agora focada sobre as Unidades e não nos Departamentos, a Comissão de Avaliação da EESC ratifica e enfatiza a oportunidade dessa proposta. Gostaria apenas de agregar, porque, talvez, não tenha ficado suficientemente claro no material apresentado, que além da participação do Departamento de Arquitetura no curso de Arquitetura e Urbanismo, que é de cerca de 85% da nossa carga horária, a preocupação, que em algum momento o nosso relator na CAA expressou, com razão, quanto a eventual prejuízo em termos de sinergia com os demais cursos não se justifica, porque o nosso Departamento comparece, para além do seu curso, oferecendo disciplinas básicas para 810 alunos/ano de vários cursos de Engenharia, inclusive, do curso de Química e oferece, também, disciplinas de formação profissional, nos últimos anos, para 300 alunos de vários cursos da Engenharia. Relembro que a nossa graduação tem obtido, de forma sistemática, cinco estrelas no Guia do Estudante da Abril e, em 2007, juntamente com a Engenharia Civil da EESC, foi considerado o melhor curso do país. Em relação à graduação em Arquitetura, registraria um dado recente que foi, para nós, gratificante. Vínhamos mantendo uma série histórica de 20 candidatos/vaga até o ano passado. Neste Conselho, no ano passado, foi aprovada uma ampliação de 30 para 45 vagas. Naguele momento, confesso que temi, por razões obvias, que a relação candidato/vaga poderia cair, mas isso não ocorreu. Tivemos, em 2010, também, 20 candidatos por vaga e, neste ano, acaba de sair o resultado da FUVEST, onde tivemos 26 candidatos/vaga. Elevamos em 50% o número de vagas e tivemos um significativo acréscimo na demanda. Lembro que nosso programa de mestrado foi criado em 1971, pelo saudoso Prof. Paulo de Camargo e Almeida, primeiro presidente do FUNDUSP. Desde então, passando por uma reformulação em 93, nosso programa conta, hoje, com 462 dissertações de mestrado defendidas. O doutorado foi implantado apenas a partir de 2003, entramos em regime de fluxo em 2008, mas de qualquer forma temos registrados até hoje 37 doutorados defendidos também. Temos avaliação nota 5 nos dois últimos triênios da CAPES, aliás, aproveito para registrar a nossa satisfação com a FAU, que teve reconhecida sua condição de nota 6, pese uma coordenação de área desastrada e desastrosa. Temos um dos maiores índices de produção intelectual qualificada, estamos entre os 4 programas, em termos nacionais, de produção intelectual. Temos uma cooperação institucional com 8 convênios formalizados e mais 4 em andamento, além de algo que não havíamos conseguido concretizar até então: acabamos de encaminhar a proposta de um Dinter com as Universidades Estaduais de Maringá e Londrina. Do ponto de vista de extensão, gostaria de enfatizar o fato de termos uma prática intensa de extensão associada à pesquisa e ensino, particularmente, na área de políticas públicas, o que se concretiza na assessoria e consultoria a órgãos públicos, com destaque para a Prefeitura Municipal de São Carlos, mas, também, para prefeitura de outras cidades da região. Tivemos uma participação intensa na elaboração de vários planos diretores. Estamos participando agora da revisão

1501

1502

1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

1511

1512 1513

1514

1515

1516

1517

1518

1519 1520

1521

1522

1523

1524

1525

1526

1527

1528

1529

1530

1531

1532

1533

1534

1535

1536 1537

1538

1539

1540

1541

1542

1543

1544

1545

1546

1547

1548

1549

do plano diretor de São Carlos e uma dessas políticas públicas para qual tivemos uma importante participação, o Plano Municipal Integrado de Segurança Pública de São Carlos foi contemplado, pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford, como um dos 5 melhores exemplos, no país, em políticas publicas no período 2001-2004. Abriria um parenteses aqui para lembrar que pode parecer curioso que um Departamento de Arquitetura e Urbanismo elabore um plano municipal de segurança pública, mas justamente a questão do viés urbanistico era uma dimensão fundamental deste plano. Ainda do ponto de vista de extensão interna, temos uma atuação importante, que, seguramente, muitos dos Conselheiros já conhecem ou já tiveram oportunidade de se beneficiar, que é o Pró-Salas, grupo de extensão ao aprimoramento do nosso espaco. Assim, só me resta solicitar o apoio a esta proposta e, sobretudo, garantir que nenhum de nós a considerará como um cheque em branco, a consideraremos como um voto de confiança e daremos o melhor de nós para honrar este voto e honrar a condição de Unidade de Ensino e Pesquisa na USP." Cons. Sylvio Barros Sawaya: "Neste momento, gostaria de ultrapassar um pouco a questão dos números, das tabelas, das cifras e falar um pouco das pessoas envolvidas nesse projeto que agora se configura e que, de antemão, saúdo como muito significativo para a nossa Universidade. Hélio Duarte, nosso ilustre professor, um dos grandes arquitetos constituidores da FAU, faz o plano diretor, junto ao Teodureto Souto e deixa um magnífico edifício, que seria um de 4 edifícios semelhantes, que é uma das obras primas da arquitetura na USP, até hoje retomado, valorizado e cada dia mais querido como presença naquele Campus. A partir dele vem Paulo de Camargo e Almeida, Celso Lamparelli e Luiz Gastão de Castro Lima, que começam dando aula de Arquitetura para engenheiros. A partir de 1971, Paulo Camargo, o executor desta Cidade Universitária. arquiteto um empreendedor, gestor de obra e querido pessoalmente, propõe a criação da Pós-Graduação, que tem um sucesso significativo e que se segue a Graduação, em 1985. A construção do prédio da Arquitetura é importante com as suas vigas e etc., as participações nas discussões do campus... A partir de 1985, se transforma em uma Graduação extremamente significativa, não só pelos números, mas, sobretudo, pela qualidade dos profissionais que saem de lá, que têm amplo e total apoio no mercado de trabalho. Essa experiência do IAU em São Carlos repete o que aconteceu em 1948, ao mesmo tempo em que surge a Escola de Engenharia de São Carlos e que surge a FAU, por uma discussão interna do Anhaia Melo com outros dentro da Poli, no bojo da questão da afirmação da arquitetura moderna. Nisso surge a FAU, é dada aquela casa magnífica. O nosso curso fica durante 20 anos naquela casa e depois viemos para cá. Essa experiência, portanto, já foi vivida. Que experiência é essa? É a experiencia da relação entre a técnica e a arte. Isso é fundamentalmente vivido naquela época, continua sendo nessa maturidade conseguida pela Arquitetura de São Carlos. Essa experiência, longe de ser traumática, como muitas vezes se coloca em oposição, é absolutamente complementar, diga-se a importância da dupla formação levada pela Poli e pela FAU atualmente. Essa experiência tem a ver com uma coisa muito séria. enquanto a Engenharia é o gênio da compreenção da construção, da elaboração, da materialidade do mundo, a Arquitetura é a significação dessa construção enquanto discurso, semântica e proposta a todas as pessoas que dela fazem parte. É nessa maturidade da relação entre técnica e arte, na qual o

1551

1552

1553

1554

1555

1556

1557

1558

1559

1560

1561 1562

1563

1564

1565

1566

1567

1568

1569

1570

1571

1572

1573

1574

1575

1576

1577

1578

1579

1580

1581

1582

1583

1584

1585

1586

1587

1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595

1596

1597

1598

1599

IAU representa a independência da afirmação artística associada à enorme competencia técnica de São Carlos, que temos a possibilidade de evidenciar nesse momento a maturidade universitária plena dessas Instituições. Podemos desejar profundamente, enquanto co-irmãos, colegas e partícipes - o próximo Diretor da FAU, a partir de quinta-feira e o atual diretor - podemos cumprimentar e desejar, realmente, que essa nova estrela na Universidade signifique para todos nós o enriquecimento do conhecimento da sabedoria e da sensibilidade no nosso seio." Cons. José Roberto Cardoso: "Falar depois da Profa. Maria do Carmo, do Prof. Carlos Alberto e do Prof. Sylvio Sawaya sobre a importância desse projeto é chover no molhado. Uma questão que passou ao largo dessa discussão é que a criação deste Instituto vai introduzir a humanidades naguela região. É um Campus essencialmente tecnológico, de modo que a criação do IAU, sem dúvida, vai ser a introdução, a criação da área de humanidades na região centro-oeste do Estado. A criação de um Instituto de Arquitetura como esse, tem um histórico do passado de sucesso, que é, justamente, fato como esse que ocorreu quando a FAU se separou da Escola Politécnica e criou essa jóia de Faculdade que temos, de Arquitetura. Apesar de serem carreiras próximas, a Engenharia e a Arquitetura são bem distintas, acho que convém ter, de fato, um instituto independente em São Carlos, mas muito próximo à Engenharia. Os critérios de avaliação, sobretudo, são diferentes, fica complicado misturar os critérios de avaliações de duas instituições tão distintas em um único contexto, de modo que as avaliações, neste caso, serão mais precisas com as Unidades separadas. O Prof. Sawaya falou da qualidade das pessoas, tivemos recentemente o prêmio de melhor tese oriundo da Arquitetura da EESC. Se fosse para falar de algumas citações, lembro-me de um escrito no cartão de Natal do Instituto de Psicologia dizendo "... pois que reinaugurando esta criança, penso, os homens reinauguram a sua vida". Acho que é um momento adequado para que a Arquitetura de São Carlos seja independente." Cons. Nei Fernandes de Oliveira Júnior: "Pedi a palavra para manifestar o meu apoio à propositura e faço isso, basicamente, em nome pessoal. Conheci aquela São Carlos que a diretora da EESC mencionou, de 40 mil habitantes. Era ainda estudante e já ia a São Carlos por força da amizade que apareceu com o Prof. Sérgio Mascarenhas e a Prof.ª Yvonne Mascarenhas. Implantaram em São Carlos, ainda na década de 50, a Pesquisa Científica em Física. O então Departamento de Física, Matemática e Química, ministravam as aulas básicas na Escola de Engenharia e acabou se tornando o Instituto de Física, o Instituto de Química e o Instituto de Matemática. Todos eles com enorme sucesso. Posso falar pelo Instituto de Física que é um dos melhores Institutos deste País. Não tenho nenhuma dúvida de que o que está acontecendo nesse momento é a sequência natural desse processo. A São Carlos de 40 mil habitantes não existe mais, é um senhor centro, uma grande e próspera cidade. Tenho certeza de que parte disso se deve à USP e à sua presença. Este processo que hoje iremos votar, certamente, é a continuação de um processo que se iniciou na década de 50 e vem se efetivando desde os anos 60 até hoje. Até um pouco tardiamente, talvez. Mas a criação de uma Unidade em Arquitetura e Urbanismo, em São Carlos, segue a sina de uma grande Escola da USP, pioneira no interior de São Paulo". Cons. José Oswaldo de Oliveira Neto: "Como representante discente, venho manifestar o que foi dito pelos alunos de São Carlos com relação à criação da Unidade de Arquitetura e Urbanismo. Os membros da SAAU,

1601

1602

1603

1604

1605

1606

1607

1608 1609

1610

1611 1612

1613

1614

1615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622 1623

1624

1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635 1636

1637

1638

1639

1640

1641 1642

1643

1644

1645

1646 1647

1648

1649

Secretaria Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, entraram em contato com Representantes Discentes pedindo que hoje viéssemos votar a favor da criação da Unidade. O CAASO também está a favor da proposta, bem como os Centros Acadêmicos de outros cursos, como o CEFiSC, da Física, e a SAERO da Aeronáutica. Sendo assim, manifesto meu voto a favor da criação da Unidade e desejo boa sorte." Cons. Alexandre Pariol Filho: "Minha presença aqui é para anunciar que a nossa representação estará respeitando o pedido da comunidade de funcionários de São Carlos, votando a favor dessa proposta." Cons. Rodrigo Souza Neves: "Como meu colega disse, entre os alunos de São Carlos, há uma opinião quase que unânime a favor da criação da Unidade e acredito que é um processo natural do desenvolvimento acadêmico e científico de São Carlos, que no decorrer dos últimos 30 anos, vem acelerando rapidamente. Como outros professores já apontaram, a própria existência, hoje, do Instituto de Física, de Química, entre outros de São Carlos se dá exatamente pelo progresso que tiveram as atividades desses Institutos dentro da EESC e pela forma como os mesmos se tornaram autônomos pelo seu próprio mérito acadêmico. É o que há, hoje, com a Arquitetura em São Carlos. Possui um mérito acadêmico muito grande, é um curso bem estabelecido e que já tem todas as condições para se portar como Instituto autônomo, Unidade de Ensino plena nessa Universidade. Por isso, como aluno, não posso deixar de apoiar essa proposta, assim como, se no futuro outras Unidades surgirem da EESC, apoiarei com certeza." M. Reitor: "Muito já se falou aqui sobre o Navio Oceanográfico da USP, que nesse final de ano completaria dois anos parado. Justamente por essa razão é que o Diretor do IO e eu resolvemos, como primeira ação desse mandato, no começo de fevereiro do ano passado, buscar um novo navio. Ele pediu que eu dissesse, porque a emoção dele, por ser mais próximo do navio, é maior do que a minha, que finalmente a FAPESP aprovou os mais de 12 milhões de dólares para a compra do navio e para a fabricação de um outro, que por ter 20 metros, é praticamente um navio. Esse navio, que virá dos Estados Unidos, chegará até o meio do ano e como todos sabem, tem um nome que foi dado à estrela de São Paulo, que representa, dentro da constelação do Cruzeiro do Sul, São Paulo na bandeira brasileira. Portanto, é algo muito satisfatório, porque a USP ganha a manutenção daquilo que já tinha no passado. Sabemos que é muito pior perder o que já se foi, muita gente não percebe isso, mas deixar de ser tendo sido é muito mais fácil do que nunca ter sido. E se tivéssemos, como Reitoria, que avisar a todos que precisaríamos desativar uma tripulação que estava aguardando o navio, que por força de problemas de incêndio havia se tornado obsoleto, mais do que pela sua idade, seria terrível para a USP. Portanto, em nome do Diretor do IO, que está muito satisfeito, porque foi uma pergunta que fiz há mais de um ano, sobre o que o IO gostaria de ver em seu futuro. E ele falou, justamente, da questão do navio, que foi satisfatoriamente implementada junto com outras medidas que estão para serem assinadas também, como por exemplo, um local extremamente positivo, que seria o Armazém 8 do velho Porto de Santos, em dias de renovação. Então, realmente, a USP vai estar frente a frente com a questão do Pré-Sal e. também, com a problemática do aumento no nosso território através do mar territorial. Isso mostra o que a Administração da Universidade pode fazer quando, realmente, a Unidade também quer. Então, essa é uma demonstração e felicito o IO, que é pequeno em tamanho, mas grande em saber se unir nos

1651

1652

1653

1654

1655

1656

1657

1658 1659

1660

1661 1662

1663

1664

1665

1666

1667 1668

1669

1670

1671

1672

1673

1674

1675

1676 1677

1678

1679

1680

1681

1682

1683

1684

1685

1686

1687

1688

1689

1690

1691

1692

1693

1694

1695 1696

1697

1698

1699

1701 momentos certos e, também, buscar com garra absoluta o seu futuro. O Diretor 1702 terá muito mais a dizer, mas ele me pediu que dissesse, por não ter palavras, 1703 que a viagem que fez há poucas semanas, para verificar de perto o navio Alpha 1704 Crucis o deixou extremamente satisfeito e isso também mostra que a USP tem 1705 futuro, desde que saibamos fazê-lo." Ninguém mais querendo fazer uso da 1706 palavra, passa-se à **Votação**: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte 1707 resultado: Sim = 107 (cento e sete) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 0 (zero); Total de votantes = 107. É aprovado o parecer da CLR, favorável à 1708 1709 criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos. 1710 Palmas. A seguir passa-se à votação do CADERNO V - ALTERAÇÃO DE 1711 REGIMENTO GERAL - 3. PROCESSO 2008.1.3003.18.2 - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS. Minuta de Resolução que altera o inciso V 1712 1713 do artigo 6º do Regimento Geral. - Parecer da CLR: o Senhor Presidente da 1714 CLR, aprova, "ad referendum" da Comissão, com base no parecer do relator, 1715 Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari, a criação do Instituto de Arquitetura e 1716 Urbanismo no campus de São Carlos, bem como a conseguente alteração do 1717 Regimento Geral. Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte 1718 resultado: Sim = 103 (cento e três) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes = 107. É aprovado o parecer da CLR, favorável à 1719 1720 criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo no campus de São Carlos, bem como a consequente alteração do Regimento Geral. CADERNO VI -1721 1722 **REESTRUTURAÇÃO DEPARTAMENTAL** (art. 57 do Estatuto – maioria 1723 absoluta=59) 1. PROCESSO 2010.1.1817.59.2 - FACULDADE 1724 FILOSOFIA. CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO Proposta de 1725 reestruturação departamental/institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências 1726 e Letras de Ribeirão Preto- FFCLRP. Ofício do Diretor da FFCLRP. Prof. Dr. 1727 Sebastião de Sousa Almeida, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino 1728 Rodas, encaminhando a proposta de reestruturação departamental/Institucional 1729 da Unidade, fruto de estudos conduzidos pelos Departamentos e pela 1730 Congregação da Unidade. Parecer da PG-USP: entende que a questão é de 1731 mérito acadêmico, estando o processo em condições de ser submetido ao 1732 Conselho Universitário (08.10.10). Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer da relatora, Prof.ª Dr.ª Emma Otta, 1733 1734 reestruturação departamental/institucional 1735 Consequentemente, dos 4 (quatro) Departamentos existentes, quais sejam: 1736 Departamento de Biologia, Física e Matemática, Psicologia e Educação e 1737 Química, passam a existir 6 (seis) Departamentos assim denominados: 1738 Departamento de Biologia; Departamento de Computação e Matemática; 1739 Departamento de Informação, Educação, e Comunicação; Departamento de 1740 Física; Departamento de Psicologia; e Departamento de Química (08.11.10). Parecer da COP: aprova, por unanimidade dos presentes (4 votos), a 1741 1742 reestruturação departamental da FFCLRP, conforme proposto nos autos 1743 (06.12.2010). M. Reitor: "Isso é algo que já vem sendo pensado há muitos 1744 anos e faz jus ao crescimento da FFCLRP e, também, visa resolver a questão 1745 da localização do grupo de Música. Como perceberão por meio das 1746 exposições, há um amplo consenso das partes envolvidas, portanto estava na 1747 hora de resolvê-lo para que possamos pensar em outras coisas e não ficar 1748 remoendo o passado. Os dois itens deste Caderno são referentes à FFCLRP, o 1749 primeiro é a Reestruturação Departamental stricto sensu e o segundo é a 1750 junção da ECA como um novo Departamento." Cons.ª Emma Otta: "No caso

1751 da FFCLRP, temos um pequeno histórico. Em 1974 a Faculdade foi 1752 incorporada à USP com quatro Departamentos: a Biologia, a Física e 1753 Matemática, a Psicologia e Educação e Química. Inicialmente, ela oferecia 1754 estes três Cursos de Graduação: Biologia, Psicologia e Química, hoje oferece 9 1755 cursos de graduação e 12 habilitações para 1.964 alunos. Temos Licenciatura 1756 e Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Física Médica, 1757 Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura e Bacharelado em Psicologia, 1758 Bacharelado em Química, Bacharelado em Química Forense, Bacharelado com 1759 habilitação Química Tecnológica, Biotecnologia e 1760 Licenciatura em Química, Biblioteconomia e Ciência da Informação e Documentação, Informática e Bioética - um Curso interunidades com a FMRP -, 1761 1762 e Matemática aplicada à Negócios - interunidades com a FEARP. Há ainda um curso aprovado em 2004, mas que ainda não foi implantado, em Química 1763 1764 Ambiental. Uma proposta de Curso de Letras (habilitação em Português) foi 1765 aprovada pela Congregação e está em análise pelos Órgãos Centrais da USP. 1766 Além da Expansão do Ensino na Graduação, ocorreu uma expressiva 1767 expansão no Ensino da Pós-Graduação, sendo oferecidos, hoje, 6 programas 1768 de Pós-Graduação, todos eles bem avaliados pela CAPES. A expressiva 1769 expansão da FFCLRP, especialmente nos últimos 10 anos, ocorreu com a 1770 mesma estrutura de quatro departamentos vigentes na época da incorporação 1771 à USP, em 1976, com a alocação de novos cursos em um destes quatro 1772 Departamentos. Por exemplo, o curso de Pedagogia, que foi criado em 2001, 1773 ficou alocado no Departamento de Psicologia, os Cursos de Biblioteconomia, 1774 Ciência da Informação e Documentação e de Matemática Aplicada a Negócios, 1775 criados entre 2003 e 2004, ficaram alocados no Departamento de Física e 1776 Matemática. De acordo com a nova proposta apresentada, o organograma 1777 atual da FFCLRP com esses quatro Departamentos (Biologia, Física e Matemática, Psicologia e Educação e Química) se modifica e passa a contar 1778 1779 com seis Departamentos: Biologia, Computação e Matemática, Informação, 1780 Educação e Comunicação, Física, Psicologia, Química e, talvez, Química 1781 posteriormente pleiteando o lugar de Instituto. A estrutura proposta organiza de uma forma mais coerente as atividades da Faculdade do que a antiga 1782 1783 estrutura. Então, em virtude do exposto, meu parecer é favorável à reestruturação departamental/ institucional da FFCLRP que se impõe, como 1784 decorrência natural da expansão das suas atividades. A estrutura proposta 1785 1786 organiza de forma mais coerente as atividades acadêmicas da FFCLRP do que 1787 a antiga estrutura." Cons. Sebastião de Sousa Almeida: "A Prof.ª Emma falou 1788 grande parte do que falaria, o parecer dela é bem circunstanciado, mas 1789 reforçarei alguns aspectos. A FFCLRP, na verdade, iniciou suas atividades em 1790 1964, com esses 4 Departamentos, quando tínhamos, então, apenas 3 cursos 1791 de graduação na Escola, com 120 ingressantes no vestibular. Hoje, temos 395 1792 ingressantes nesses 9 cursos que a Prof. Emma citou, com essas 12 1793 habilitações. Certamente não foi só a graduação que se ampliou nesse período 1794 de tempo, inclusive, nos últimos 10 anos houve crescimento substancial da 1795 Faculdade. O nosso Programa de Pós-Graduação também cresceu 1796 substancialmente, temos 6 programas de Pós-Graduação, todos com Mestrado 1797 e Doutorado, um com nota 7 e o restante com nota 5 da CAPES. O grande 1798 crescimento que tivemos na Pós-Graduação e na Pesquisa colocou nossa 1799 Unidade, sistematicamente, entre as 10 Unidades mais produtivas na USP. 1800 segundo o Anuário Estatístico. Neste processo de expansão, o que fizemos foi

acomodar os Cursos que aprovamos no Co naquela estrutura departamental que tínhamos, com essa situação que a Prof. Emma já expôs: um Curso de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação em um Departamento de Física e Matemática, um Curso de Pedagogia em um Departamento de Psicologia e assim por diante. De forma que com o aumento de cursos na área de Humanidades, fizemos uma reestruturação na Escola, contemplando esse pessoal que estava ou está envolvido com esses cursos, mais na área de humanidades. Obviamente que durante o processo de reestruturação ficamos com a discussão sobre essa nova formatação. Chegou, também, à nossa Unidade a demanda do grupo de Música de Ribeirão Preto de incorporação à FFCLRP e no meio do Processo tivemos que retornar e considerar essa demanda da Música. Junto com isso, aprovamos também na Congregação, um Curso de Letras, porque em sua origem, a Faculdade nasceu como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, mas nunca teve Filosofia e Letras. Portanto, ano passado aprovamos um Curso de Letras com 50 vagas no período diurno e 50 no noturno. Se considerarmos o Curso de Pedagogia que já tínhamos, Ciências da Informação e Documentação, Letras - que aprovamos - e a demanda do Curso de Música - da Extensão do Departamento de Música no Campus de Ribeirão Preto -, estaríamos com essa nova estrutura departamental fortalecendo uma grande área na FFCLRP que poderíamos chamar de Humanidades e Artes. Esperamos que esse grupo se desenvolva adequadamente e que tenhamos um grande grupo trabalhando na área de Humanidades e Artes na FFCLRP. O Campus de Ribeirão Preto nasceu com uma vocação na área Médica e Biológica, mas foi se diversificando ao longo do tempo. Chegou depois a FEARP, a FDRP, a EEFERP e já é hora de os grupos se organizarem para formar um grande núcleo na área de Humanidades e Artes em Ribeirão Preto, para tornar o Campus de Ribeirão Preto, um Campus que abrange todas as áreas do saber. Essa é a nossa proposta: reestruturação. E adianto que essa proposta discutida pela Faculdade inclui o Grupo de Música como um Departamento da Faculdade. Todos os requisitos regimentais e estatutários da Faculdade são atendidos por esses Departamentos que estamos propondo e não temos dúvidas nenhuma com relação a essa questão e isso também já foi avaliado pelos órgãos centrais da Universidade. Solicito a todos o apoio a essa proposta de reestruturação da FFCLRP, para que tenhamos uma estrutura que comporte melhor a cara atual da Faculdade, que é muito diferente daquela de quatro departamentos que tivemos na implantação da estrutura em 1964. Para finalizar, esclareco aos senhores - e isso não foi nenhum erro ou descuido da Secretaria Geral, foi um erro que veio da própria FFCLRP – que houve uma pequena inversão no nome do Departamento, que veio como Departamento de Informação, Educação e Comunicação, o que na realidade é o inverso, seria Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Faço, então, este registro para já aprovarmos com essa última denominação, porque foi uma inversão feita na própria Escola." M. Reitor: "Na votação já contemplaremos essa modificação". Cons. André Luis Orlandin: "Vou na mesma linha que o Cons. Alexandre colocou na fala anterior. Fomos buscar informações com vários funcionários da FFCLRP e essa discussão já vem sendo realizada por longo tempo, inclusive, nessa semana eles informaram que o Prof. Sebastião e o Prof. Francisco Leone também haviam feito novas discussões com os funcionários e esses pediram para apoiarmos essa reestruturação, que também é do agrado dos

1801

1802

1803

1804

1805

1806

1807

1808

1809

1810

1811

1812

1813 1814

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821 1822

1823

1824

1825

1826

1827

1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834

1835

1836

1837

1838

1839

1840

1841 1842

1843

1844

1845

1846

1847

1848

1849

1851 funcionários. De forma que a bancada dos três representantes dos funcionários 1852 votará favorável à reestruturação da FFCLRP." M. Reitor: "Antes de colocar em 1853 votação lembro que o Diretor da Escola, Prof. Sebastião, colocou muito bem 1854 que nos últimos dois anos foi bastante negociado nos órgãos centrais da 1855 Reitoria, sendo que o número dos Departamentos acabou ficando em seis, mas 1856 inicialmente eram mais. Tendo em vista uma série de razões, como por 1857 exemplo, ter pelo menos quinze docentes, a fim de não aumentar 1858 excessivamente as despesas da Universidade, para que se chegasse à 1859 solução desses cinco departamentos e mais um que é o de Música." Votação: 1860 Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 98 (noventa e oito) votos; Não = 0 (zero) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 104. É 1861 1862 aprovado o parecer da COP, favorável à proposta de reestruturação departamental/institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1863 1864 Ribeirão Preto. 2. PROTOCOLADO 2008.5.195.27.4 - ESCOLA DE 1865 **COMUNICAÇÕES E ARTES -** Incorporação do Departamento de Música de 1866 Ribeirão Preto da Escola de Comunicações e Artes à Faculdade de Filosofia, 1867 Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ofício do Coordenador do Departamento 1868 de Música de Ribeirão Preto da ECA, Prof. Dr. Fernando Crespo Corvisier, ao 1869 Diretor da FFCLRP, Prof. Dr. Francisco de Assis Leone, encaminhando o 1870 projeto que visa estabelecer a emancipação do Departamento de Música de Ribeirão Preto da ECA, pleiteando a incorporação junto à FFCLRP (05.05.08). 1871 1872 Portaria-D nº 11/2008, que dispõe sobre a constituição de Comissão encarregada de elaborar relato para a Congregação da FFCLRP sobre a 1873 1874 incorporação do Departamento de Música de Ribeirão Preto à Unidade 1875 (06.08.08). Ofício do Coordenador do Departamento de Música de Ribeirão 1876 Preto da ECA ao Diretor da FFCLRP, Prof. Dr. Sebastião de Sousa Almeida. 1877 informando as necessidades de contratação de servidores técnico-1878 administrativos e de recursos financeiros para aquisição de móveis, 1879 equipamentos e instrumentos musicais, em complementação ao projeto que 1880 visa estabelecer a integração junto à FFCLRP do Departamento de Música de 1881 Ribeirão Preto da ECA (10.09.08). Ofício do Presidente da Comissão Especial, Prof. Dr. Lionel Segui Gonçalves, ao Diretor da FFCLRP, encaminhando o 1882 1883 relato sobre a proposta de incorporação do Departamento de Música de 1884 Ribeirão Preto da ECA à FFCLRP, para que seja submetido à Congregação 1885 (25.09.08). Ofício da Supervisora do Curso de Música da ECA no campus de 1886 Ribeirão Preto, Prof.ª Dr.ª Silvia Maria Pires Cabrera Berg, ao Diretor da 1887 FFCLRP, encaminhando as atualizações das informações do Curso de Música 1888 de Ribeirão Preto da ECA, referente ao projeto de integração deste curso junto 1889 à FFCLRP (04.05.10). Informação do Diretor da FFCLRP referente ao parecer 1890 emitido pela Comissão Interna Encarregada de Elaborar Relato para a Congregação, sobre a incorporação do Departamento de Música de Ribeirão 1891 1892 Preto à Unidade (10.08.10). Parecer da Congregação da FFCLRP: aprova a 1893 incorporação do Departamento de Música de Ribeirão Preto à Faculdade de 1894 Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (12.08.10). Parecer da 1895 Congregação da ECA: aprova o pedido de incorporação do Departamento de 1896 Música de Ribeirão Preto da ECA à Faculdade de Filosofia. Ciências e Letras 1897 de Ribeirão Preto (25.08.10). Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos 1898 presentes (5 votos) parecer da relatora, Prof.ª Dr.ª Emma Otta, favorável à 1899 incorporação do Departamento de Música de Ribeirão Preto da ECA à 1900 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (08.11.10).

1901 Informação do DRH: acolhe a proposta de ampliação do quadro de servidores 1902 administrativos, conforme solicitado (19.11.10). Parecer da COP: aprova, por 1903 unanimidade dos presentes (4 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. José 1904 Antonio Visintin, favorável à incorporação do Departamento de Música de 1905 Ribeirão Preto da ECA à FFCLRP, nos termos dos pareceres da CAA e do 1906 DRH (06.12.10). M. Reitor: "Vamos passar agora, à complementação no que 1907 tange à Música." Rubens Beçak: "E a transferência do Curso de Música da ECA para a FFCLRP". Cons.ª Emma Otta: "Trata-se da proposta de alteração 1908 1909 de estrutura administrativa visando à emancipação da extensão 1910 Departamento de Música de Ribeirão Preto, da Escola de Comunicações e Artes, campus Capital, e em segundo lugar da criação de um departamento de 1912 Música vinculado à FFCLRP. Foram implantados cursos de música no campus de Ribeirão Preto pela ECA, em 2002, em um Projeto aprovado pelo Conselho 1913 1914 Universitário em 2001. A criação dos cursos de música na cidade foi 1915 impulsionada pela existência da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto, do Teatro Pedro II e do Grupo Pró-Música da FMRP. Vem sendo ministrado, 1916 1917 desde 2002, o Curso de Licenciatura e, além disso, o Bacharelado em Canto e 1918 Arte Lírica e o Bacharelado em Instrumento, tendo já havido a conclusão de 1919 três turmas. Vêm sendo desenvolvidas, pelo corpo docente, atividades de 1920 pesquisa, criação e performance. No campo da Pesquisa destacam-se os Encontros de Musicologia e o Simpósio de Música e Filosofia. Na área da 1922 performance, destacam-se projetos como a Bienal de Música de Ribeirão 1923 Preto, a Temporada de Música de Câmara, os Concertos na Tulha e as Terças 1924 Musicais. Os proponentes do Projeto argumentam que nas mais importantes 1925 universidades internacionais os cursos superiores de música 1926 tradicionalmente vinculados às Unidades de Filosofia, Ciências e Letras. No 1927 campus de Ribeirão Preto, a interação com a FFCLRP já existe. As disciplinas 1928 de Pedagogia e Educação para alunos de Música são ministradas por docentes 1929 da Faculdade. Pesquisas em Música contemplam interfaces com diversas 1930 áreas de conhecimento da Faculdade, como Psicologia da Arte, Psicofisiologia 1931 da Música, Filosofia da Arte, Pedagogia e Educação. Deverão ser impulsionadas atividades acadêmicas e artísticas por docentes e alunos. Há 1932 1933 projeto de constituição de um curso próprio de Pós-Graduação. A proposta de 1934 reestruturação terá vantagens em termos de agilidade e eficiência acadêmico-1935 administrativa, porque não haverá mais dependência de uma Unidade de um outro campus. Pelo estatuto da USP, a criação de Departamentos está 1936 1937 condicionada ao atendimento do requisito da reunião de 15 docentes, dois dos 1938 quais pertencentes à categoria de professor titular, e um membro de cada 1939 categoria da carreira docente. Atualmente, há 13 docentes na extensão do 1940 Departamento de Música da ECA no campus de Ribeirão Preto, estando mais 1941 3 em processo de contratação, resultando em um total de 16 docentes. Há 1 1942 professor titular, 1 associado, 5 doutores e 6 mestres. Deve ser solicitado um 1943 cargo de professor titular à Congregação da FFCLRP e à Reitoria da USP. São 1944 5 funcionários administrativos além de vigilância terceirizada. Resumindo, 1945 portanto, pelo exposto, meu parecer é que a proposta de criação de um 1946 Departamento de Música é decorrência natural do desenvolvimento da 1947 extensão do Departamento de Música da ECA no campus de Ribeirão Preto e 1948 da possibilidade de atender as condições estabelecidas pelo Estatuto da USP 1949 para a criação de um Departamento. Meu parecer, como relatora da CAA, é 1950 favorável à proposta de reestruturação e vinculação do novo Departamento à

1911

FFCLRP, considerando a agilidade administrativa que será promovida pela vinculação a uma Unidade do mesmo campus e à aprovação da Congregação da Unidade de origem, a ECA, e da Unidade que receberá o novo Departamento, a FFCLRP." Cons. Mauro Wilton de Souza: "Reforço as palavras da Prof.ª Emma e ao mesmo tempo explicito qual é a postura com que vemos essa solicitação do Curso de Música de Ribeirão Preto. Como já foi assinalado, este Co aprovou em 2001 a criação do Curso como fruto de uma demanda regional na área de Música. Demanda que envolvia uma série de atividades culturais na região, além de ser, talvez, um início do que seria a área de Artes no conjunto de cursos acadêmicos da Universidade naguela região. Em 2002, o Curso iniciou-se e 5 anos depois, praticamente em 2008, os próprios professores, o conjunto do Curso, se dirigiram, com o apoio da ECA, à FFCLRP, pedindo a possibilidade da sua integração. Portanto, esse processo que hoje estamos analisando, começou em 2008 e está chegando agora em um momento em que há uma série de dados e indicadores muito importantes. Primeiro, temos 30 vagas anuais no Curso de Música, com uma média de candidatos em torno de 140 ou 150. Hoje estão no Curso 151 alunos, sendo 4 deles na área de Canto e Arte Lírica, 39 na área de Instrumento e 108 com Licenciatura. Temos, como já foi assinalado, um corpo docente qualificado, desde Titular até professor Assistente, envolvendo as três categorias. Ao longo desse período, é importante observar que mais do que um curso à distância, no sentido físico, ele conseguiu criar raízes para ser um Curso que hoje se coloca dentro da perspectiva de ser um Departamento. É bem verdade que o fato de estar em Ribeirão Preto e estar vinculado ao Departamento de Música, na ECA em São Paulo criou e cria, muitas vezes, dificuldades de acompanhamento de uma gestão administrativa. E ao longo desse período temos que observar que desde o início o Curso de Música de Ribeirão Preto tem dotação orçamentária própria, não é uma parte do orçamento da ECA, é um orçamento próprio que se dirige diretamente para Ribeirão Preto. É um indicador de autonomia que fora criado desde o início. Por outro lado, instalado dentro de uma região muito simpática de Ribeirão, antiga fazenda de café, dentro do que se chama Tulha, conseguiram, por iniciativa deles e com o apoio da Reitoria da Universidade, criação de condições de um novo prédio e dentro em breve está prevista uma nova construção para abrigar o antigo Curso de Música, agora na pretensão de um Departamento de Música. Por outro lado, devo salientar que mais que esses dados físicos e/ou quantitativos e o administrativo, importa significar o lugar social e cultural que o Curso de Música vem desempenhando dentro da região e dentro do guadro universitário e local. É crescente o contato, inclusive, tivemos oportunidade, ainda neste semestre, de receber autoridades musicais do exterior e acompanhamento de atividades musicais promovidas na região em nível acadêmico, cultural e social. Em outras palavras, não é um Curso voltado para si mesmo, é um Curso extremamente ligado ao meio social na função social que lhe é cobrada. Por outro lado, parece-me que uma das grandes demandas do Curso, não no sentido de se livrar do Departamento de Música de São Paulo, pelo contrário, é o de se integrar no meio universitário local, no sentido de que mais do que um Curso isolado de São Paulo, é um Curso que, de repente, como Departamento, se integra em uma Faculdade de Filosofia e tem a possibilidade de viver, talvez, mais densamente o conceito de uma Unidade ou um Departamento dentro de uma Universidade. Isso é extremamente importante e gostaria de colocar dois aspectos finais. A proposta

1951

1952

1953

1954 1955

1956

1957

1958 1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966 1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977 1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991 1992

1993 1994

1995

1996

1997

1998

1999

não foi da ECA em relação à Faculdade de Filosofia, foi do próprio Curso, dos próprios professores. Segundo, não estamos oferecendo e disponibilizando nosso Curso de Música, pelo contrário, estamos entendendo que como desenvolvimento ao longo desse período, ele já tem uma maturidade e um desenvolvimento para pedir o que está pedindo. Sua integração dentro de um contexto mais amplo, mais próximo e de um ambiente em que ele possa, enquanto curso não mais ligado a um Departamento de São Paulo, mas como um Departamento, dar vazão a sua criatividade e ao seu sentido de pesquisa. A ECA não entrega um curso, ela apenas aceita, na maturidade de um questionamento, o crescimento do próprio Curso." M. Reitor: "Depois dessa peça de oratória do Professor Wilton, só resta votar." Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 100 (cem) votos: Não = 0 (zero) votos; Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes = 104. É aprovado o parecer da COP, favorável à incorporação do Departamento de Música de Ribeirão Preto da ECA à FFCLRP, nos termos dos pareceres da CAA e do (06.12.10). **3. PROCESSO 2009.1.3666.18.2 – ESCOLA** ENGENHARIA DE SÃO CARLOS - Proposta de desmembramento do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística (SMM) em Departamento de Engenharia Aeronáutica (SEA) e Departamento de Engenharia de Materiais (SMM). Ofício da Diretora da EESC, Prof.ª Dr.ª Maria do Carmo Calijuri, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de criação do Departamento de Engenharia Aeronáutica, a ser desmembrado do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística – SMM, aprovada pela Congregação em 11.12.09 (03.02.10). Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Welington Braz de Carvalho Delitti, favorável ao desmembramento do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística (SMM) em Departamento de Engenharia Aeronáutica (SEA) e Departamento de Engenharia de Materiais (SMM) (12.04.10). Informação do DRH: encaminha o custo mínimo relativo às contratações celetistas solicitadas, qual seja: 2 Técnicos para Assuntos Administrativos, 1 Secretário e um Analista para Assuntos Administrativos, lembrando que para a efetivação dos pedidos de contratação de servidores celetistas, após aprovação da COP, é necessário que os mesmos sejam encaminhados junto ao Plano de Metas, por meio de formulários de solicitação para contratação de servidores técnicos e administrativos (20.04.10). Ofício do Chefe do Departamento de Engenharia de Materiais. Aeronáutica e Automobilística ao Secretário Geral, Prof. Dr. Rubens Beçak, esclarecendo as dúvidas relativas às necessidades para a formação do novo Departamento de Engenharia Aeronáutica (07.05.10). Parecer da COP: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. José Antonio Visintin. favorável à contratação de 4 (quatro) servidores técnicos e administrativos para o Departamento de Engenharia e Aeronáutica, nos termos da manifestação do DRH, em decorrência do desmembramento do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística em Departamento de Engenharia Aeronáutica e Departamento de Engenharia de Materiais (10.05.10). Cons. Welington Braz Carvalho Delitti: "O que se nos apresenta no momento, creio que é mais um momento de vitória para a Escola de São Carlos, que tem mais um fruto vigoroso na forma desses dois departamentos que propõem agora sua separação. Está amplamente documentado nesse

2001

2002

2003

2004

2005 2006

2007

2008

2009

2010

2011 2012

20132014

2015

2016

2017 2018

2019

2020

2021

2022

2023 2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033 2034

20352036

2037

2038 2039

2040

2041 2042

2043 2044

2045 2046

20472048

2049

processo que os dois grupos que, originalmente, eram do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística se constituem em dois grupos já totalmente independentes, auto-suficientes, muito produtivos, que mantém dois cursos de graduação com grande disputa, um deles com 7 candidatos por vaga, o outro com mais de 20 candidatos por vaga, nesse ano no vestibular. A produção científica é elevada, os profissionais formados por esses dois cursos são disputados no mercado. Por exemplo, no caso da Engenharia Aeronáutica, 80% dos formandos são já contratados pela Embraer, e trata-se do primeiro curso de Engenharia Aeronáutica Civil do Brasil. Então é um orgulho para USP ter esses dois cursos, tanto de Engenharia de Materiais. quanto de Aeronáutica. E outro aspecto desse processo é que ele foi amplamente discutido. Foi e voltou para São Carlos com várias perguntas referentes a diversos detalhes e tudo foi respondido a contento. Também, já foi aprovado em todas as Comissões da Universidade. De forma que não tenho dúvida alguma de aconselhar que seja efetivada essa separação, pois que já existe, inclusive fisicamente, os dois grupos separados nos dois campi de São Carlos, ambos com grandes laboratórios e instalações. E, também, uma característica é que pela posição estratégica desses grupos, eles angariam muitos recursos, tanto de agências de fomento à pesquisa, quanto de indústrias. Outro aspecto interessante é comparar o preço da soja com o preço do avião. Um quilo de soja custa 10 centavos de dólar, mas o de avião custa 1.000 dólares, por isso, como vivemos nesse mundo competitivo, já se explica a importância desses dois Departamentos para a nossa Universidade, para a sociedade e para o Brasil como um todo. De forma que não tenho nenhuma dúvida em recomendar que isso seja aprovado." Consª. Maria do Carmo Calijuri: "O Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística, criado em dezembro de 1998, a partir da fusão do grupo de materiais que compunha o então Departamento de Materiais da EESC e dos grupos de Aeronáutica e Automobilística do Departamento de Engenharia Mecânica, é formado por 3 áreas. Estas, ao longo de 12 anos se consolidaram e propuseram os cursos de graduação em Engenharia Aeronáutica, que foi aprovado em 2001, que já está na sua quinta turma de formandos, e Engenharia de Materiais e Manufatura, que foi aprovado em 2008, hoje no primeiro ano de funcionamento. Atualmente, esse Departamento é constituído por 30 docentes, 17 da área de Materiais e Automobilística e 13 da área de Aeronáutica. Ambas as áreas já possuem infraestrutura necessária para ensino e pesquisa na área 2 do *campus* de São Carlos, ressaltando ainda algumas obras em construção. A Aeronáutica já está funcionando plenamente na área 2, onde tem os hangares, os aviões e as salas de docentes. E assim, quando terminarem as obras da área de Materiais, esta vai inteiramente para área 2. Em 11.12.2009, a Congregação da EESC, aprovou, por unanimidade dos presentes, o desmembramento do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica Automobilística em duas estruturas administrativas: Departamento de Engenharia Aeronáutica e Departamento de Engenharia de Materiais, visando o suporte desejado e adequado às atividades desenvolvidas em cada área. Como sabemos, a carência de mão-de-obra qualificada no setor tecnológico continua sendo um dos principais entraves que emperram o desenvolvimento econômico do país, mas para formar profissionais de alto nível é necessário que nas escolas se facam ciência e tecnologia e que exista interface com as empresas na busca de inovação. Nesse sentido, a criação dos

2051

2052

2053 2054

2055 2056

2057

2058

2059

2060 2061

2062

2063 2064

2065

2066

2067 2068

2069

2070

2071 2072

2073

2074

2075 2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091 2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

Departamentos de Aeronáutica e de Materiais na Escola de Engenharia de São Carlos poderá mais uma vez mostrar o compromisso com a competência e excelência na formação de recursos humanos através do fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento tecnológico e econômico da nossa Nação." Cons. Luiz Nunes de Oliveira: "Já ouvimos algumas histórias sobre São Carlos e quero contar mais uma. Há 10 anos, era vice-diretor do Instituto de Física e, também. presidente da Comissão de Graduação e entrou na minha sala o Professor Fernando Catalano, que é da Escola de Engenharia, com uma pasta na mão. Ele veio pedir apoio do Instituto para a criação do curso de Engenharia Aeronáutica. Em particular, veio pedir para abrirmos mão de mais um docente, apesar de que ia aumentar nossa carga didática. Falei para ele que era provável que nossa Congregação concordasse, pois todos percebiam que era uma iniciativa muito interessante. E, de fato, a Congregação concordou, a proposta foi aprovada aqui e o curso começou. O que temos hoje, 10 anos depois, é um curso em que os alunos são disputados. O Professor Welington falou que eles são disputados depois de formados, mas, na verdade, são disputados antes de se formarem. Dentro do nosso campus, no meu Departamento, por exemplo, é considerado um prêmio dar aula para a Engenharia Aeronáutica, porque são alunos muito bons. Temos, também, em um raio de 50 km do nosso campus, a unidade da Embraer, em Gavião Peixoto, um centro de manutenção da TAM, na estrada para Ribeirão Preto e temos também o Museu da Aeronáutica, que não é um museu da USP, mas recomendo visitar, porque é muito charmoso. E essas coisas não estão lá por acaso, são fruto do trabalho desse pessoal que hoje está pleiteando sua independência. De fato é até um pouco surpreendente que eles não tenham constituído seu próprio departamento e estejam junto com outros grupos que da mesma especialidade, o que certamente atrapalha o desenvolvimento deles. De forma que está mais do que na hora de aprovarmos esse desmembramento." Cons. Alexandre Pariol Filho: "Tenho duas perguntas. A primeira é que a própria Professora colocou que hoje esse Departamento conta com 30 professores e com o desmembramento, ficariam 17 professores para o Departamento de Produção e 13 para o Departamento de Aeronáutica. Gostaria de saber se essa questão não fere o Artigo 57 do nosso Estatuto, que diz em seu inciso II que em um departamento há necessidade de 15 professores, sendo 2 Titulares e, pelo menos, um para cada carreira. A outra pergunta que faco é por que a área de Automobilística não fica no Departamento de Engenharia Aeronáutica, já que ambas são de uma mesma área da Engenharia?" M.Reitor: "Obviamente existe a questão de se ter 15 docentes, no mínimo, por departamento, entretanto, muito embora a Universidade tenha se esforcado nesse sentido, uma das razões pela qual pedi que diminuísse o número dos departamentos a serem propostos da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, foi justamente isso. Mas se levarmos em consideração essa questão, alguns Departamentos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco teriam de ser juntados, mas não o foram justamente porque é um departamento. Estou apenas dando um exemplo. Não quero juntar nada, acho que já tem o número suficiente em cada um, mas é bom lembrar que se não fossem os professores que a Reitora Suely Vilela deu à Faculdade de Direito, em razão dos seus 460 ingressantes na graduação. teríamos a maioria dos departamentos com um número bem inferior a 15.

2101

2102

2103

2104

2105 2106

2107

2108 2109

2110

2111

2112

21132114

2115

2116 2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

21392140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

Apenas para que fique registrado." Consª. Maria do Carmo Calijuri: "Vou responder a segunda questão. Os três professores que fazem parte da Automobilística estão no Departamento de Materiais е conjuntamente com os professores do Departamento de Engenharia Mecânica. mas existe interface muito grande entre eles e, nesse instante, estamos vendo, assim que o Departamento de Materiais for para área 2, sua área vai ficar para o grupo de Automobilística, para poder tocar as aulas e os laboratórios de aula prática." Cons. Lucas Antonio Moscato: "A EESC tem uma atuação importante na engenharia há décadas e por isso tem tido sempre o crédito entre os pleitos que ela nos traz. A verificação do material encaminhado para a nossa reunião mostra claramente que os princípios que nortearam essa proposta da separação da Engenharia da Aeronáutica, que desde 2002 tem tido notáveis resultados estão baseados, certamente, em uma visão de um funcionamento mais harmonioso da Escola, entre seus departamentos, seus docentes, para um desenvolvimento mais natural do potencial da Engenharia Aeronáutica, na Escola de Engenharia de São Carlos. Cito uma frase, que está no texto, que diz o seguinte: 'Assim, é certo afirmar-se que o novo departamento, com a nova estrutura, contribuirá para consolidar a atuação da EESC - Escola de Engenharia de São Carlos - na área de Engenharia Aeronáutica e adquirirá potencial para desenvolver suas atividades-fim.' Nós, professores da Escola Politécnica, vemos isto com uma clareza notável. Realmente, nosso conhecimento da Escola de Engenharia de São Carlos mostra que este foi o princípio norteador da proposta da EESC. De forma que trago da Escola Politécnica nosso apoio a essa iniciativa e vemos como uma evolução importante da EESC para dar uma condição especial para o desenvolvimento natural dos potenciais do curso de ensino, cultura e extensão já conhecidos dessa notável Escola de Engenharia de São Carlos." Cons. Rodrigo Souza Neves: "Já falei antes da questão de São Carlos e volto a falar em uma situação que me deixa muito feliz de saber da proposta da divisão. Ao que tenho contato com os alunos da Engenharia Aeronáutica, essa proposta beneficia muito o curso. Em especial, porque criando um departamento próprio para Engenharia Aeronáutica e outro para materiais automobilística, haverá uma exposição muito maior desses dois Departamentos e isso, possivelmente, pode reparar alguns problemas que esses cursos atualmente enfrentam. Cito. por exemplo, na Engenharia Aeronáutica, há falta de profissionais técnicos para montagem de equipamentos e auxílio às atividades dos grupos de aerodesign que prejudicam um pouco as atividades de ensino. Então, crejo que a separação desses Departamentos vai ajudar na exposição e na captação de recursos e, possivelmente, melhorar a qualidade de ensino. Portanto, nesse sentido, não tenho como não dar meu apoio a essa proposta." O M. Reitor coloca em votação a Proposta de desmembramento do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística (SMM) Departamento de Engenharia Aeronáutica (SEA) e Departamento de Engenharia de Materiais (SMM). Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 92 (noventa e dois) votos; Não = 0 (zero) votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 103. É aprovado o parecer da CAA, favorável à Proposta de desmembramento do Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística Departamento de Engenharia Aeronáutica (SEA) e Departamento de Engenharia de Materiais (SMM). CADERNO VII – CRIAÇÃO DE CURSOS - 1.

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159 2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167 2168

2169

2170

2171

2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

2188

2189

2190

2191 2192

2193

2194 2195

2196

2197

2198

2199

PROCESSO 2006.1.1842.42.8 **BACHARELADO** EM CIÊNCIAS BIOMÉDICAS / ICB - Proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas, período integral, com 30 vagas, no Instituto de Ciências Biomédicas. Proposta de criação, Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas e manifestação dos Departamentos e Unidades envolvidas na criação do curso. A referida criação de curso foi aprovada pela Comissão de Graduação e pela Congregação, respectivamente, em 28.11 e 13.12.2006. Ofício do Diretor do ICB, Prof. Dr. Luiz Roberto Giorgetti de Britto e do Vice-Diretor, Prof. Dr. Carlos Frederico M. Menck, à Diretora do DRH, Prof.^a Dr.ª Maria de Lourdes Pires Bianchi, solicitando a reativação da avaliação do curso de Graduação em Ciências Biomédicas, ressaltando o interesse de docentes da Faculdade de Medicina, pela inclusão de uma abordagem em Medicina Experimental na proposta do curso (17.08.07). Planilha de custos do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas. Ofício do Diretor do ICB, à Presidente da Comissão de Claros Docentes, Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Pires Bianchi, encaminhando os ofícios da FSP, FM, IB e IQ, onde essas Unidades reafirmam o interesse de ministrar disciplinas para os alunos do curso de Ciências Biomédicas e manifestam a necessidade de obterem claros docentes para atender a nova demanda (17.10.07). Ofício do Diretor do ICB, à Diretora de DRH, encaminhando a Planilha de custos revisada, com relação aos recursos adicionais da criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas (07.11.07). Informação do ICB encaminhando a proposta e justificativa de contratação de claros de servidores não-docentes (30.08.07). Parecer da CCD: sugere a concessão de 6 claros docentes para 2009; 5 para 2010, 3 para 2011 e 2 para 2012 (05.12.08). Informação do DRH: sugere a contratação de 7 servidores nível básico e 3 de nível técnico (10.12.08). Ofício do Vice-Diretor em exercício do ICB, Prof. Dr. Carlos Frederico Martins Menck, à Diretora de DRH, manifestando concordância com a sugestão apresentada pela CCD, com relação aos claros docentes e com a sugestão de contratação dos servidores técnicos e administrativos (18.12.08). Parecer da CCV: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Francisco José Cândido dos Reis, favorável à criação do Curso, salientando que a Unidade deve retificar a informação quanto ao uso da disciplina de código BIO0416, que conforme informação da Presidente da Comissão de Graduação do IB, não se trata da disciplina Genética e Evolução solicitada ao IB, a qual ainda não tem código definido para implantação na grade curricular do curso (03.04.09). Parecer do CoG: decide pela concessão do pedido de vistas aos autos às Profas. Dras. Elfriede Marianne Bacchi, da FCF, e Juliana Maldonado Marchetti, da FCFRP e, simultaneamente, reencaminha os autos ao ICB para manifestar-se em relação às seguintes questões: 1. como se dará o oferecimento das disciplinas que abordam aspectos de Fármaco e Medicamentos e Terapêutica: aperfeiçoamento do Programa das disciplinas a serem oferecidas pelo Instituto de Química, pois as ementas de seus programas apresentam superposição de alguns tópicos (Química Geral, Química Orgânica e Bioquímica); 3. manifestação formal do Instituto no sentido de que a implementação do Curso não acarretará secundarização da importância em relação ao oferecimento de disciplinas a outras Unidades; 4. estude a possibilidade da ampliação do número de vagas do Curso de 30 para 60; 5. providencie a retificação solicitada pela CCV no que se refere à disciplina de BIO0416. Na oportunidade, também foi observado pelo representante do IME que não houve consulta àquele

2201

2202

2203

2204

2205 2206

2207

2208

2209 2210

2211

2212

2213

2214

2215

2216

2217 2218

2219

2220

2221 2222

2223

2224

2225

2226

2227

2228

2229

2230

2231

2232

2233

2234

2235

2236

2237

2238

2239

2240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

Instituto no atinente ao oferecimento das disciplinas da área de Estatística (16.04.09). O ICB encaminha os esclarecimentos solicitados pelo CoG (29.04.09). Manifestação da Congregação da FCF: manifesta-se, por unanimidade, contrária à proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas (05.05.09). Manifestação da Comissão de Graduação da FCFRP: manifesta-se, por unanimidade, contra a criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas (30.04.09). Manifestação do Diretor do ICB, Prof. Dr. Luis Roberto G. Britto, do Vice-Diretor do ICB, Prof. Dr. Carlos Frederico Martins Menck e da Presidente da Comissão de Graduação do ICB, Prof.^a Dr.^a Maria Tereza Nunes, encaminhada ao CoG (07.05.09). Parecer do CoG: analisa as manifestações da FCF, da FCFRP e do ICB e após ampla discussão sobre a criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas. aprova a solicitação da Prof.ª Dr.ª Maria Tereza Nunes, no sentido de que a matéria seja retirada de pauta e reenviada ao ICB, para reestudo da proposta em conjunto com as demais Unidades envolvidas (07.05.09). O ICB encaminha os esclarecimentos e alterações referentes à proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas ao CoG (10.09.09). O Diretor do ICB, Prof. Dr. Rui Curi, encaminha aos Diretores da FCF e FCFRP, Prof. Dr. Jorge Mancini Filho e Prof. Dr. Augusto César C. Spadaro, respectivamente, esclarecimentos adicionais sobre a atual proposta do Curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas do ICB (08.09.09). O Diretor do ICB, Prof. Dr. Rui Curi, encaminha à Pró-Reitora de Graduação, Prof.ª Dr.ª Selma Garrido Pimenta, o conteúdo programático das disciplinas QFL.0350 - Química Orgânica e QFL.0150 - Química Geral, para serem anexadas ao processo de criação do Curso de Biomedicina do ICB (21.09.09). A Pró-Reitoria de Graduação reencaminha os autos ao ICB para as providências solicitadas pelo CoG em 07.05.09, dentre elas a juntada ao processo de manifestação de concordância dos Colegiados competentes das Unidades envolvidas na proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas (06.10.09). A Presidente da Comissão de Graduação do ICB, Prof.ª Dr.ª Lourdes Isaac, solicita à Pró-Reitora de Graduação, que seja incluída em pauta novamente a discussão da proposta de criação do curso de graduação "Bacharelado em Ciências Biomédicas" (07.10.09). A Vice-Diretora da FCF, Prof.ª Dr.ª Dulcinéia Saes Parra Abdalla, e a Presidente da Comissão de Graduação da FCF, Prof.ª Dr.ª Elfriede Marianne Bacchi solicitam à Pró-Reitora de Graduação que seja retirado da pauta do CoG a ser realizado em 15 de outubro de 2009 o item sobre a criação do Curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas do ICB, para continuidade dos estudos e manifestação da Congregação da FCF (14.10.09). Parecer do CoG: aprova o mérito acadêmico da proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas, período integral, 40 vagas no ICB (15.10.09). Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Fernando Pegoraro, favorável à proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas, período integral, com 40 vagas, no ICB (09.11.09). Estimativa do aumento nas despesas permanentes da USP por conta da criação do curso de Ciências Biomédicas no ICB, bem como o respectivo impacto orçamentário (23.11.09). Parecer da COP: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Hans Viertler, favorável à proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas. período integral, com 40 vagas, no ICB (07.12.09). Cons. Luiz Fernando

2251

2252

2253

2254

2255

2256

2257

2258

2259 2260

2261 2262

22632264

2265

2266

2267 2268

2269

2270

2271

2272

22732274

2275

2276

2277

2278

2279

2280

2281

2282

2283

2284

2285

2286 2287

2288

2289

2290

2291

2292

2293

2294

2295

2296

2297

2298

2299

Pegoraro: "A proposta de criação do Curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas, seu projeto pedagógico, estrutura curricular, ementa das disciplinas foram aprovados pelos Conselhos dos Departamentos envolvidos do ICB, pela Congregação do ICB e pelos Conselhos de Departamentos, Comissões de Graduação e Congregações das outras Unidades participantes: Faculdade de Medicina, Faculdade de Saúde Pública, Instituto de Biociências e Instituto de Química. As únicas divergências encontradas no processo foram oferecidas pela Comissão de Graduação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto e pela Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de São Paulo, que se manifestaram contra a criação do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, por considerarem, principalmente, que a proposta ora em análise sobrepõe-se, em muitos aspectos, à formação do profissional farmacêutico e, também, porque os objetivos do curso proposto já são plenamente atendidos pelos cursos de graduação e programas de pós-graduação existentes no próprio ICB, nas duas Faculdades de Ciências Farmacêuticas da USP e no curso de graduação em Ciências Físicas de Biomoleculares, do Instituto de Física de São Carlos. Em resposta a essas divergências, o diretor, o vice-diretor e o presidente da Comissão de Graduação do ICB manifestaram-se sobre os documentos elaborados pelas Faculdades de Ciências Farmacêuticas de São Paulo e de Ribeirão Preto e prestaram os devidos esclarecimentos, demonstrando que não há conflito de interesse entre a presente proposta e os cursos de Farmácia. Passo a leitura do meu parecer. Pelas informações contidas no processo, depreende-se que o assunto foi exaustivamente discutido nos diferentes colegiados do ICB, nas demais Unidades envolvidas, e no Conselho de Graduação, que favoreceu o aprimoramento da proposta. É importante salientar que a criação do curso de bacharelado em Ciências Biológicas irá possibilitar que o ICB tenha seu primeiro curso de graduação com entrada pelo vestibular, e permitirá que a USP ofereça mais um curso com alta qualidade de ensino, formando profissionais altamente competentes para o mercado de trabalho diversificado, amplo, emergente e crescente, em instituições de ensino, laboratórios clínicos e centros de diagnóstico. Com base nessas considerações, sou de parecer favorável à criação do curso de bacharelado em Ciências Biomédicas, período integral, com 40 vagas." Vice-Reitor: "Esta proposta foi aprovada pela Comissão de Claros Docentes em 05.12.2008, portanto, em outro mandato reitoral. Existe, à página 35, a discriminação das necessidades, evidentemente com a data daquele momento que especificava 6 claros docentes em 2009 e, nos anos subsequentes, 5, 3 e 2, perfazendo um total de 16. Recentemente, entrei em contato com os Professores Rui e Britto e ficou evidente que esses claros serão postergados para os próximos anos e, segundo entendimento, serão concedidos na medida dos anos que se sucederem. Não serão disponibilizados ao ICB imediatamente todos esses 16 claros, o que comprometeria o nosso Banco de Claros Docentes. Ou seja, seriam concedidos apenas 6 no primeiro ano, 5 no seguinte e, acredito, que a Assembléia vai tornar disponível para a USP os cargos solicitados muito antes da necessidade de disponibilizar os 5 adicionais para o ICB. Então o impacto imediato sobre o banco de cargos da Comissão de Claros Docentes torna-se bastante compatível com as disponibilidades, considerando também a importância desta criação de curso." Cons. Luiz Roberto Giorgetti de Britto: "Queria fazer guatro comentários muito breves sobre a criação do curso de

2301

2302

2303

2304

2305 2306

2307

2308

2309 2310

2311

2312

2313

2314

2315

2316

23172318

2319

2320

2321 2322

2323

2324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332 2333

23342335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345 2346

2347

2348 2349

Ciências Biomédicas no ICB e em 4 linhas um pouco diferentes. A primeira delas, que acredito que muitos talvez não conheçam essa carreira, que existe há 40 anos e foi regulamentada há 30 anos por iniciativa da Escola Paulista de Medicina, da atual UNIFESP, onde tenho orgulho de ter começado minha formação, com a idéia de formar profissionais nas áreas básicas da Medicina para uma interface - o biomédico não é quem faz o diagnóstico, nem determina tratamento, mas no sentido de que o biomédico é alguém que trabalharia junto com os médicos para desenvolvimento de novos conceitos, novas idéias e, eventualmente, novas terapias possíveis e assim por diante. E o crescimento intenso que a Medicina teve nos últimos tempos - creio que todos têm acompanhado a evolução da Medicina - aumentou muito a demanda por profissionais dessa área. O que significa que o ICB, em partes, fez essa proposta dentro desse espírito de se engajar nesse desenvolvimento que a Medicina tem tido e que tem forçado uma demanda maior de profissionais nas áreas básicas, também, da Medicina. A idéia desse profissional é atuar em interface com a Medicina e com outros profissionais da saúde, exclusivamente por meio da docência, pesquisa e transferência do conhecimento dentro de uma ação multidisciplinar. E, seguramente, é por isso que as grandes Escolas e Universidades de classe mundial têm curso de Ciências Biomédicas na graduação e na pós-graduação. O segundo aspecto que queria comentar é a motivação do ICB. O ICB tem um contexto de ensino altamente bem estabelecido. Não sei se todos sabem, mas temos 11 mil matrículas por ano. de 16 cursos da Universidade e não temos o nosso próprio curso de graduação, o que, em nossa opinião é, no mínimo, um desperdício - isso há 4 anos atrás, pois a proposta completou 4 anos ontem, dia 13.12.2010. Recentemente, fizemos uma avaliação da proposta, inclusive em função daqueles princípios gerais aprovados por esse Conselho e percebemos que o ICB se enquadra de modo absolutamente preciso naqueles princípios, no sentido de que existe uma demanda muito grande por profissionais desta área. Além disso, o ICB tem a estrutura necessária para esse curso, o investimento é da ordem de 0,06%, como acabei de confirmar com o Professor Engler, se o curso fosse começar agora - quando na verdade não vai, pois mesmo que fosse aprovado hoje, começaria apenas em 2012, por causa do vestibular do ano que vem. Enfim, a proposta das Ciências Biomédicas encaixa perfeitamente nos princípios gerais. O terceiro ponto que gueria comentar é um pouco do histórico da proposta. A proposta tem 4 anos e ao longo desse período foi discutida exaustivamente com nossos parceiros, inclusive, o Professor Pegoraro acabou de citar 4 deles e temos um mais recente, o IME, que vai receber nossos alunos e algumas disciplinas também; esse foi o arranjo mais recente. Esse processo demorou muito, em parte, por isso, mas também porque, como o Professor Hélio acabou de dizer, ele foi aprovado só em dezembro de 2008 na Comissão de Claros, mas a proposta é de 2 anos antes. Enfim, o projeto demorou muito. Na reunião do CoG, nossos colegas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de São Paulo e de Ribeirão pediram vistas ao processo, levaram a discussão da questão que o Professor Pegoraro acabou de colocar, o que foi uma atitude muito positiva, porque isso permitiu que conversássemos com os colegas, tanto da Farmácia de São Paulo, como da Farmácia de Ribeirão e chegássemos em um consenso, para chegar à proposta final que está apresentada, no sentido de deixar claro que não há superposição alguma, que não pretendemos formar profissionais para

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371 2372

2373 2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

2384

2385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

2398

2399

nenhuma área que a Farmácia atue de maneira direta, mas muito pelo contrário, o que queremos é formar profissionais nas áreas que o ICB tem competência, ou seja, as áreas de Anatomia, Fisiologia, Farmacologia Básica, Imunologia, Microbiologia, Parasitologia, Biologia Celular, e assim por diante, que são basicamente nossos 7 Departamentos. Então, isso culminou, no CoG, depois dessas discussões extensas, com a aprovação por 29 votos e apenas 1 voto contrário. A proposta envolve a ênfase nessas 7 áreas que são os nossos 7 Departamentos, dentro de um espírito interdisciplinar, um espírito de uma flexibilidade muito grande e, principalmente, incluindo disciplinas que nenhuma Unidade da Universidade nesse momento trata de maneira sistemática, que são: Genômica, Bioinformática, Imagem, Medicina Translacional, Biotecnologia e assim por diante, que são áreas que o ICB tem competência instalada, mas que, no entanto, não são tratadas de maneira regular em curso nenhum. Em resumo, o que o ICB quer com essa proposta é formar profissionais altamente capacitados para interagir com outros profissionais da área da saúde, sem competir com nenhum deles e com a marca da excelência que, no mínimo, é o que a sociedade espera dessa Universidade." Cons. Jorge Mancini Filho: "Vou apresentar a manifestação da Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Tivemos uma reunião extraordinária logo após o conhecimento da proposta e vou fazer uma leitura da manifestação da Congregação: 'A Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, em reunião extraordinária, realizada em 05.05.2009, reconheceu a grande relevância da contribuição do Instituto de Ciências Biomédicas na formação de recursos humanos para o ensino médio e superior, bem como para o sistema de Ciências e Tecnologia em Saúde do país. Por outro lado, manifestou-se em desacordo com a proposta de criação do curso de graduação bacharelado em Ciências Biomédicas pelos seguintes motivos: não se trata de uma proposta inovadora, segundo estratégia atual e as perspectivas para o futuro da Universidade de São Paulo. Propostas inovadoras devem antever e preparar recursos humanos em áreas estratégicas dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação do país. A atual proposta sobrepõe-se em muitos aspectos à formação do profissional farmacêutico bioquímico, desde que os conteúdos das disciplinas apresentadas são, em muitos casos, idênticos aos das disciplinas ministradas no curso desta Unidade. Observa-se similaridade de estrutura curricular entre os dois cursos em várias disciplinas básicas e aplicadas em todas as áreas das Ciências Farmacêuticas. Outro ponto a ser considerado é o encargo financeiro adicional para Universidade, visto que a implantação do curso implicará na criação de 24 novos cargos docentes e 22 não-docentes. Isso foi reformulado, a proposta atual é de 16 novos cargos docentes e 10 nãodocentes, além de recursos para infra-estrutura. A implantação do curso acarretará significativo aumento de cursos para a Universidade em detrimento de novos investimentos e demandas reprimidas em cursos já existentes. Finalmente, na proposta consta que o principal objetivo a ser atingido pelo curso é a preparação dos alunos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica podendo desenvolver seus trabalhos como docentes no ensino superior, institutos de pesquisa e mesmo empresas que invistam em desenvolvimento. O graduado poderá, também, atuar em empresa de iniciativa privada ligadas à área Biomédica, como a indústria farmacêutica e de alimentos ou, ainda, em laboratórios de análises clínicas, tendo como opção a perspectiva de atuar em áreas mais técnicas. Caso não obtenha habilitação

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

2428

2429

2430

2431

2432

2433

2434

2435

24362437

2438

2439

2440

2441

2442

2443

2444

2445

2446

2447

2448

2449

necessária para isso, ele terá condições de se complementar. Considero que todos esses objetivos já são plenamente atendidos pelos cursos de graduação e programas de pós-graduação na Universidade de São Paulo, inclusive os existentes no próprio ICB e na FCF. Pelas razões expostas, a Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas manifestou-se contra a criação do curso bacharelado em Ciências Biomédicas. Após isso, em 08.09.2009, recebemos correspondência do Professor Rui Curi apresentando esclarecimentos, tanto para a Faculdade de Farmácia de São Paulo, quanto para a de Ribeirão Preto. Essa proposta que veio do Professor Curi foi encaminhada ao Conselho de Graduação. Depois, em 07.10.2009, veio uma convocação da Professora Selma, então Pró-Reitora de Graduação, dando a indicação de que seria discutida a inclusão e a criação do curso bacharelado em Ciências Biomédicas na próxima reunião do CoG. Em 14.10.2009, uma semana após, apresentamos o seguinte documento que foi encaminhado à Pró-Reitora: 'Acusamos, com surpresa, o recebimento da pauta do Conselho de Graduação da Universidade de São Paulo para a reunião de 15.10.2010, contendo o item sobre a criação do curso bacharelado em Ciências Biomédicas do Instituto de Ciências Biomédicas. Tal reação deve-se ao que se segue: em reunião no Conselho de Graduação da USP em 07.05.2009, a pedido da Professora Maria Tereza Nunes, o processo referente à criação do curso de bacharelado em Ciências Biomédicas foi retirado de pauta para reestudo de propostas em conjunto com as demais Unidades envolvidas. Inicialmente foi realizada reunião entre os docentes do ICB e da FCF para aprofundar a discussão sobre o assunto. Em 08.09, esta Faculdade recebeu da diretoria do ICB a estrutura curricular, bem como esclarecimentos adicionais sobre esse curso. Em reunião de 30.09, a Comissão de Graduação da Faculdade retirou a matéria de pauta para solicitar as ementas das disciplinas as quais foram encaminhadas pelo ICB no dia 07.10. Pelos motivos expostos, foi solicitado que o assunto fosse retirado da pauta do CoG para continuidade dos estudos e manifestação da Congregação da FCF. Foi onde se iniciou o posicionamento da Faculdade com relação ao curso. No dia 15.10, o Conselho de Graduação aprovou o mérito acadêmico da proposta de criação do curso de bacharelado em Ciências Biomédicas, no período integral, com 40 vagas. A partir dessa aprovação, a direção da FCF resolveu aguardar toda a tramitação do processo para se manifestar neste Conselho contra a criação do curso de bacharelado em Ciências Biomédicas." Cons. Rui Curi: "O curso de Ciências Biomédicas tem um corpo estruturado que é, na verdade, o corpo estruturado de disciplinas básicas que oferecemos para todos os cursos da área de saúde. Oferecemos esse corpo básico de Ciências Biomédicas para Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia, portanto, não há sobreposição em relação a isso, com relação ao curso de Farmácia, ministramos Farmacologia Básica e Fisiologia para turma de Farmácia, assim como ministramos para todos os outros cursos da área de Saúde. Então, não há sobreposição em relação a esse conteúdo do nosso programa, do nosso curso, do nosso currículo. Na verdade, se um indivíduo faz Farmácia, ele faz Farmacologia, depois precisa fazer Farmacotécnica, Química Farmacêutica, para, efetivamente, exercer a profissão de farmacêutico, ou faz análises clínicas, para exercer análises clínicas, ou faz bromatologia, para exercer bromatologia. No nosso curso, no nosso currículo de Ciências Biomédicas, nenhuma dessas disciplinas está presente, porque não almejamos formar ninguém para trabalhar em análises

2451

2452

2453

2454

2455

2456

2457

2458

2459

2460

2461

2462

2463

2464 2465

2466 2467

2468

2469

2470

2471 2472

24732474

2475

2476

2477

2478

2479

2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

2487

2488

2489

2490

2491

2492

2493

2494

2495

2496

2497 2498

2499

clínicas, para ser bromatologista ou para trabalhar na indústria farmacêutica. Nosso objetivo é formar profissionais que conheçam muito bem o que fazemos no ICB. Anatomia, Biologia Celular, que conheça muito bem Imunologia e Parasitologia. Portanto, não há sobreposição de competências. O nosso estudante, que se formar conosco no Instituto de Ciências Biomédicas, não tem competência para ocupar o espaço do farmacêutico. Quero deixar claro que essas informações estão contidas no documento que fizemos e encaminhamos aos colegas da Faculdade de Farmácia de Ribeirão e Farmácia de São Paulo, onde explicitamos essa informação que consta claramente na página 46 de todo esse processo longo, que diz que não estamos habilitando fazer análises clínicas, hematologia, bromatologia, etc. Então, talvez seja uma preocupação antiga, de guando foi criado o curso de Ciências Biomédicas. Entendo que talvez alguns colegas ainda se lembrem daguele período, mas na nossa proposta esse período já não existe mais. Também, quero deixar claro que o nosso Instituto de Ciências Biomédicas tem sido cobrado fregüentemente da sociedade, recebemos ligações de pais e até de jornalistas perguntando quando teremos um curso de Ciências Biomédicas na USP, já que existe curso de Ciências Biomédicas na UNIFESP, na UNESP, na Universidade Estadual de Londrina, na Universidade Estadual de Maringá, na Universidade Federal de Minas Gerais. Aliás, na Universidade Estadual de Maringá o curso de Farmácia criou o curso de Ciências Biomédicas com habilitação para análises clínicas, para que esses profissionais facam análises clínicas, uma vez que os farmacêuticos preferem ir para a indústria farmacêutica. Veja que é uma situação oposta da que estamos discutindo aqui. Quero deixar claro o seguinte: sou diretor do ICB e sou farmacêutico bioquímico e leciono para os alunos de Farmácia Bioquímica da USP com muito prazer, há 25 anos. E tenho prazer e orgulho em dizer que já recebi homenagens desses alunos; fui três vezes homenageado, uma vez patrono e 15 vezes fui paraninfo. Portanto, tenho enorme carinho pelos alunos e pela Faculdade de Farmácia e posso garantir aos meus colegas conselheiros que de maneira nenhuma esse curso conflita com os interesses dos farmacêuticos." Cons. José Otávio Costa Auler Júnior: "Como foi citado o apoio da Congregação na Faculdade de Medicina, aproveito para citar um exemplo de ordem prática. Sou médico e exerço minhas atividades há muitos anos no Instituto do Coração da Faculdade de Medicina, no Hospital das Clínicas. E quem manuseia as bombas de extracorpórea são biomédicos, para citar um exemplo dessa necessidade que vimos no âmbito da Medicina. Neste momento, reitero o apoio da direcão a essa proposta do ICB." Cons. Sérgio de Albuguerque: "Quero apenas prestar esclarecimento a uma situação. Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto esse assunto não foi discutido em Congregação e sim discutido só no âmbito da Comissão de Graduação da Faculdade. Naguele momento, a partir do pedido de vistas do processo pela Professora Juliana, que era Presidente da Comissão de Graduação, houve uma posição contrária da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto com relação ao curso. Entretanto, depois que foram prestados os devidos esclarecimentos pelo ICB, a Professora Juliana - bem como a Comissão de Graduação - sentiu-se totalmente esclarecida e foi favorável à criação do curso na Reunião do Conselho de Graduação." Consª. Maria Inês Rocha Miritello Santoro: "Quero me manifestar no sentido de total apoio a todas as observações feitas pelo Professor Jorge Mancini, Diretor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas.

2501

2502

2503

2504

2505 2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513 2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

2530

2531

2532 2533

2534

2535

2536 2537

2538

2539

2540

2541 2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

Como representante da Congregação da mesma Faculdade, mantenho a resolução daquele Colegiado, portanto, sendo contra a aprovação desse curso ora proposto." Cons. Welington Braz Carvalho Delitti: "Volto para me manifestar sob outro ponto de vista. De um lado, faço parte desse grupo que o Professor Rui Curi mencionou, que se sente um pouco incomodado do ICB não ter uma graduação, tendo em vista a enorme capacidade, tanto de pessoal, quanto de laboratórios, seu enorme orçamento diante das outras Unidades da USP e, também, pela sua capacidade já comprovada de auxiliar os outros Institutos, como nossos próprios alunos, muitos dos quais, biólogos, vão depois fazer pós-graduação no ICB. E temos que louvar os enormes méritos das Faculdades de Ciências Farmacêuticas, tanto dagui, guanto de Ribeirão Preto, que estão entre as Unidades mais produtivas da USP, de maior destaque científico, juntamente com o ICB e o próprio Instituto de Biociências, que tenho a honra de dirigir nesse momento. Mas o que quero encaminhar aqui é que a meu ver, estamos todos trabalhando em áreas muito afins. Então existe esse temor de sobreposição, de mercado, etc. Mas acontece que os números, por exemplo, do vestibular, apontam uma outra coisa. Apontam que a USP atende minimamente a demanda dos candidatos que gostariam de trabalhar nessas áreas. Ontem fiz uma pequena pesquisa na FUVEST e, reunindo as Faculdades de Ciências Farmacêuticas daqui, de Ribeirão Preto, Ciências Biológicas daqui, de Ribeirão Preto e de Piracicaba, todas essas 5 Unidades, somamos um número parecido com o número de vagas da Faculdade de Direito, são só 440. E, reunindo agui os candidatos inscritos como primeira opção para essas Faculdades, temos 6.189 candidatos. Então, em termos de candidatos, nunca faltarão alunos para nós. Um outro aspecto que todos discutem ultimamente é que da mesma forma que no século XIX desabrochou plenamente a Química - e continua a se desenvolver -, o Século XX foi da Física, o Século XXI é das Biológicas. Então, temos visto abertura de fronteiras totalmente inesperadas e precisamos formar as pessoas para explorar com profundidade todos esses aspectos novos, pois a cada dia descobrimos coisas novas e interessantes. Por exemplo, que as bactérias têm altruísmo, então se uma colônia está sob estresse, aquelas que são mais resistentes, em um determinado momento, começam a auxiliar as demais para sobreviver. Portanto, é uma coisa que imaginávamos que só existia entre os mamíferos e grupos sociais, mas são fronteiras que devem receber nossa atenção, porque assim poderão sair grandes soluções para a humanidade. Portanto, apoio a formação desse Curso, espero que as divergências sejam mínimas e que possamos cada vez mais trabalhar em conjunto - todas essas áreas, juntamente com a medicina e, também, as outras que vão se integrar como a Psicologia Evolutiva. Então, a coisa não tem mais fim, pois vemos agora até a Psicologia Internacional." Cons. Claudimar Amaro de A. Rodrigues: "Gostaria de colocar a minha posição como bacharel em Ciências Biológicas, modalidade médica, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Estou me formando na área de Biomedicina, que atualmente está em reestruturação dentro da Faculdade, há discussão dos moldes deste curso. Quero colocar dois pontos sobre esta questão. O primeiro seria com relação ao sistema de trabalho atual, onde entraria este profissional formado no curso de Biomedicina. Esse profissional, como vimos no modelo de 67, não seria o profissional que hoje se enquadra na idéia de ser voltado para a formação docente na parte de pesquisa e, também, para formação como cientista. Hoje,

2551

2552

2553

2554 2555

2556

2557

25582559

2560

2561 2562

2563

2564

2565

2566

2567 2568

2569

2570

2571

2572

2573

2574

2575

2576

2577

2578

2579 2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

2590

2591 2592

2593

2594

2595

2596

2597

2598

com a evolução da pós-graduação, esse tipo de formação é trabalhada dentro da pós-graduação. Algumas faculdades ainda formam o modelo biomédico sem ser para análises clínicas, mas apenas para a parte de pesquisa, como a UEL. Conversando com algumas dessas pessoas que estão junto comigo como pósgraduandos da FMRP e mesmo alguns outros da UNESP que têm a dupla formação - podem trabalhar tanto em análises clínicas como na parte de pesquisa -, existe a grande dificuldade deste profissional entrar no sistema de trabalho atual, porque mesmo na USP, um técnico de nível superior, para entrar no laboratório, já deve ter o mestrado ou o doutorado. Isto é uma realidade, hoje não são mais 86 cursos de Biomedicina, são mais de 114. Não estou querendo questionar a qualidade do ICB, mas a qualidade desse tipo de profissional. Isso acarretaria, na nossa leitura, na alimentação da pósgraduação diretamente, então, se esse é o intuito, acho que pode ser feito a formação de MD/PHD, do médico pesquisador americano, mas neste caso teria uma outra formação. Mas se o intuito é, também, formar para pesquisa, pode ser avaliado um programa tipo MD/PHD, com essa relação, com essa necessidade, porque seria mais adequado ao que vemos hoje acontecendo na pesquisa em saúde. O segundo ponto é com relação ao projeto pedagógico. Acho que o curso de Biomedicina trabalha além do biológico, o profissional é da área de saúde e senti falta da parte de Humanas dentro deste curso. A própria Filosofia da Ciência e Sociologia da Ciência, que temos pouco na pósgraduação, que pretende formar cientista, mas em um processo de graduação que pretende trabalhar isso, seria interessante, como um profissional da saúde, trabalhar, também, questões relacionadas ao SUS e mesmo a saúde como um todo. Essas eram as observações que queria colocar para reflexão dos senhores." M. Reitor: "Lembro apenas uma reminiscência pessoal com referência ao curso de Biomedicina. Em 1965, guando estava terminando o Colegial, um de nossos colegas entrou no curso de Biomedicina. Naquela época ninguém sabia o que era; e lá se vão 45 anos." A seguir, o M. Reitor passa à Votação: Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 79 (setenta e nove) votos; Não = 11 (onze) votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 101 (cento e um). É aprovado o parecer da COP, favorável à proposta de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biomédicas, período integral, com 40 vagas, no Instituto de Ciências Biomédicas. 2. PROCESSO 2009.1.667.6.4 - FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA. Proposta de criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública, período vespertino, 40 vagas, na Faculdade de Saúde Pública. Ofício do Diretor da FSP, Prof. Dr. Chester Luiz Galvão Cesar, à Pró-Reitora de Graduação, Prof.ª Dr.ª Selma Garrido Pimenta, encaminhando a proposta de criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública, período vespertino, 40 vagas, aprovada pela CG em 20.05.09 e pela Congregação em 21.05.09 (29.05.09). Parecer da relatora da CCV, Prof.^a Dr.^a Elfriede Marianne Bacchi: levanta algumas questões com relação à proposta de criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública e sugere que o processo retorne à Unidade, com uma discussão mais aprofundada sobre as atribuições específicas de um bacharel em Saúde Pública (28.07.09). O Diretor da FSP encaminha os esclarecimentos solicitados pela Prof.ª Dr.ª Elfriede Marianne Bacchi e a reelaboração da proposta original do curso, incluindo algumas informações significativas sobre a Faculdade e dois ofícios de apoio à criação do curso (08.10.09). Mensagem eletrônica da Prof.^a Dr.^a Elfriede Marianne Bacchi encaminhando ao Diretor da FSP mais

2601

2602

2603

2604

2605

2606

2607

2608

2609

2610

2611

2612 2613

2614

2615

2616

2617

2618

2619

2620

2621

2622 2623

2624

2625

2626

2627

2628

2629

2630

2631

2632 2633

2634

26352636

2637

2638

2639

2640

2641 2642

2643

2644

2645

2646

2647

2648

algumas dúvidas referentes à criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública (19.11.09). O Diretor da FSP, Prof. Dr. Chester Luiz Galvão Cesar, encaminha os esclarecimentos solicitados pela Prof.ª Dr.ª Elfriede Marianne Bacchi. Parecer da relatora da CCV, Prof.ª Dr.ª Elfriede Marianne Bacchi: analisando as respostas enviadas pela FSP, considera que as dúvidas foram elucidadas, sendo favorável à criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública, sugerindo que disciplinas optativas, como Toxicologia Ambiental, sejam futuramente revistas quanto ao seu conteúdo e aprofundamento (23.11.09). Parecer da CCV: após debate, decide retirar a matéria de pauta e propõe que sejam convidados os proponentes do curso para esclarecerem as questões apontadas pela relatora da matéria, bem como pelo Colegiado sobre várias questões, dentre elas: a formação do egresso (ausência de algumas disciplinas que redimensionariam o egresso para a área de gestão que, no momento, é julgada como uma necessidade do setor público); período do curso; a razão de não haver participação de outras Unidades no Curso, visando assim, a troca de experiências (26.11.09). Parecer da CCV: após debates com os proponentes do curso, aprova, por unanimidade, a proposta de criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública, período vespertino, 40 vagas, na FSP (04.02.10). Parecer do CoG: aprova a manifestação da Câmara Curricular e do Vestibular, favorável ao mérito acadêmico da proposta de criação do curso de Saúde Pública (grau a ser concedido de Bacharel em Saúde Pública), período vespertino, 40 vagas, na FSP (25.03.10). Parecer da CAA: aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Roberto Giorgetti de Britto, favorável à proposta de criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública, período vespertino, 40 vagas, na Faculdade de Saúde Pública (17.05.10). Cons. Luiz Roberto G. de Britto: "Não farei a leitura do parecer, pois este já está disponível para todos, sobre a criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública. Gostaria, da mesma maneira que comentei há pouco, quando da discussão do curso de Ciências Biomédicas, onde a proposta era nossa, dizer que essa proposta da Saúde Pública foi analisada à luz dos princípios gerais para criação de novos cursos, que foi votado e aprovado por este Conselho recentemente. E conseguimos perceber na proposta encaminhada, praticamente, todos aqueles tópicos dos Princípios Gerais que este Conselho determinou. Por exemplo: é, seguramente, um curso inovador, porque é uma carreira nova de bacharel em Saúde Pública, que começou a ser discutida recentemente. Algumas universidades federais já implantaram o curso, mas não no Estado de São Paulo: a primeira proposta é nossa, da Faculdade de Saúde Pública da USP e há um componente inovador muito grande. O segundo aspecto, que vai na mesma direção, é o tipo de formação que se pretende, que é um profissional com uma visão interdisciplinar e multidisciplinar da área de Saúde. E a idéia, que está colocada na proposta, é que o bacharel em Saúde Pública interaja com outros profissionais de saúde. E agora, espero que possam interagir com os biomédicos formados no ICB, tendo em vista que nosso curso foi aprovado, para constituir verdadeiras equipes trabalhando em Saúde Pública; e penso que ninguém duvida da importância que tem essa área nos dias de hoje. Citei há pouco o avanço que teve a Medicina e a Saúde Pública vem acompanhando esse avanço de maneira muito importante. A presença de um profissional formado na Faculdade de Saúde Pública com este perfil interdisciplinar e esta formação humanística, que é muito característica na proposta da Faculdade,

2651

2652 2653

2654

2655 2656

2657

2658

2659

2660

2661

2662

2663

2664

2665

2666

2667

2668

2669

2670

2671

2672

2673

2674

2675

2676 2677

26782679

2680

2681

2682

2683

2684

2685

2686

2687

2688

2689

2690

2691

2692

2693

2694

2695

2696

2697

2698

2699

seguramente será um acréscimo excelente para a Universidade. O último aspecto que gostaria de comentar é com relação à infraestrutura presente para o curso, que era um dos aspectos que aparece naquele documento dos Princípios Gerais e que neste caso é mais óbvio ainda, no sentido de que isso reforça o pedido da Faculdade. A Faculdade, além de ter competência na área de Saúde Pública, tem uma infraestrutura que comporta o estabelecimento e o desenvolvimento do curso nas suas facilidades. Mais ainda, há um aspecto que destaguei no meu parecer, que a Faculdade só tem um curso de graduação, em Nutrição, com o qual tive o prazer de trabalhar como docente durante muitos anos e que funciona no período matutino e noturno, de forma que a infraestrutura da Faculdade no período vespertino apresenta uma relativa ociosidade em termos dos espaços de graduação - não os de pesquisa - que será aproveitado por este curso de bacharelado em Saúde Pública, tendo em vista que este será ministrado no período vespertino. O parecer conclusivo que consta do processo e que foi aprovado pela CAA possui três itens que são muito forte nesta proposta: o caráter inovador, até por ser uma carreira nova; a infraestrutura da Faculdade, que comporta a realização deste curso; e a competência que a Faculdade mostra e tem mostrado continuamente na área de Saúde Pública. O meu parecer foi favorável e assim entendeu, também, a Câmara Curricular do Vestibular, o Conselho de Graduação e o plenário da CAA, que aprovou esse parecer por unanimidade." Cons.ª Helena Ribeiro: "Pode-se perguntar por que uma Unidade tão antiga, que desde 1924 ministra cursos de especialização em Saúde Pública, só agora propôs esse curso de bacharelado em Saúde Pública. É porque a vocação maior da Faculdade sempre foi para cursos de especialização. Na sua origem, ela formava o médico sanitarista, o engenheiro sanitarista, desde a década de 20, mas um processo interno e externo do País entraram em conjunção para que agora percebêssemos a oportunidade e a necessidade de criação desse bacharel em Saúde Pública. A Faculdade possui apenas um curso de graduação, que é o curso de Nutrição diurno e noturno, conforme já mencionado, mas tem uma grande presença em outras Unidades da USP. A Unidade oferece 29 disciplinas de graduação para 14 Unidades, com mais de mil alunos ao ano nessas disciplinas em todas as Unidades que nossos professores dão aulas. De alguns anos para cá tem surgido no País, em virtude da criação e da consolidação do Sistema Unico de Saúde, a necessidade de formação mais precoce do profissional em Saúde Pública para atuar nas áreas de saúde em conjunto com os outros profissionais. Por outro lado, também, na Faculdade, que já chegou a ter 15 cursos de especialização no mesmo ano, começamos a ver, no último Plano de Metas, que poderíamos, talvez, partir para a graduação em Saúde Pública mais precoce e, também, a graduação em Saúde Pública gratuita durante o dia e não mais fazer a pós-graduação em especialização gratuita durante o dia. Fizemos uma primeira turma há alguns anos atrás e, para nossa surpresa, temos tido mais de mil candidatos para esse curso vespertino de especialização em Saúde Pública. Pessoas de todos os municípios do Estado fazem fila para fazer esse curso, que com 40 vagas, não conseguimos administrar. Vimos que há uma demanda muito grande para as Secretarias Municipais de Saúde, para administrarem o Sistema Único de Saúde no âmbito dos municípios, tanto é que a proposta de criação do curso de graduação é endossada pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, pelo Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde, pela

2701

2702

2703

2704

2705

2706

2707

2708

2709

2710

2711

2712

2713

2714

2715

2716

2717

2718

2719

2720

2721 2722

2723

2724

2725

2726

2727

2728

2729

2730

2731

2732 2733

2734

2735

2736

2737

2738

2739

2740

2741

2742

2743

2744

2745

2746

2747

2748

2749

ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e pela Associação Paulista de Saúde Pública. Penso que supriríamos uma grande lacuna na formação de profissionais na área de Saúde Pública. O bacharel em Saúde Pública não será um clínico, não vai lidar diretamente na parte clínica com o doente, ele vai estudar saúde como um fenômeno coletivo constituído de aspectos demográficos, históricos, epidemiológicos, sociais, políticos e ambientais; e vai atuar, basicamente, no âmbito do SUS, mas, também, em secretarias e conselhos de meio ambiente, porque o nosso curso tem um viés um pouco diferente dos outros cursos que foram criados nas Federais, porque temos um enfoque em Saúde Ambiental um pouco maior, também por causa da nossa história. O curso terá 3.665 horas, que serão dadas, em grande parte, por docentes da Faculdade. Nos nossos cinco Departamentos temos docentes habilitados para tal, porque temos Epidemiologia, a Prática de Saúde Pública, que tem uma área de Ciências Sociais em Saúde, a Saúde Ambiental, a Saúde Materno-Infantil, Nutrição, de forma que nossos docentes são multidisciplinares, mas tem uma parte de 315 créditos que são de disciplinas eletivas, que poderão ser cursadas em outras Unidades da USP. Os estágios serão feitos nos dois Centros de Saúde da Faculdade e que são administrados por ela: o Centro de Saúde Escola Geraldo Paula Souza, no prédio ao lado da Faculdade e o Centro Serviço Especial de Saúde de Araraguara, na cidade de Araraguara. Coloco-me à disposição para esclarecer alguma dúvida que venha a surgir." Vice-Reitor: "Não há solicitação de claros docentes no processo." Cons. Euclides Ayres de Castilho: "Na qualidade de professor de Medicina Preventiva digo que, seguramente, o Departamento de Medicina Preventiva da FM, o Departamento de Medicina Social da FMRP, o Departamento de Enfermagem Coletiva da EE, o Departamento de Enfermagem Materno-Infantil da EERP, o Departamento de Odontologia Social da FO e o Departamento de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social da FORP fazem um recorte da Saúde Pública -no Brasil também chamada de Saúde Coletiva - dos fundamentos da Saúde Pública voltadas especificamente para os futuros enfermeiros, cirurgiões-dentistas e médicos. Portanto, não se trata de superposição de curso de graduação. O curso ora em discussão passar a ser um curso essencialmente interunidades não me parece procedente, o que não impede que algumas disciplinas venham a ser ministradas por outras Unidades. Por exemplo, acho que o projeto Região Oeste, da Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem devem ser englobadas, além dos dois Centros citados. Em segundo lugar, existem, em universidades públicas brasileiras, 12 cursos de graduação desta natureza. Em terceiro lugar, segundo o Professor Roberto Medronho, Diretor do Instituto de Estudo em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a intenção do atual Reitor, Prof. Aloisio Teixeira, ao deixar a Reitoria era de se transferir para o citado Instituto para participar e acompanhar no cotidiano este curso da UFRJ, que consideram um marco da sua gestão. Em quarto lugar, em recente Simpósio promovido pela FAPESP e pela Fundação Bunge, na qualidade de debatedor da conferência proferida pelo Prof. Isaias Haus, laureado com o Prêmio da Fundação Bunge Obra e Vida, na área de Saúde Pública, tive a oportunidade de comentar que tinha conhecimento que a FSP havia encaminhado para o Conselho de Graduação a proposta de criação deste curso. Ao fim da cerimônia, ouvi do Prof. Adib Jatene: 'Castilho, que boa notícia. Parabenize a Faculdade de Saúde Pública.' Quando era Diretor da FM

2751

2752

2753

2754

2755 2756

2757

2758

2759 2760

2761

2762

2763

2764

2765

2766

2767 2768

2769

2770

2771

2772

2773

2774

2775

2776 2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791 2792

2793

2794

2795

2796

2797

2798

2799

propus à FSP a criação deste curso. Espero que o Conselho Universitário aprove essa louvável iniciativa." M. Reitor: "Realmente, quem conhece a situação brasileira, em especial a situação da saúde em geral, principalmente das pessoas mais sujeitas a problemas de saúde em razão do modo como habitam, vivem ou se alimentam, certamente aprovaria um curso como este." A seguir, o M. Reitor passa à Votação: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 92 (noventa e dois) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da CAA, favorável à proposta de criação do curso de Bacharelado em Saúde Pública, período vespertino, com 40 vagas, na Faculdade de Saúde Pública. A seguir passa-se ao CADERNO VIII - REGIMENTO DA PROCURADORIA GERAL DA USP. 1. PROCESSO 2010.1.31554.1.8 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Proposta de Regimento da Procuradoria Geral da USP. Ofício da Comissão interna de elaboração do novo Regimento da Procuradoria Geral da USP, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de Regimento da referida Procuradoria (11.11.10). Parecer da CLR: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Antonio Magalhães Gomes Filho, favorável ao Regimento da Procuradoria Geral da USP (30.11.10). Cons. Antonio Magalhães Gomes Filho: "Como todos sabem, através da Resolução nº 5881, de 8 de novembro de 2010, a antiga Consultoria Jurídica da USP foi transformada em Procuradoria Geral da USP e, em decorrência disso foi constituída uma Comissão Interna para elaboração do Regimento Interno da Procuradoria Geral. Esta Comissão foi presidida pelo atual Procurador Geral, Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco e integrada pelos Procuradores: Ana Maria da Cruz, Paschoal José Dorsa, Stephanie Yukie Hayakawa da Costa e Clara Marisa Zorigian. Esta proposta trata da organização interna da Procuradoria Geral. A única alteração que pode gerar um aumento de despesa é a criação – muito necessária – de um serviço de biblioteca e documentação no âmbito da Procuradoria Geral. A CLR examinou esta proposta e não encontrou nenhum óbice jurídico a sua aprovação, pelo que, o nosso parecer é pela aprovação integral do Regimento proposto pela Comissão constituída pela própria Procuradoria Geral." Cons.ª Sueli Gandolfi Dallari: "Quero começar louvando a iniciativa. Todos sabemos da importância do jurídico na Universidade - e tenho certeza de que falo em nome de todos os colegas. Sempre foi o nosso sonho construir a Consultoria Jurídica - atual Procuradoria Geral - do 'como pode' e não mais do 'não pode'; e dar uma posição adequada e reconhecer a necessidade dessa função, inclusive, política do jurídico, parece-me muito importante. Muito me agradou as funções da Procuradoria Geral e das competências do Procurador Geral, que constam dos artigos 2º e 7º do Regimento encaminhado, permitindo, com os devidos cuidados, que se dispense, por exemplo, a propositura de ação, eventualmente, a interposição de recursos, entre outros. A questão política precisa ter essa localização adequada para realmente ter esta visão política, que acho fundamental. Muito me agrada, também, a criação especial de uma procuradoria para cuidar dos assuntos com o Ministério Público, com o Ministério Público do Trabalho e com o Tribunal de Contas, porque, afinal, são órgãos com os quais a Universidade convive cotidianamente e que podem nos ajudar, mas também nos atrapalhar e é importante sabermos conversar com eles. Em resumo é uma ótima proposta, só tenho a louvar e desejar que nesse status de Procuradoria, façam um excelente trabalho." A seguir, o M. Reitor

2801

2802

2803

2804

2805

2806

2807

2808

2809 2810

2811

2812 2813

2814

2815

2816

2817

2818

2819

2820 2821

2822

2823

2824

2825

2826

2827

2828

2829 2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838 2839

2840

2841

2842 2843

2844

2845

2846 2847

2848

2849

passa à **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 80 (oitenta) votos; Não = 9 (nove) votos; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da CLR, favorável ao Regimento da Procuradoria Geral da USP. A seguir, passa-se ao CADERNO IX - ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE. 1. PROCESSO 73.1.8166.1.8 – INSTITUTO DE FÍSICA. Proposta de alteração do artigo 52 do Regimento do Instituto de Física. Ofício do Diretor do IF, Prof. Dr. Alejandro Szanto de Toledo, à Magnífica Reitora, Prof.ª Dr.ª Suely Vilela, encaminhando a proposta de alteração dos artigos 25 e 52 do Regimento do Instituto de Física, aprovada pela Congregação em 25.11.08 (27.11.08). Parecer da PG-**USP**: opina favoravelmente às alterações pretendidas. Com relação à alteração no artigo 25, esta se encontra em conformidade com o Regimento de Pós-Graduação da USP, art. 33, § 2º da Resolução 5473/08. No que se refere à inclusão do caput e § 1º do art. 52, da realização em uma ou duas fases constantes do edital, tal previsão está em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 135 do Regimento Geral. Com relação às provas e respectivos pesos, não faz observações. Quanto à avaliação do projeto de pesquisa, previsto no inciso III do § 2º, entende que há necessidade de ser estabelecido no Regimento do IF o critério de avaliação desta prova. Sugere o encaminhamento dos autos à CLR para que esta formule as diretrizes gerais sobre os critérios de avaliação do projeto de pesquisa ou, alternativamente, determine que cada Unidade estabeleca os critérios que, necessariamente, deverão constar de seus respectivos regimentos (05.08.09). Parecer da CLR: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Ignácio Maria Poveda Velasco, favorável à alteração do art. 25 do Regimento do Instituto de Física e contrário à alteração do artigo 52 (09.11.09). Parecer do Co: defere o pedido de retirada dos autos de pauta, do Prof. Dr. Alejandro Szanto de Toledo (17.11.09). Ofício do Diretor do Instituto de Física, Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, solicitando a alteração do artigo 25 do Regimento do Instituto de Física, tendo em vista tratar-se apenas de adequação ao Regimento da Pós-Graduação (30.06.2010). Ofício do Diretor do IF, Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim, ao Procurador Geral da PG-USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, encaminhando a proposta de alteração do artigo 52 do Regimento do IF, referente a concursos de ingresso à carreira docente, acompanhada de duas minutas de Edital (30.06.10). Parecer da PG-USP: esclarece que na proposta anteriormente encaminhada, a PG-USP e a CLR objetaram que a prova intitulada 'apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição' mostrava-se extremamente subjetiva, abrindo flanco indesejável à contestação por parte de candidatos insatisfeitos com o resultado de avaliação, além de alegar, no Parecer da PG-USP 1558/09, referente ao Regimento do IME, que a análise do projeto de pesquisa em si seria atribuição da CERT, não sendo recomendável dupla avaliação. Quanto a esta 'dupla avaliação', em consulta ao Presidente da CERT, este asseverou que a análise levada à cabo pela CERT é eminentemente de adequação do quanto proposto à carga horária do regime posto em concurso, ou seja, o mérito do projeto não é por ela avaliado. Quanto à subjetividade da prova, seria necessário a fixação de critérios. Nestes termos, o IF sugere a inclusão do § 5º ao art. 52, que estabelece os seguintes critérios: a) adequação às linhas de pesquisa da Unidade; b) enquadramento à área de atuação do departamento; c) originalidade; e d) viabilidade à luz da infra-estrutura existente na Unidade.

2851

2852

2853

2854

2855

2856 2857

2858 2859

2860

2861

2862

2863

2864 2865

2866

2867

2868

2869 2870

2871

2872

2873

2874

2875

2876

2877

2878

2879

2880

2881 2882

2883

2884 2885

2886

2887

2888

2889

2890 2891

2892

2893

2894

2895

2896

2897

2898

2899

Manifesta que os critérios fixados na proposta são suficientemente rígidos e objetivos, tendo superado as objeções anteriormente lançadas na análise da proposta anterior (11.10.10). Parecer da CLR: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, favorável à alteração do artigo 52 do Regimento do Instituto de Física (26.10.10). Cons. Luiz Nunes de Oliveira: "Este processo é conhecido de muitos de nós, porque esteve em pauta na última reunião de 2009. O Instituto de Física quer alterar o artigo 52 de seu Regimento, para adotar um procedimento para concurso de acesso à carreira docente que seja mais eficaz. Em função disso, estão prevendo a possibilidade de exame em duas fases, como muitas Unidades já estão fazendo e, neste caso, uma das provas é escrita. Quanto a isto não há nenhum problema. Quando o exame é feito em uma fase, o Instituto acha que é mais interessante que uma das provas seja feita na forma de arguição de um plano de trabalho do candidato. Isto causou uma certa dificuldade, porque quando a proposta veio, no ano passado, ela não definia os critérios que a banca deveria usar para fazer essa avaliação. E o Prof. Ignácio, que foi o relator, manifestou preocupação de que isso iria expor a Universidade a ações judiciais de candidatos que se julgassem insatisfeitos. Em função disso o processo foi retirado de pauta e agora está voltando com uma nova redação em que são especificados os critérios que a banca deve utilizar. Em particular, a banca deve verificar que o plano de trabalho esteja em consonância com as linhas de pesquisa aplicadas no departamento e na Unidade; deve olhar para a originalidade do plano de trabalho e para a sua viabilidade. Havia, também, uma preocupação com a possível duplicação de exame, já que o plano de trabalho é julgado, também, pela CERT, quando o docente é contratado em RDIDP. Mas com essa definição, esta questão desaparece, de forma que agora entendo que esteja em condições de ser aprovado pelo Conselho." A seguir, o M. Reitor passa à Votação: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 80 (oitenta) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 16 (dezesseis); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do artigo 52 do Regimento do Instituto de Física. Ato seguinte, passe ao **EXPEDIENTE**. Comunicações do M. Reitor. M. Reitor: "1) Não poderia deixar de fazer algumas constatações. Todo nós comprovamos hoje que são possíveis consensos parciais. Continuamos cada um pensando da mesma forma sobre várias questões, mas concordamos em aspectos específicos para a progressão da Universidade e, indiretamente, para a nossa própria progressão e de todos os que aqui trabalham ou estudam. Parabenizo o Conselho, porque mostrou claramente que em assuntos complexos que já vinham sendo pensados há muitos anos, conseguimos chegar a uma resolução. Portanto, que todos deixemos para trás essas questões para podermos nos dedicar a assuntos novos daqui para frente. 2) Como prestação de contas da Administração, lembro que algumas promessas estão sendo cumpridas. A primeira é a questão da continuidade da Universidade. Todos devem ter percebido que todos os assuntos colocados em pauta representam a continuidade de assuntos que já vinham sendo discutidos anteriormente. Alguns tomaram rumos ou mudaram algo, mas o importante é que não foram deixados pelo caminho, foram elaborados e trazidos de uma forma coletiva para aprovação do Conselho. Isso prova duas coisas: aquela verdade de que as pessoas jurídicas continuam. É claro que as pessoas físicas que as dirigem modificam, mas as pessoas jurídicas continuam, e isso é

2901

2902

2903

2904 2905

2906

2907

2908

2909

2910

2911

2912

2913

2914

2915

2916

2917

2918

2919

2920

2921

2922

2923

2924

2925

2926

2927

2928

2929

2930

2931

2932

2933

2934

2935

2936

2937

2938

2939

2940

2941

2942

2943

2944

2945

2946

2947

2948

2949

importante. A continuidade não é obrigatória, entretanto, a falta de continuidade causa problemas de estagnação, às vezes, por períodos longos. Não existe, por parte desta Administração, nenhuma restrição a ninguém por ter feito parte desta ou daquela campanha, por ser do interior ou por ser da capital ou por ser ou não da área de humanidades. Tentamos, justamente, juntar todos nos consensos parciais. Isto é uma vitória de todos nós e mostra que em outros assuntos também podemos ter consensos parciais. Por outro lado, todos perceberam que os assuntos que foram trazidos hoje ao Conselho estão embasados dentro das Diretrizes que foram aprovadas pelo Co, tanto que ninguém levantou a questão. Nem todos concordam com as Diretrizes, mas elas foram aprovadas e os projetos que foram colocados em pauta foram calcados dentro delas. Gostaria apenas de falar da questão da continuidade para demonstrar que estamos fazendo, não só com relação aos projetos imateriais da Universidade, mas também os materiais - e não só a questão da continuidade, mas, também, da descentralização, que era um grande anseio de todos e que foi prometido por esta Administração. Com relação às questões materiais, todos verificarão logo que grande parte dos projetos que estão sendo realizados na Universidade são continuação de projetos passados, muitas vezes adaptados e trazidos ao tempo atual. Temos, pelo menos, dois projetos não da antiga Reitoria, mas da prévia - que estão sendo adaptados e colocados. Tudo para que exista menor ruptura e maior aproveitamento das coisas que foram feitas, porque o pior na Universidade não é o dinheiro, que também não é fácil, mas o tempo. E o tempo é algo que nunca volta, um ano perdido é perdido, dinheiro ainda podemos recobrar. É uma satisfação fazer essas colocações e parabenizar a todos, porque souberam colocar diferenças específicas de lado em prol de uma solução consensoada mínima. Esperamos que possamos, no início do ano, começar a atacar problemas fundamentais da Universidade, que é a questão da carreira dos funcionários técnicoadministrativos. Não se resolve todos os problemas com a carreira, mas pelo menos uma parte e precisamos fazer a qualquer custo. Termino dizendo da satisfação, não só do Professor Michel de Mahigues, com a questão do Navio, que parecia algo estratosférico, que sirva para mostrar que se a Universidade agir conjuntamente com a Unidade pode-se chegar a algo que julgamos impossível e muito mais rápido do que qualquer um dos projetos que os senhores votaram hoje." Ato seguinte passa-se às comunicações do Pró-Reitores. Cons. Vahan Agopyan: (apresentação) "Apresentarei os resultados finais da avaliação CAPES após a análise dos recursos, mostrando que aumentamos um pouco mais a nossa qualificação. Hoje, 3/4 dos nossos programas de pós-graduação têm notas 5, 6 e 7, destacando que 28% dos programas tiveram uma melhoria em seus conceitos. No gráfico apresentado ficou mais marcante a nossa tendência de aumentar o número de programas com notas 6 e 7, diminuindo nitidamente os programas com notas 3 e 4. Isso demonstra a responsabilidade que a USP está assumindo perante a comunidade acadêmica brasileira, uma vez que 1/3 dos programas com nota 7 e mais de 1/4 dos programas com nota 6 estão na USP. Este fato deixa bastante claro um ponto que levantei na reunião passada de que, para a USP, o nosso objetivo não pode ser conseguir a nota 7 da CAPES, mas conseguir excelência internacional, e as notas 6 e 7 da CAPES serem uma consequência disso. Foi distribuído a cada um dos senhores o resumo dos trabalhos que foram feitos no evento 'A USP Pensa a Avaliação de Pós-Graduação'. Destaco

2951

2952

2953

2954

2955 2956

2957

2958

2959

2960

2961

2962

2963

2964

2965

2966

2967 2968

2969

2970

2971

2972

2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981

2982

2983

2984

2985

2986

2987

2988

2989

2990

2991

2992

2993

2994

2995

2996

2997

2998

2999

que nas páginas finais há um resumo com uma série de tarefas para a Pró-Reitoria, para a USP em geral e para os programas. Coloco-me à disposição para esclarecer qualquer dúvida." Cons.ª Telma Maria T. Zorn: "Desejo a todos um feliz Natal e um excelente Novo Ano. Agradeço o apoio que este Colegiado tem me oferecido neste primeiro ano de gestão. Creio que algumas ações de ordem prática se concretizaram. Trabalhamos bastante em direção à reformulação e incentivo de cursos, inclusive, já anunciei aqui os resultados que obtivemos, sempre com a colaboração dos Diretores das Unidades, porque sem isso é impossível que a Pró-Reitoria de Graduação atue. Lançamos o Programa para Monitoria, que vai dar um forte impulso na aproximação dos atividades dos seus próprios cursos Concomitantemente, o Prof. Vahan aprovou, no último Conselho de Pós-Graduação, a permissão para que os alunos de pós-graduação vinculados ao PAE ministrem até 10% das aulas, com a supervisão dos professores. A maior proximidade desses alunos com as aulas de graduação vai possibilitar aos egressos da pós-graduação a aquisição de maior competência e interesse pelo ensino de graduação. Vai possibilitar que eles adquiram um treinamento importante para suas futuras atividades acadêmicas. Estamos desenvolvendo um importante projeto para ser lançado em 2011. Conforme todos viram quando da aprovação do Orçamento, a COP aprovou verba destinada ao nosso projeto para apoio à melhoria da infraestrutura para os ambientes de graduação. Embora focado particularmente nos cursos noturnos, o projeto não excluirá o apoio também a cursos diurnos. O projeto ainda deverá passar pela observação do CoG e pelas demais instâncias da universidade. Esse projeto é parte de nosso projeto de trabalho que, em conjunto com àqueles da gestão global, pretende oferecer apoio, particularmente aos cursos noturnos, onde sabemos que há mais dificuldade e onde a evasão se torna maior. Outra meta da Pró-reitoria de Graduação é incentivar a revisão curricular de todos os cursos e a auto-avaliação continuada, que consideramos ser essencial para que a USP consiga manter a qualidade conquistada ao longo de sua existência. Vimos que na pós-graduação há uma avaliação externa e queremos ter uma interna. Acredito que para a graduação, deva ser um compromisso nosso, a construção de critérios reais de avaliação, que possa nos dizer se estamos ou não progredindo, se nossos cursos estão ou não melhorando e. com isso poderemos observar onde nosso egresso está sendo inserido, qual a sua posição na sociedade e se a evasão está diminuindo, por exemplo. Esse conhecimento é também necessário para que possamos dispor de critérios concretos para valorizar as nossas atividades de graduação. Reitero meus votos de feliz Natal e que tenhamos muita paz no próximo ano." Cons. Marco Antonio Zago: "Logo encerraremos as inscrições ao nosso programa 'Estímulo ao Jovem Docente'. O nosso alvo são 887 docentes que foram contratados no período de 2008-2009-2010, deles já atendemos 503, ou seja, 56% dos docentes contratados nos três últimos anos submeteram um pedido de auxílio à FAPESP. Se serão bem sucedidos, não sei, mas com certeza isso é um grande progresso. No dia 29 foi lançado o Instituto de Estudos Europeus, que visa promover o conhecimento e o trabalho em colaboração de instituições acadêmicas, não acadêmicas e da sociedade em geral entre Brasil e países da União Europeia. Este programa é apoiado pela União Europeia, com cerca de 3 milhões de euros e inclui um consórcio de universidades brasileiras, capitaniadas pela USP. Além da USP, a UNICAMP, a UNESP,

3001

3002

3003

3004

3005 3006

3007

3008

3009 3010

3011

3012

3013

3014

3015

3016

3017 3018

3019

3020

3021 3022

3023

3024 3025

3026

3027

3028

3029

3030

3031

3032

3033

3034

3035

3036

3037

3038

3039

3040

3041 3042

3043

3044

3045 3046

3047

3048

Universidades Federais de Santa Catarina, de Goiás, de Minas Gerais, do Piauí e do Pará. Do lado europeu, a ENA – ÉcoleNationale d'Administration, a Universidade do Porto, a Université Libre de Bruxelles, a BrunelUniversity, de Londres, a Università La Sapienza, de Roma, KarlstadUniversity, na Suécia e a Universidade Livre de Berlim. O coordenador deste programa é o Prof. Moacyr Martucci, da Escola Politécnica. É com prazer que anuncio que foi aprovado e lançaremos a partir do próximo ano, as conferências USP, que objetivam que a USP reassuma parte da atividade de promover o debate e facilitar o diálogo nas diferentes áreas do conhecimento. Serão 10 conferências anuais, cada uma com 10 a 15 convidados de excelência, nas áreas de Medicina Translacional e Saúde Pública; Biologia Celular, Molecular e Sistêmica; Ciências Agrárias de Plantas e de Animais; Engenharia, Física, Astronomia e Matemática; Nanociência e Nanotecnologia, Química e Ciências da Terra; Ciências Políticas, Economia, Direito e Relações Internacionais; Ciências Sociais, Educação, Artes e Literatura; e Enfermagem, Odontologia, Educação Física e Medicina do Esporte. Para cada uma delas existe o financiamento específico para cada uma das conferências, garantidos para os próximos três anos. Em complemento, haverá anualmente uma conferência especial, promovida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, cujo tema mudará de ano para ano. Mas, para o próximo ano, em consonância com o que já foi discutido aqui, será a conferência da USP sobre o Mar. Agradeço a todos que colaboraram com a Pró-Reitoria de Pesquisa neste ano e deseio boas festas a todos." Cons.ª Maria Arminda do N. Arruda: (apresentação) "Tinha a idéia de apresentar as ações desenvolvidas e em curso pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária durante esses meses e apresentar diagnósticos, porém solicitarei que os slides sejam passados rapidamente, parando na página em que mostra a relação porcentual entre os projetos apoiados pelo Comitê e os aprovados no Gabinete. Temos, também, o percentual de verbas despendidas pelo Gabinete e pelo fomento resultante de avaliação de pares. Demonstro, aqui, que a média dos projetos apresentados e aprovados em 2010 supera a média dos anos de 2005-2009. Apresento outra iniciativa, que está em curso, que foi acordada em parceria com o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo. Conseguimos o patrocínio para realizar no Parque da Água Branca a encenação do tradicional autos nordestinos de Natal - que está em curso no momento e recebe grande afluência de público. Apresento o projeto 'Passaporte Cultural', que estamos construindo junto com a Coordenadoria do Campus. A idéia é que depois ele seia amplamente distribuído, inclusive nos aeroportos, para que as pessoas que chequem, não só ao campus da Capital e aos outros campi da USP, mas à cidade de São Paulo, tenham informações sobre as nossas atividades e instituições. Chamo a atenção para a iniciativa, que considero da mais alta importância, que foi a reunião do Conselho de Cultura e Extensão Universitária realizada no campus de Bauru. Agradeço, de público, ao Prof. José Carlos Pereira, seu Diretor, à Vice-Diretora, Prof.ª Maria Aparecida e, também, à nossa representante no CoCEx, Prof.ª Dionísia. Foi uma experiência muito interessante de descentralização, cumprindo o que havia prometido no programa que submeti a este Co. Lá foi lançado um programa importante, o 'USP Diversidade' e duas moções: uma de apoio à atual gestão e à Pró-Reitoria. Agradeço muito ao Prof. José Carlos Pereira e ao Prof. Luiz Fernando Pegoraro pela acolhida, enfim, tudo funcionou bem por causa desta recepção. Apresento a exposição que estamos organizando no Centro

3051

3052

3053

3054

3055 3056

3057

3058

3059

3060

3061 3062

3063 3064

3065

3066

3067 3068

3069

3070

3071 3072

3073

3074

3075

3076

3077

3078

3079

3080

3081

3082

3083

3084

3085

3086

3087

3088

3089

3090

3091 3092

3093

3094

3095

3096

3097

3098

3099

Universitário Maria Antonia em conjunto com os quatro Museus, sobre o acervo oriundo do Banco Santos. Estamos patrocinando junto com a Escola de Educação Física e Esporte, o 1º Encontro Brasileiro sobre Integridade e Ética na Pesquisa; é um encontro internacional que acontecerá na quarta-feira, isto é, amanhã. Apresento a seguir o conjunto de propostas para estabelecimento de parcerias, com o IPHAN. Finalmente, a criação do Prêmio Santander, na área de Ciências Humanas, chamado Prêmio Ortega y Gasset. O nome do prêmio não foi casual, já que Ortega foi um grande intelectual do século XX e que tem importância no pensamento brasileiro até hoje. Quanto à avaliação institucional, não vou me demorar, porque há um conjunto de atividades atendidas. Agradeco a todos deste Conselho e ao Conselho de Cultura e Extensão Universitária pelo apoio. Deseio a todos ótimas festas e um ano novo muito bom." A seguir, passa-se à palavra aos Senhores Conselheiros. Cons. Sylvio B. Sawaya: "Faço, neste momento, aproximadamente 7 anos de presença neste Conselho e é um momento de glória, de muita felicidade. Neste Conselho pude participar, nos últimos anos, da criação da USP Leste, que considero um elemento importante na história da USP e que terá consequências futuras. Inclusive, pude contribuir profissionalmente na minha área de saber, que é Arquitetura e acompanhar as discussões sobre humanidades sem departamentos, que me parece uma grande perspectiva a ser estudada e aprofundada. Posteriormente, como Diretor da FAU, acompanhei os memoráveis acontecimentos, os embates, as disputas que sobrevieram, invasões, choques, bombas. Participamos acalouradamente de muitas discussões e no ano passado lancei-me candidato a Reitor. Aliás, quero fazer uma defesa da possibilidade de ser auto-candidato. A crítica a quem se auto-candidata é errada, eu acho absolutamente certo. E fiz isso propositadamente por duas razões: primeiro, porque queria falar o que acho e era uma boa oportunidade e, segundo, porque queria, nesse movimento, manter uma posição de apoio ao Prof. João Grandino. Nesse momento posso falar isso com clareza, porque meu papel institucional é pequeno. Estou próximo da minha sétima década e, também, de poder ver a Universidade de uma outra forma. E acho importante os ares que têm permeado essa Universidade. Penso que neste momento há uma coesão de equipes e, acima de tudo, uma proposta de atualização e de presença da Universidade no mundo muito interessante, além da idéia de se quebrar vários paradigmas e ultrapassar barreiras. Acho que devemos aproveitar esse momento como Universidade. Este momento é feliz, alegre e nada choroso, porque a participação neste Conselho é uma escola. Poder estar agui, fazer amigos e poder viver intensamente a discussão na Universidade é um privilégio. E aceitar a condição passageira da vida pessoal com satisfação, isso faz parte da vida, mas aceitar também a sociedade; a comunidade organizada no decorrer do tempo é capaz de se instituir, estabelecer-se e gerar instituições com largo espectro de tempo. E nossa jovem Universidade, apenas com 75 anos, só um décimo dos 800 anos das velhas universidades européias, já demonstra esse fôlego, esse vigor e parece-me um privilégio poder participar dessas discussões. Sobretudo, o que me parece interessante é que nesse fórum, com todas as dificuldades de representação e todas as críticas, a Universidade é, de fato, colocada como o centro irradiador e de acumulação do conhecimento. É o centro de abrir-se para a sociedade, trazendo esse manancial incrível que a cultura nos permite e que o conhecimento tecnológico nos dá. Por tudo isso,

3101

3102

3103

3104

3105 3106

3107

3108

3109

3110

3111

3112

3113

3114

3115

3116

3117

3118

3119

3120

3121

3122

3123

3124

3125

3126

3127

3128 3129

3130

3131

3132

3133

3134

3135

3136

3137

3138

3139

3140 3141

3142

3143

3144

3145

3146

3147

3148

3149

gostaria de agradecer a todos a possibilidade de estar aqui presente, queria cumprimentar todos os colegas que estão continuando este trabalho e desejar ao Prof. Grandino e toda a sua equipe o maior sucesso nessa fase intrépida que acredito que estamos. Não posso deixar de fazer uma referência ao Governador José Serra, que nos deu tanto trabalho no início de 2007 e que para conseguir brigar com seus Decretos e ao mesmo tempo estar ao seu lado foi difícil, foi uma atividade ousada, inesperada e ultrapassada com o esforço de todos. Havia um esforço interno nosso de conseguir ultrapassar esta situação, houve um movimento sindical, entre outros, que atropelou, mas o importante é que este Governador pode rever suas posições e continuamos este trabalho. Por último, gostaria de lembrar um tema de campanha que vamos discutir em breve. Acho que a Universidade é formada por estudantes. sem eles não há universidade e fundamentalmente ela está voltada para eles. Ela é formada por um corpo de professores, que não se justifica pelo seu status de professor, mas pelo serviço que presta; e por funcionários dedicados. E sinto que a carreira universitária que vamos discutir coloca uma questão fundamental que tratamos no debate da eleição: a USP tem que ser uma escola de formação profissional de seus funcionários, tem que criar o orgulho de ser funcionário da USP, tem que ser capaz de formar funcionários que, pela sua capacidade, vão ser disputados pelo mercado, tem que ter nos seus funcionários elementos participantes que adiram às suas perspectivas, às suas vontades e não simplesmente ter funcionários como um mal necessário que ficamos aturando. Como via de regra, aparece, seja nas disputas salariais, seja no próprio trato diário, mas penso que eles são parte integrante e junto com estudantes e professores formamos uma grande comunidade. Tenho tido o privilégio de participar desta comunidade e agradeço." Cons.ª Sandra Margarida Nitrini: "O que me traz aqui neste momento diz respeito ao falecimento de um aluno da FFLCH, Samuel de Souza, que causou grande comoção na Faculdade. Uma das questões fundamentais que provocaram esta comoção foi o fato do corpo do estudante ficar durante horas esperando a chegada do carro do IML. Tivemos uma discussão a esse respeito na Congregação e gostaria de dizer que no momento em que percebi esta comoção fui atrás de informações, por parte da Reitoria. Gostaria de fazer um testemunho de como a Reitoria foi pronta em me fornecer todas as informações, porque havia muitas informações incertas. Ao mesmo tempo em que dou o testemunho, gostaria de fazer um apelo. Tive informações concretas, fornecidas pelo Superintendente do HU, Prof. Dr. Paulo Lotuffo e pelo Coordenador do Campus, Prof. Dr. José Sidnei Colombo Martini, inclusive com dados fornecidos pelo Chefe da Segurança da USP, Sr. Penna. Estas informações foram muito importantes, porque pude divulgar na Faculdade e colaborar um pouco para uma compreensão maior do que havia ocorrido. Nessas conversas com o Prof. Sidnei, por telefone, este me falou algo que bateu muito com as preocupações dos meus colegas na Congregação e que compartilho aqui: que deste fato triste e lamentável, se não caberia à USP pensar em ter um serviço especial de resgate, dada a dimensão da nossa Cidade Universitária. Não pude deixar de trazer este assunto, porque é recente e, também, porque é um apelo da minha Unidade." M. Reitor: "A Mesa não pretende responder às questões hoje, vamos continuar com o procedimento de anotar, verificar com mais cuidado e responder o mais rápido possível. Entretanto, com referência a esta questão, é importante colocar que o ocorrido

3151

3152

3153

3154

3155 3156

3157

3158

3159

3160

3161

3162

3163

3164

3165

3166

3167 3168

3169

3170

3171

3172

3173

3174

3175

3176 3177

3178

3179

3180

3181

3182 3183

3184 3185

3186

3187

3188

3189

3190

3191 3192

3193

3194

3195

3196

3197

3198

3199

foi algo doloroso para todos nós e, embora as informações que a Professora recebeu tenham sido, em princípio, satisfatórias, achei que foi muito conveniente a figura do Coordenador de Saúde, que é uma figura nova como Coordenadoria dentro da USP e que visa não só melhorar esses aspectos extraordinários, como vimos, mas, também, os extraordinários da questão da saúde das pessoas que vivem na USP, inclusive plano de saúde. Fato é que para as coisas ficarem mais esclarecidas, públicas e objetivas, ele instaurou uma sindicância para observação. É interessante observar que no Brasil parece que só se faz sindicância quando se tem certeza do mal feito, quando na realidade, não é esse o objetivo. O objetivo é apurar os fatos de uma forma sistemática, pública e que fique documentado. Isto é sindicância e não a condenação prévia, como muitos acham que seja. Serão dadas novas colocações a respeito deste assunto e a própria sindicância vai aflorar questões que precisam ser melhoradas. A sugestão que a Prof.ª Sandra levantou é interessante e foi feita, também, por uma pessoa que escreveu na 'Carta do Leitor', do jornal Folha de São Paulo. Ela faz duas sugestões e uma dessa é que pudéssemos vir a ter um posto do Corpo de Bombeiros. Não entendo desta questão, não há nada decidido, vamos conversar a respeito, mas é praticamente aquilo que a Diretora da FFLCH acaba de sugerir, que tenhamos resgate específico para estas questões. Há, também, outras questões problemáticas que discutiremos sobre questão de segurança, que talvez sejam colocadas ainda hoje, que não são tão dolorosas como esta, mas que poderiam ser, e só não foram porque a previdência, a sorte ou o destino fizeram com que essas questões que aconteceram no Campus nas últimas semanas não acabassem mal. Esta não é a resposta definitiva da Mesa, este assunto permanecerá, apenas quis fazer esta colocação. Com relação às demais questões que, eventualmente, sejam colocadas, vamos responder posteriormente, consultando as partes, para termos algo mais estruturado." Cons. Renato Janine Ribeiro: "Creio que a Prof.ª Sandra e o Magnífico Reitor já esgotaram o aspecto objetivo e prospectivo deste assunto. Peço que me permitam apenas tocar neste assunto pelo lado pessoal. O falecido Samuel de Souza foi meu aluno no semestre anterior, tivemos uma grande proximidade, foi um excelente aluno e não queria deixar de fazer este registro para todos. Ele passou por muitas dificuldades, era pastor anglicano e depois de conflitos com a igreja ele deixou-a e lamento que ele tenha sucumbido aos seus tormentos e dificuldades. Gostaria, rapidamente, de lembrar um pequeno trecho do poema de Mário Faustino que me marcou muito na juventude: 'Não conseguiu firmar o nobre pacto entre o cosmos sangrento e a alma pura (...)'. Salto o verso 'Tanta violência', que acho que não se aplica, mas pego o último verso '(...) mas tanta ternura'. Queria fazer essa homenagem ao Samuel e, também, fazer dois comentários que saem do lado pessoal, são comentários objetivos, além de manifestar que sentiremos saudades do Professor Sylvio Sawaya nesta Casa. Sobre a Pós-Graduação, é ótimo que a USP esteja conseguindo este êxito, mas sempre me preocupo quando vejo que há 20 anos atrás titulávamos 800 doutores no Brasil e hoje passamos de 10 mil. E é claro que os 10 mil de hoje não têm a qualidade média dos 800 de 20 anos atrás. E o que fazer com isto? É uma questão que tenho colocado há vários anos, estou em uma Comissão instituída pelo Prof. Vahan para discutir isto. A resposta que tenho ouvido é que se destes 10 mil, 500 forem muito bons já está bom. Mas não acho suficiente. Penso que não podemos esperar que 10 mil doutores

3201

3202

3203

3204

3205

3206

3207

3208

3209 3210

3211

3212 3213

3214

3215

3216

3217

3218

3219

3220

3221

3222

3223

3224

3225

3226

3227

3228

3229 3230

3231

3232

3233

3234

3235

3236

3237

3238

3239

3240 3241

3242

3243

3244

3245

3246

3247

3248

3249

sejam muito bons, mas podemos esperar uma ampliação, que não figuemos apenas com 500 muito bons. Acho que em função desta proporção enorme, a USP tem uma grande responsabilidade, pois titulamos 22 ou 23% dos doutores no Brasil, mas respondemos por 1/3 dos cursos 7 e 1/4 dos cursos 6 e isso não é pouca coisa, é muita responsabilidade, que deve que ser conduzida no sentido de garantir que as teses de doutorado tenham, efetivamente, qualidade; lamento constatar que elas têm decaído. Há cada vez mais teses que são ajustes de contas com a bibliografia ou que são parte de um trabalho mais amplo de alguém, mas que não representam o ato de maioridade. Diria que quem termina uma tese se torna maior de idade e muitas teses, até da Livre Docência, vejo que continuam sobre tutela. Acho que temos que mudar isto. O último comentário diz respeito à Graduação e é algo que tem me preocupado bastante também. Acho que a única coisa boa na reforma universitária da ditadura, em 1970, foi a idéia de que quem entrasse na USP seriam alunos da USP e não da universidade da carreira 'tal'. Isso jamais vingou, nunca aconteceu e abrimos mão dessa idéia de que uma pessoa é aluno da USP por ela circula. Estamos muito atrás, em um sistema básico norte-americano, por exemplo, que é de se circular pela Universidade, de ter uma formação in major traminor. O Prof. Alaor, um dos maiores físicos do Brasil, contava-me sobre um físico da UFMG que tem a Major em Física e Minor em Sânscrito, o que, certamente, cria para ele ligações que são fora do usual para nós. Vimos hoje uma discussão sobre a pertinência de uma graduação em Biomédicas e continuamos pensando, muitas vezes, no sentido de estabelecer fronteiras e limites, quando as universidades que têm maior impacto procuram dar formação. E ao dar formação, procuram imergir as pessoas em cultura e em ciência. Não estou falando das duas culturas do snow, estou falando cultura no sentido mais amplo e ciência no sentido da pesquisa e da criação. Parece-me que isto está faltando. Há dez anos atrás os Pró-Reitores pediram que eu criasse um curso interdisciplinar de graduação em humanidades. Sucumbiu a política de sucessão na Universidade e fico contente em saber que o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Naomar e o criador da Universidade do ABC, o Prof. Bevilacqua, inspiraram-se tanto neste projeto. Mas o que queria dizer é algo que ouvi em uma reunião pública do Conselho Nacional de Educação, em que o Presidente do CNE à época, Prof. Edson Nunes, comentou que o curso universitário cujos egressos têm o maior porcentual de exercício da profissão em que foram formados é o de Medicina, que teria 67% dos formados em Medicina. Assim como o Dr. Antonio Carlos Magalhães – que à época ainda estava vivo - fazia parte deste terço que não exercia a Medicina e, também tínhamos um governador - que volta agora a dirigir o Estado no próximo ano – que também não exerceu, creio que algumas pessoas também se destaquem muito não exercendo a profissão. Mas se imaginarmos que um dos cursos mais difíceis que existe na Universidade estabelece e tem 1/3 de egressos que não exerce, é preocupante. Se pensarmos que os dados relativos à Administração, Professorado e Direito estavam na faixa dos 20% que exercem a profissão para o qual se formaram, então a questão é muito preocupante. Temos que continuar pensando em formações que estão articuladas, de alguma forma, com direito de exercício de uma profissão, quando um número dos formados não vai exercer esta profissão? Quando vemos tantos engenheiros que vão ser extraordinários gerentes de bancos ou gestores em outras áreas, mas não

3251

3252

3253

3254

3255

3256

3257

3258

3259

3260

3261

3262

3263

3264

3265

3266

3267

3268

3269

3270

3271

3272

3273

3274

3275

3276

3277

3278

3279

3280

3281

3282

3283

3284

3285

3286

3287

3288

3289

3290

3291

3292

3293

3294

3295

3296

3297

3298

3299

necessariamente utilizando nisso o raciocínio que aprenderam em Engenharia, como vejo em Filosofia também. Acho que deveríamos tentar um salto mais radical no que diz respeito à graduação. Gostaria que esta guestão fosse discutida pela Universidade." M. Reitor: "Com relação ao aluno Samuel de Souza, proponho que o Conselho Universitário aprove uma Moção de pesar e solidariedade para ser enviada à família. Sabemos que isso não resolve o sofrimento, mas daria um conforto, que é o único possível no momento." Palmas. A proposta de envio da Moção de pesar e solidariedade à família do aluno falecido Samuel de Souza é aprovada, por aclamação. Cons.ª Emma Otta: "Ao mesmo tempo em que venho desejar a todos boas festas, neste último Conselho, lanco um desafio a gestão atual para que, no próximo ano, a questão da segurança seja prioridade na Universidade. Passo ao relato de dois casos que ocorreram no Instituto de Psicologia, pois a partir deles poderemos refletir mais amplamente sobre o problema. No dia 07 de dezembro, uma docente do Instituto de Psicologia chegou ao trabalho, foi abordada por duas pessoas, passando por um sequestro relâmpago, tendo sido levada a uma rua que fica entre a ECA e o IP. Nesse momento, a docente ficou sob a mira de um revólver durante uma hora e meia, enquanto outra pessoa retirou dinheiro do caixa eletrônico. Menos de vinte e quatro horas depois desse episódio, uma aluna de doutorado que estava a caminho da defesa de sua tese, no IP e estava com a família na lanchonete do Instituto, foi abordada também por pessoas armadas que levaram dois notebooks e o dinheiro que estava na carteira das pessoas. Imaginem como essa aluna foi defender sua tese. Há outros episódios e não prosseguirei nos relatos, contudo, gostaria de entregar o conjunto desse relato para a assessoria da Secretaria Geral para exame. Mesmo sem ser uma especialista em seguranca. tenho a impressão que comparando os episódios que aconteceram ao longo deste ano, nota-se uma diferença, qual seja, mudou o perfil do crime. Antes, o roubo de estepe ou até de carro não envolvia o contato com o ladrão, agora pode-se notar o aumento de audácia e um confronto direto com as vítimas, que estão sendo abordadas a mão armada. Entrei em contato, durante essa semana, com o Prof. Grandino e com sua assessoria, na pessoa do Prof. Sidney, Coordenador do Campus e já conversamos a esse respeito, mas expresso as preocupações dos meus professores, alunos e funcionários, que vêm trabalhar com receio, não só durante a semana, como também no final de semana, pois há aqueles que vêm ao Campus para realizar seus experimentos e alimentar seus animais, uma vez que temos esse tipo de pesquisa. Assim, lanço esse desafio, expressando minha preocupação e conclamando a todos para que cheguemos a uma solução." M. Reitor: "Estudaremos em conjunto uma solução." Cons. Flávio Ulhoa Coelho: "Comunico que ao longo dessas duas últimas semanas alguns alunos do IME receberam vários prêmios. Tivemos duas alunas de graduação premiadas com medalha de ouro e de prata no Simpósio de Iniciação Científica no Rio de Janeiro, uma coisa bastante significativa para gente, um aluno de bacharelado em Computação e outro da Licenciatura. Outro prêmio que nos agradou muito e nos deu muita satisfação, foi o de melhor tese em Inteligência Artificial, que foi dado pela Sociedade Brasileira de Computação, para a aluna Karina Delgado, que é orientada pela Prof.ª Liliane, sendo que esta é bicampeã nessa categoria, tendo orientado a tese que ganhou esse prêmio no ano passado. Além de termos recebido duas menções honrosas no Prêmio CAPES de Teses 2009,

3301

3302

3303

3304

3305 3306

3307

3308

3309 3310

3311

3312

3313

3314

3315

3316

3317 3318

3319

3320

3321

3322 3323

3324

3325

3326

3327

3328

3329

3330

3331

3332

3333

3334

3335

3336

3337

3338

3339

3340

3341 3342

3343

3344

3345

3346

3347

3348

3349

pelas teses de doutorado em Ciência da Computação e em Estatística, o que é muito gratificante. Em relação ao que foi relatado pela Prof.ª Emma, o Instituto de Matemática e Estatística também foi assaltado na semana passada. Dois indivíduos entraram no Instituto, subiram até o primeiro andar, onde fica a tesouraria e, armados, renderam a tesoureira e roubaram um valor pequeno, mas que causou um trauma muito grande para a Seção. Crimes dessa natureza têm mudado de patamar. Algumas vezes, desaparecem objetos, como livros da biblioteca, mas não existe confronto, mas desta vez houve o confronto. Já fazia mais de cinco ou seis anos que não acontecia algo violento, sendo que a última vez envolveu os caixas eletrônicos que havia na Unidade, porém não ocorreu o confronto direto entre os ladrões e a comunidade. Cria-se a expectativa de que na tesouraria terá dinheiro e no IME isso não é verdade. Na tesouraria, temos apenas trocados, como fichas para café e reprografia, o movimento do dinheiro é feito por meio de cheques e ordens de pagamento. Assim há um desconhecimento do que está acontecendo dentro do IME e que levou a uma interpretação errada de que ali deveria haver uma quantia grande de dinheiro. Ficamos sabendo que o carro utilizado no roubo foi abandonado e imagens dos bandidos correndo indicam que são cinco pessoas envolvidas nesse assalto, onde roubaram menos de mil reais, ou seja, uma noção errônea dos bandidos do que acontece no Instituto. Isso nos preocupa. Podem achar que temos dinheiro, ainda mais depois desse aumento dado pela COP. Foi bastante traumática essa história e gostaria de agradecer o apoio da Reitoria, tanto da guarda universitária quanto da segurança institucional, que foram bastante ágeis em dar suporte ao pessoal, pois não estava presente no Instituto naquele momento. Faço meus os apelos da Prof.ª Emma para que pensemos mais seriamente nessa questão, uma vez que o patamar da violência dentro da Universidade está mudando. Faço esse relato com o objetivo de buscar soluções para que isso não se torne uma restrição ao nosso trabalho e ao nosso cotidiano. Não será fácil e não depende apenas do nosso empenho, pois envolve a sociedade, mas podemos encontrar soluções que ajudem localmente. Desejo a todos um ótimo Natal e 2011." M. Reitor: "Se houver mais algum relato como esse, peço que seja deixado para o próximo Co." Cons. Euclides Ayres de Castilho: "Para fins de registro, dois docentes da Faculdade de Medicina integrarão o quadro de secretários do próximo governo do Estado de São Paulo, a saber, o Prof. Giovanni Guido Cerri, que será Secretário de Saúde e a Prof.ª Linamara Rizzo Battistella, que continuará a responder pela Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Enquanto baiano e nessa fase de fim de ano, como disse a lalorixá na posse do M. Reitor, Axé! Cons. Michel Michaelovitch de Mahigues: "Tenho uma dificuldade enorme de falar sobre esse tema sem começar a chorar, mas farei um esforço. Faço parte do grupo do Prof. Colombo e quero fazer alguns comentários sobre o navio oceanográfico, do qual recebi notícia ontem sobre a aprovação da FAPESP. Esse navio que deverá ser entregue o ano que vem, é um navio oceanográfico com sessenta e quatro metros de comprimento, deslocamento de novecentos e setenta e duas toneladas, comporta vinte pesquisadores pelo menos, virá com equipamentos modernos dos quais não dispúnhamos anteriormente. Possui, também, uma autonomia de setenta dias, em detrimento dos quinze dias atuais do Professor Besnard que, inclusive, nos permite atravessar o Oceano Atlântico, isto é, fazer uma viagem transatlântica. Fomos até procurados pela MCT para um programa internacional. Nesse

3351

3352

3353

3354

3355

3356

3357

3358

3359

3360

3361

3362

3363

3364

3365

3366

3367 3368

3369

3370

3371

3372

3373

3374

3375

3376

3377

3378

3379

3380

3381

3382

3383

3384

3385

3386

3387

3388

3389

3390

3391

3392

3393

3394

3395

3396

3397

3398

3399

sentido, a vinda do navio faz parte de um programa tremendamente importante de recuperação da frotilha da Universidade de São Paulo. Já obtivemos recurso do Pró-Infra para compra de um barco oceanográfico e estamos fazendo um grande esforço para substituição de outro barco. De forma que agradeco profundamente ao Prof. João Grandino Rodas, por acreditar - que é o mais importante -, por sua palavra empenhada, por sua agilidade e eficiência, por nos colocar de volta na história da Oceanografia no Brasil, por fazer parte da Oceanografia do Brasil, por fazer história na Oceanografia do Brasil. Deixo, também, registrado o mais profundo agradecimento à FAPESP, na pessoa do Prof. Celso Lafer, pessoa do Prof. Carlos Henrique de Brito Cruz e na pessoa do Prof. Engler, muito obrigado pelo apoio. Também estamos fazendo esforços no sentido de obtermos, por comodato, um armazém no centro histórico de Santos, participando do programa de revitalização 'Alegra Santos', para que a Universidade de São Paulo se faça presente na baixada santista. Em nome não apenas da comunidade do Instituto Oceanográfico, mas também da comunidade oceanográfica do Brasil, meus mais sinceros agradecimentos ao Prof. João Grandino Rodas." Cons. Marcello Ferreira dos Santos: "Em meu nome e de meus colegas funcionários, manifesto nossos sentimentos de pesar e de lamentação pelo que ocorreu com o estudante Samuel de Souza, inclusive pelo fato de uma das primeiras pessoas a chegar ao local ter sido um funcionário, que acionou a Guarda Universitária e o Hospital Universitário. Nosso sentimento de pesar também se dá por conta da falta de um pronto atendimento médico que pudesse averiguar a situação de saúde desse estudante e no sentido de que poderia ter ocorrido com qualquer outra pessoa. Contudo, quando se trata de um estudante do CRUSP, negro, nordestino, o ocorrido serve de alerta ao tratamento dado aos estudantes, principalmente aos de menor renda, dentro da Universidade. Levanto, também, outra questão que já foi exposta, mas para a qual não foi dada a devida importância, isto é, o tratamento que vem recebendo alguns estudantes, principalmente, moradores do CRUSP, que por conta de levar a frente suas reivindicações com relação à moradia e à permanência estudantil, correm o risco de ser eliminados da Universidade. Parece-nos um contra-senso se colocar e fazer parte do Estatuto da Universidade a tolerância com diversas formas de pensamento e posições diferentes e, obviamente, com a necessidade, reconhecida pelos próprios Conselheiros, de se ampliar a política de permanência estudantil e moradia, esses estudantes serem punidos por conta disso. Isso não é uma defesa feita apenas pelos funcionários da Universidade, que nas assembléias e materiais informativos têm manifestado o seu repúdio pela forma como os estudantes estão sendo tratados pela Administração da Universidade. Também sabemos que isso é parte de uma ampla defesa, por parte dos estudantes e, inclusive, professores dessa mesma Universidade e de outras, que se manifestaram a pouco tempo em um ato que reuniu mais de 400 pessoas na Faculdade de História. Assim como esses estudantes do CRUSP, outros estudantes que na ocasião também se indignaram com o posicionamento bastante inoportuno para dizer o mínimo do nosso Governador José Serra - ao tentar aprovar os decretos, aqueles mesmos estudantes que estavam contra esse tipo de medida, que feria um dos pilares defendido nessa Universidade durante anos, que é sua autonomia financeira e administrativa, também por levar a frente essa luta em defesa da autonomia, correm o risco de ser expulsos da Universidade. Alguns desses estudantes já se formaram e correm o risco de ter

3401

3402

3403

3404

3405

3406

3407

3408

3409

3410

3411

3412

3413

3414

3415

3416

3417

3418

3419

3420

3421

3422

3423 3424

3425

3426

3427

3428

3429

3430

3431

3432

3433

3434

3435

3436

3437

3438

3439

3440

3441

3442 3443

3444

3445

3446 3447

3448

3449

um prejuízo na sua vida profissional e pessoal por conta da defesa da Universidade. Assim, manifestamos nessa oportunidade nosso desacordo. E, em se tratando da defesa da autonomia e contra os decretos, é importante lembrar que parte importante e fundamental deles terem sido revogados, assim como outras medidas, que na nossa avaliação ferem ao conteúdo da Universidade pública, gratuita e de qualidade, foram feitos a partir da greve dos servidores e dos estudantes, com a participação muito importante, naquele momento, de professores dessa Universidade. Na época, esses professores se manifestaram por meio da ADUSP com relação aos decretos e estão vindo novamente a público manifestar a sua discordância e repúdio quanto a repressão desses estudantes. Aproveito para apontar que em outra reunião do Conselho Universitário fiz uma intervenção solicitando e abrindo essa reflexão com os Conselheiros sobre a situação de vida e de trabalho dos seus funcionários técnico-administrativos, que vem sendo tratados como um mal necessário a esta Universidade e não como um de seus principais patrimônios. Isso se dá não só pelas medidas repressivas que têm sido tomadas contra alguns funcionários, mas, também, pela própria forma de permanência das condições de trabalho que algumas áreas dessa Universidade mantêm. Sabemos que aqui dentro há médicos, fisioterapeutas, há inclusive o projeto de criação do curso de Saúde Pública, onde um dos trechos é dedicado à saúde do trabalho, porém enfrentamos muita dificuldade quando tentamos tratar dessa questão. Por exemplo: trabalho na Coordenadoria de Assistência Social. onde somos obrigados, por nossas funções, a executar trabalhos repetitivos e que exigem um esforço físico absurdo, uma situação extenuante de trabalho, que acaba levando ao adoecimento físico e psicológico desses funcionários e os trabalhadores terceirizados, que vivem em situação ainda pior. Alguns estudantes e os próprios funcionários já puderam presenciar situações absurdas das condições de trabalho dos terceirizados, tanto em relação aos salários, que muitas vezes são inferiores a quinhentos reais, quanto em relação ao ambiente de trabalho insalubre e de estrutura deficitária, como o caso de um funcionário que chegou a desmaiar no sanitário por utilizar produto de limpeza em altas dosagens, não tendo sido orientado para o uso desses produtos por sua chefia imediata. Sem falar na questão da segurança, que para além das medidas que foram solicitadas pelos professores, estamos vivendo em um país em que a violência urbana é bastante presente. Vimos nos últimos dias o que tem tomado as páginas dos jornais, fatos ocorridos no Rio de Janeiro, com as Unidades de Polícia Pacificadora, onde alguns especialistas chamaram a atenção quanto à ineficácia da presença da polícia e dos equipamentos de segurança sem a reflexão profunda das causas que levam a conflitos sociais nas favelas, também, aproveitando o tema dentro da própria Universidade. Sem refletir profundamente sobre as questões que trazemos até este Conselho, que parecem enfadonhas, futuramente acabam cobrando seu preço no cotidiano da Universidade. Assim, com relação à segurança e à desigualdade social, a Universidade tem arcabouço teórico e profissionais que permitiriam a este Conselho aprofundar essa discussão. E espero que quando se tratar da questão da violência, que o único ponto a se discutir não seja somente o aparato de segurança e de repressão." Cons. Paulo Dimas da Silveira Tauyr: "O Cons. Marcelo já tratou em grande parte do ponto que pretendia explorar, a saber, a questão dos estudantes processados. Contudo. enfatizo alguns elementos que acredito serem importantes, tanto porque

3451

3452

3453

3454

3455

3456

3457

3458

3459

3460

3461

3462

3463

3464

3465

3466

3467 3468

3469

3470

3471

3472

3473

3474 3475

3476

3477

3478

3479

3480

3481

3482

3483

3484

3485

3486

3487

3488

3489

3490

3491

3492

3493

3494

3495

3496

3497

3498

3499

tivemos uma reunião produtiva no dia de hoje e a Universidade encontra-se aparentemente em um clima de consenso, porém não podemos encarar com normalidade que certas coisas acontecem ao mesmo tempo em que esse espírito de normalidade parece estar vigente. É muito perigoso que se encare certos processos como normais e é nesse sentido que coloco a questão dos estudantes que estão sendo processados. Não é possível, nesse momento, discutir a questão em sua totalidade, mas é fato que o processo se deu de maneira bastante obscura e acelerada e causou bastante receio entre esses estudantes que correm o risco de serem expulsos ou punidos. Imaginem os Senhores como esses estudantes estão encarando esse momento de férias e de final de ano, que deveria ser uma época de felicidade, nessa situação de risco de expulsão, a partir de um processo questionável. Assim, se a Universidade quer viver em normalidade, se quer que reine o espírito de debate, que ela pratique isso em todo o seu aspecto e não toque processos de maneira controversa, de um lado baseado em medidas, regimentos e determinações, algumas da época da ditadura militar, e que ainda estão nos regulamentos da USP e que isso passe batido. Isso não pode acontecer, não pode ser encarado como normal. Não podemos esquecer que a Universidade é o lugar da divergência, do contraditório, o lugar onde as questões podem ser colocadas em público, podem ser questionadas, podem e devem ser debatidas, porque se começamos a entender que isso não é possível aqui, como podemos esperar que na sociedade teremos algum espaço para a democracia? A partir da organização das entidades, como DCE, ADUSP e SINTUSP, está se buscando formas de defesa dos estudantes, tanto jurídicas, quanto políticas, através do contato com professores de renomado conhecimento público para procurar a Reitoria e para que essa questão possa ser resolvida no seu devido âmbito, que não o da punição e da repressão, mas no âmbito político, de se chegar a uma solução que não precise ser a da violência contra os estudantes." Cons. Francisco de Melo Viríssimo: "Gostaria de expressar minha concordância com as palavras dos Conselheiros Marcelo e Paulo sobre a questão dos estudantes e a questão dos trabalhadores, que não acompanho com tanto afinco, mas que pelo pouco que acompanho acredito que confere com as informações passadas. Inclusive, a minha manifestação se refere a um item que envolve os funcionários terceirizados. Passo diariamente pela passagem de pedestres da Vila Indiana e o que passo a expor agora faço, também, em nome desses funcionários. Foi uma solicitação deles que não poderia deixar de atender e os Senhores entenderão o motivo. Passo por lá todos os dias e em uma ocasião precisei utilizar o banheiro e pedi permissão para tal. Em tom de ironia, um dos funcionários me aconselhou a tomar cuidado para 'não morrer ali dentro', pois as condições do lugar são deploráveis, não há seguer descarga no sanitário. não há produtos de limpeza para manutenção do banheiro e quando é necessário fazer a limpeza são eles mesmos que a fazem, não havendo pessoal contratado para isso. Desta forma, trata-se de funcionários que trabalham em condições desumanas - pelo menos do meu ponto de vista, que venho do interior de Minas Gerais, onde não há todo o aparato e infraestrututra da grande São Paulo - e, no entanto, lá essa situação já seria repudiável, imagine aqui. Além de outras coisas que foram relatadas pelos trabalhadores, como por exemplo, que não há um filtro ou bebedouro para beber água, não há vestiário, por isso eles têm que se trocar do lado de fora, não há lugar para

3501

3502

3503

3504

3505 3506

3507

3508

3509 3510

3511

3512

3513

3514

3515

3516

3517 3518

3519

3520

3521

3522 3523

3524

3525

3526

3527

3528

3529

3530

3531

3532

3533

3534

3535

3536

3537

3538

3539

3540

3541 3542

3543

3544

3545

3546

3547

3548 3549

esquentar o alimento, muitos trabalham em horários que possuem intersecção com horário de almoço ou jantar, sendo forçados a fazer sua refeição no local de trabalho sem que haja local adequado para isso, tendo que comer seu alimento frio. È imprescindível que alguma medida seja tomada a respeito. Os funcionários disseram que relataram isso a Coordenadoria do Campus e quando passei no local ontem as condições ainda eram as mesmas de um mês atrás, o que me leva a concluir que nada tenha sido feito até hoje. Coloco essa questão para que seja tomada alguma medida, para que seja discutido. Não quero questionar se há condições semelhantes em outros lugares, mas que fosse verificado se há essa demanda por parte de outros funcionários e outros locais, para que saibamos se isso se trata de um caso isolado. Aproveito para desejar boas festas a todos e um ótimo Ano Novo." Cons. Dário Ferreira Souza Neto: "Pedi para fazer um aparte em relação a fala do Cons. Paulo, pois penso tratar-se de uma questão mais objetiva em relação aos processos, em específico a dos moradores do CRUSP. Houve uma assembléia que culminou no processo de ocupação e algumas das pessoas que estão sendo processadas estiveram presentes nessa assembléia, não se posicionaram, necessariamente, a favor da ocupação, sendo que algumas se retiraram. E essas pessoas só foram indicadas para o processo - inclusive uma moradora que só estava lá fazendo um registro como jornalista para seu curso, ou seja, apenas acompanhando o processo - porque foram reconhecidas por um funcionário que anotou o nome daqueles que conhecia e o processo se deu a partir daí. Minha preocupação e interesse em esclarecer isso se dá, porque uma das minhas insistências em todo meu histórico no movimento é de incentivar que os estudantes participem, principalmente, os moradores do CRUSP, no que se refere à política estudantil. Tenho visto que vários diretores. vários pró-reitores têm manifestado também esse interesse de participação mais ativa do corpo estudantil. Nesse contexto, esse processo contraria essa visão, pois o que acontece é que se esse processo der cabo, ficarei receoso, assim como qualquer morador, de participar de assembléias, porque posso participar, independentemente de qual seja minha posição e amanhã ou depois posso receber uma ordem judicial. Essa questão precisa ser analisada com muito cuidado, afora os questionamentos ou o mérito do que acontece, porque o processo, o método como se deu a indicação dessas pessoas é um método extremamente questionável e que apesar de não conhecer o judiciário tão bem, parece-me fácil de ser refutado na medida em que a indicação e o indiciamento das pessoas passa pelo olhar subjetivo de um funcionário que reconheceu as pessoas só pelo fato de estarem na assembléia. Nesse sentido, faço o apelo para que isso seja tratado com mais cuidado para que não se prejudique o que a Universidade tenta defender, que é a democracia e, principalmente, a participação estudantil na construção dessa Universidade." M. Reitor: "Não pretendo responder às questões nesse momento. Todas serão anotadas e respondidas por escrito. Apenas faço uma observação com referência à questão dos processos. O que notei, nas últimas semanas, é algo que não tem uma ordem direta de ligação com os processos. A menos que os processos parem em outra instância para uma punição menor, não tenho nenhuma notícia da iminência dessa problemática que se percebe da pessoa esperando o Natal imaginando que alguma coisa vai acontecer. Deixo aqui esse testemunho de que não existe nada de iminente e muito menos nessa massa, como se coloca, como se fosse uma questão complexa.

3551

3552

3553

3554

3555

3556

3557

3558

3559

3560

3561

3562

3563

3564 3565

3566

3567

3568

3569

3570

3571

3572

3573

3574 3575

3576

3577

3578

3579

3580

3581

3582

3583

3584

3585

3586

3587

3588

3589

3590

3591

3592

3593

3594

3595

3596

3597

3598

3599

Por outro lado, lembro que esses procedimentos, para que sejam válidos, têm que ter o contraditório, como está na Constituição, e a comprovação. Portanto, não se chegará a nada que não tenha o mínimo de fundamento. Isso já foi dito aqui várias vezes, mas repito, que não existe o intuito punitivo por qualquer razão. Todos devem ter percebido, em vários processos que chegaram nesse ano à Reitoria que, muitas vezes, procurou-se atenuar por vários fundamentos, dentro das possibilidades, a questão da pena a ser proposta. De forma que não existe nada chegando ao final com a virulência que está sendo colocada ou, em última análise, o medo, o receio ou a indignação estão muito maiores, mas não existe nada disso, nem na magnitude e nem na força desses processos. É importante lembrar que o nosso aluno Samuel ficou debaixo de sol e chuva por razões de traslado que tentaremos resolver de modo diferente do resto da cidade. Entretanto, por várias horas não se soube quem ele era - o que também é importante para avisar a família - e está tudo documentado, porque os prontuários dos habitantes do CRUSP, como também dos alunos da Escola de Aplicação, foram levados a lugar incerto e não sabido. Até hoje continua essa questão, ou seja, esses processos que estão sob a guarda da Universidade, que tem aspectos extremamente pessoais, inclusive de menores de idade, encontram-se desaparecidos. Não houve a devolução seguer no momento em que foi pedido. Normalmente, como foi bem colocado, se procura diálogo, se procura negociação e é claro que isso pode existir, contudo, não existe essa postura de um lado só e esses prontuários estão desaparecidos em grande maioria. Portanto, esse é um aspecto importante a ser colocado. Aliás, a própria Universidade está tomando medidas preventivas - nada com referência a quem fez ou ao que passou - para que a guarda desses processos, que são extremamente pessoais e que podem acarretar responsabilidade penal, principalmente no que diz respeito a menores, para que ela não fique mais sequer dentro do campus da Universidade. Temos que chegar a esse ponto porque sumiram os processos, estamos a oito meses que isso aconteceu e no mínimo, esses processos deveriam ter retornado. Assim, não tenho conhecimento pessoal, não estou seguindo nenhum trabalho, não tenho conhecimento dessa aceleração. No entanto, o contraponto disso, alguns alunos me procuraram e já conversamos no sentido que enquanto os processos estiverem na esfera administrativa, há uma gama de possibilidades de solução, antes que cheque a um desfecho, mas tem que haver uma mudança de patamar, pois quando o patamar muda, ele não pode mudar de um lado só, ele precisa mudar dos dois lados. Já que colocaram essa questão. que poderia ficar fora da ata, não porque eu tenho receio, mas para demonstrar que há margem para uma conversa e resolução amistosa. Agora, essa solução amistosa, vamos imaginar, não estou gerindo nenhum processo, e nem tenho conhecimento de nenhum no seu âmago, mas diria que essa questão, no que tange à problemática da COSEAS, passa por pressupostos. Não posso, por exemplo, encaminhar e negociar a autoridade daquelas pessoas que fazem, sob uma responsabilidade pessoal, mas é claro que se pode conversar dentro do próprio processo, mas a primeira coisa que deveria acontecer é que voltassem aquelas coisas que foram tiradas de forma não a prejudicar o Reitor ou a Universidade, mas pessoas inocentes. Aquele nosso colega ficou exposto por várias horas, até que as pessoas que o conhecessem pudessem dizer quem era o Samuel, o Samuel de quê. Ninquém tinha endereco, ninquém tinha nada que pudesse dizer quem era a pessoa. Claro que sei que a problemática

3601

3602

3603

3604

3605

3606

3607

3608

3609

3610

3611

3612

3613

3614

3615

3616

3617 3618

3619

3620

3621

3622

3623

3624

3625

3626

3627

3628

3629

3630 3631

3632

3633

3634 3635

3636

3637

3638

3639

3640

3641

3642

3643

3644

3645

3646

3647

3648

3649

do corpo parado lá é mais grave, mas a questão do corpo anônimo também é grave. Então, o que estou colocando aqui não é lição, não estou fazendo sermão a ninguém, muito menos aos nossos alunos. É claro que há possibilidade de conversa e de solução, mas não vejam violência de um lado só e nem queiram ficar em um patamar distinto, dizendo que não entregam os documentos que sumiram - não digo que sumiram realmente - e depois, por uma moção política, como foi colocada, fazer com que todos acreditem que tudo isso não aconteceu. Não existe má vontade nenhuma. Assim como em outros aspectos – e estou dizendo da atual Administração - não existe a diferença fundamental, quero dizer, favorecer A ou B, interior ou capital, branco ou preto. Por exemplo, se fosse questão de nordestino, também estaria discriminado porque sou nordestino. É importante que se coloque que podemos fazer a mudança de patamar enquanto a esfera for administrativa, mas se ela passa dessa esfera, não temos mais alçada para isso. Portanto, essa questão dos processos é algo que na fase atual que estão - pois ainda não chegou nada, aliás, não tive tempo de fazer uma busca para dizer exatamente quantos são os processos e em que fase eles estão, mas vou fazer isso. Mas acho que precisaríamos achar meios lógicos que não impeçam os estudantes e os funcionários de quaisquer extração que sejam. Digo a vocês, como experiência, pois vivi experiências muito piores do que essas, onde em países distintos estavam morrendo centenas de pessoas e as pessoas se sentavam para negociar e resolver algumas questões. A dificuldade aqui é essa, mas acredito ainda que se possa chegar a uma negociação, desde que haja o mínimo de boa vontade de ambas as partes." Cons. Paulo Dimas da Silveira Tauyr: "Gostaria que constasse em ata." M. Reitor: "Se quiser, pode constar sem nenhum problema. Já disse isso às pessoas em particular e digo a qualquer um. E veja, sou porta-voz da Administração, ou seja, a boa vontade existe, mas isso não significa que temos que abdicar do pensamento. Então, pode constar sem problema nenhum. Não estava querendo que constasse para não dizerem que estou me utilizando do Conselho para fazer sermão para vocês. Só isso." Cons. Paulo Dimas da Silveira Tauyr: "Porque algumas coisas que o senhor disse são bastante importantes e fazem parte do debate realmente. E há outras questões, que obviamente discordamos, não vamos continuar discutindo aqui, mas algumas coisas ditas são importantes, outras, acho que não vem ao caso da questão." M. Reitor: "Portanto, só para terminar, as conversas estão abertas a qualquer momento." Cons. Marcello Ferreira dos Santos: "Gostaria, na qualidade de Conselheiro e Diretor recém eleito do Sindicato, de aproveitar essa menção que o senhor fez, em que participei da última reunião, inclusive nesse momento está ocorrendo uma nova reunião, com mais de 24 estudantes, não são apenas do CRUSP, são estudantes que como mencionei, estiveram presentes no processo de greve em 2007 e que estão sendo processados. Chamou-nos bastante a atenção, também, um dos últimos informativos do USP Destaques, que tem como o principal eixo o resgate da dignidade, onde são feitas algumas afirmações, mesmo sem serem concluídos os processos contra esses estudantes, bastante categóricas, no sentido de criminalizá-los. Gostaria de aproveitar o ensejo do que o Professor João Grandino Rodas colocou, porque justamente é uma das reivindicações. Os estudantes que estão sendo perseguidos sempre estiveram abertos a negociar, a sentar para discutir a situação no sentido de como encaminhá-la. inclusive, aproveito essa oportunidade para esclarecer isso. Na última reunião

3651

3652

3653

3654

3655

3656

3657

3658

3659

3660

3661

3662

3663

3664 3665

3666

3667

3668

3669

3670

3671

3672

3673

3674 3675

3676

3677

3678

3679

3680

3681

3682

3683

3684

3685

3686

3687

3688

3689

3690

3691

3692

3693

3694

3695

3696

3697

3698

que foi feita, esses estudantes, acompanhados por professores dessa Universidade, pelo Sindicado e pelo Diretório Central dos Estudantes, colocaram que uma das questões fundamentais era justamente se chegar a esse termo, agendar uma reunião onde se pudesse discutir a situação de cada um dos processos e os encaminhamentos que deverão ser tomados daí por diante. De forma que gostaria de colocar essa questão dos estudantes, que estão dispostos a sentar e conversar a qualquer momento. Inclusive, nessa reunião está sendo discutido isso, ou seja, como se conseguir uma data onde se possa avaliar a situação de cada um dos processos, avaliar a situação do CRUSP, a situação desses estudantes que estiveram em 2007 e chegar a uma saída junto à Reitoria." M. Reitor: "Quando se fala em 2007, verificamos que há processos que já foram instaurados em momentos antigos - não fiz levantamento preciso disso. E em 2007 estava chegando ao Conselho Universitário. Apenas reitero que podemos negociar, sem problema nenhum - e isso não significa medo de nenhuma das partes, é algo normal de se acontecer. Mas é preciso que haja a mudança de patamar a partir daí, mudança essa que não significa, repito, calar a boca, mas que haja, de certa forma, mudanças específicas de parte a parte. Cons. Alexandre Pariol Filho: "Há poucos instantes o senhor disse uma questão que para nós soa de forma tranquila. O paradigma que trazemos para o Conselho Universitário não é escamotear discussões que têm ser colocadas realisticamente. conhecemos através da nossa Unidade, já há muito tempo. Não iria colocar, mas já coloquei na reunião da Comissão que la analisar o Prêmio do Mérito Acadêmico, que tem algumas atitudes que foram colocadas por essa Administração da qual o senhor faz parte como Reitor, que nos faz pensar exatamente sobre ambos os lados terem posicões extremamente tranquilas. Desde quando fui eleito para esse Conselho Universitário, tenho posições realmente muito tranquilas. Nunca me furto às discussões quando necessárias. Em uma delas, é verdade, liguei bastante para o senhor, pois o senhor mesmo confiou a nós, em um determinado instante, assim que o senhor iniciou sua administração, através do seu telefone celular dizendo que quando tivéssemos necessidade de ligar, o senhor prontamente conversaria conosco. Fiz uso desse recado, mais especificamente enquanto representante dos servidores na Comissão que iria analisar o Prêmio de Excelência Acadêmica, tentando que essa reunião acontecesse com a maior brevidade possível e em uma das ocasiões em que o senhor me atendeu, o senhor imediatamente desligou o telefone." M. Reitor: "Você não sabe se o celular foi desligado ou se a ligação caiu." Cons. Alexandre Pariol Filho: Oxalá tenha caído. Acho que em um determinado instante, é verdade, o senhor nos recebeu - creio que sete vezes mas posso lhe dizer que, infelizmente, nas vezes em que levamos para o senhor reivindicações extremamente pertinentes da nossa comunidade, o senhor não atendeu a nenhuma delas. Espero que o senhor atenda agora, com relação a nossa carreira funcional. Espero que essa Administração faça exatamente aquilo que está nos dizendo, que querem encontrar não a carreira ideal, mas a mais realista, a melhor possível. Acho que existe um patamar dessa discussão. Nós, trabalhadores dessa Universidade, não queremos nos furtar dessa discussão, pelo contrário. Esperamos nesse próximo ano, sendo essa a última reunião do ano, sendo eu o último membro desse Conselho Universitário a falar, espero e reivindico que nesse novo ano o senhor nos receba. Já tenho reivindicado há alguns meses que o senhor receba não

3701

3702

3703

3704

3705

3706

3707

3708

3709

3710

3711

3712

3713

3714

3715

3716

3717

3718

3719

3720

3721

3722

3723

3724

3725

3726

3727

3728

3729

3730

3731

3732

3733

3734

3735

3736

3737

3738

3739

3740

3741

3742

3743

3744

3745

3746 3747

3748

3749

apenas essa bancada, mas a todos os funcionários, pois representamos os funcionários da Universidade. Mas que o senhor nos receba para que possamos transmitir enfaticamente as nossas reivindicações." M. Reitor: "Como resposta ao nosso colega, diria que é pena que o telefone celular, durante muitos meses, jamais tenha tocado. Justamente nos meses mais agudos ouvíamos tudo através de outros meios que não os telefones. Mas vamos deixar de lado e vamos pensar nos aspectos que nos unem e não nos que nos dividem." Nada mais havendo a tratar, o Magnífico Reitor, dá por encerrada а reunião. às 18h. Do que, para constar. , Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 14 de dezembro de 2010.

3751 3752

3753

3754

3755

3756

3757

3758

3759

3760

3761 3762